



# Fortaleza: arquitetura e cidade no final do século XX

Renata Horn Barbosa  
Orientador:

Profa. Dra. Monica Junqueira de Camargo  
Dissertação apresentada à Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

São Paulo, 2006



**Fortaleza:  
arquitetura e cidade  
no final do século XX**

Renata Horn Barbosa

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e  
Urbanismo da Universidade de São Paulo como requisito  
para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Junqueira de Camargo  
Área de Concentração: História e Fundamentos da  
Arquitetura e do Urbanismo.

São Paulo, 2006

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ASSINATURA:

E-MAIL: renatab@gmail.com

Barbosa, Renata Horn

B238a      Arquitetura e cidade: Fortaleza no final do século XX /  
Renata Horn Barbosa. --São Paulo, 2006.  
185 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: História e  
Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP.  
Orientadora: Mônica Junqueira de Camargo

Fortaleza                      1.Arquitetura moderna - Fortaleza 2.Turismo -  
Fortaleza

I.Título

CDU    72.036(813.11)

Agradeço a todos que contribuíram para a elaboração desta dissertação.

Inicialmente, ao professor Roberto Castelo pelo incentivo ao ingresso no mestrado, ao professor Paulo Bruna pelo apoio e pela indicação da professora Mônica Junqueira, que, como orientadora, deu o suporte necessário ao desenvolvimento e conclusão da pesquisa, e ao arquiteto Abílio Guerra, pela participação na banca de qualificação.

Aos familiares e à extensa lista de amigos – arquitetos e não-arquitetos; de Fortaleza e de São Paulo – pela presença constante e estímulo para a realização do trabalho.



## Resumo

O trabalho pretende traçar uma análise crítica da relação entre arquitetura e cidade presente nas intervenções urbanas promovidas no período de 1991 a 2002 pelo poder público em Fortaleza. Tem a intenção de relacionar essa produção ao discurso político de “modernização” do Ceará pronunciado pelos governantes, à construção de uma imagem urbana favorável à atração de investimentos e ao consumo turístico, e a promoção de espaços espetaculares no contexto de uma pós-modernidade, buscando, ainda, interpretar suas condicionantes históricas, sócio-econômicas, políticas e culturais.

O objeto empírico de estudo compreende obras construídas – reforma da Praça do Ferreira (1991), novo Mercado Central (1994-1998), Parque da Cidade (1999-2002), reforma do calçadão e Ponte dos Ingleses na Praia de Iracema (1994) e Centro Cultural Dragão do Mar (1994-1999) – e projetos oriundos de concursos ou consórcio de arquitetos – Projeto Fortaleza Atlântica (1998), Concurso Nacional de Idéias para Embelezamento e Valorização da Área Central (1999) e Centro Multifuncional de Feiras e Eventos (2002).



## Abstract

This work aims to analyze the relationship between architecture and the city of Fortaleza in the urban interventions by local government during 1991 and 2002. It intends to relate those projects to the political discourse by governors on “modernization” of the state of Ceará, to the construction of an urban image attractive to investments and tourist consumption, and the production of spaces of spectacle in the context of post modernity, yet searching for an explanation of their historical, social, economical, political and cultural conditions.

The empirical object of this study consists of works like the renovation of Ferreira Square (1991), the new Central Market (1994-1998), the Park of the City (1999-2002), the renovation of the shore sidewalk and of the boardwalk in Praia de Iracema (1994), and the Dragão do Mar Cultural Center. It also presents projects from architectural and urban design competitions like Fortaleza Atlântica (1998), National Competition of Ideas for Embellishment and Valorization for Downtown Fortaleza and Park of the City (1999) and the project for a Fair and Events Center (2002).



## Lista de Figuras

Figura 1:	Aeroporto Internacional Pinto Martins .....	25
Figura 2:	Capa da edição de 1 de dezembro de 1993 da Revista Veja .....	36
Figura 3:	Trecho do levantamento da Vila de Nossa Senhora da Assunção .....	49
Figura 4:	Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios .....	50
Figura 5:	Vista aérea do Centro de Fortaleza em 1956 .....	52
Figura 6:	Intervenções e projetos na área central de Fortaleza e adjacências .....	57
Figura 7:	Vista aérea da Praça do Ferreira .....	59
Figura 8:	Os quatro cafés da Praça do Ferreira .....	61
Figura 9:	Vista da Praça do Ferreira conforme a configuração dada nos anos 1920.....	63
Figura 10:	Vista da Praça do Ferreira nos anos 1930 .....	64
Figura 11:	Vista da Praça do Ferreira com a Coluna da Hora e o Abrigo Central ao fundo ...	65
Figura 12:	Foto de 1935 da Praça do Ferreira e da antiga Coluna da Hora .....	65
Figura 13:	Abrigo Central .....	65
Figura 14:	Configuração da Praça do Ferreira após a reforma de 1968 .....	66
Figura 15:	Vista geral da Praça do Ferreira nos dias de hoje .....	67
Figura 16:	Planta da Praça do Ferreira .....	69
Figura 17:	O poço e a placa que faz homenagem ao boticário .....	70
Figura 18:	Banca e pórticos metálicos na parte norte da praça .....	70
Figura 19:	Coluna da Hora em alvenaria em 1930 .....	70
Figura 20:	Coluna da Hora em estrutura metálica em 1991 .....	70
Figura 21:	Vista aérea da Praça do Ferreira .....	71
Figura 22:	Elevação das quatro bancas na Rua Pará .....	71
Figura 23:	Elevação dos bancos .....	71
Figura 24:	Vista a partir do edifício do Cine São Luís .....	73
Figura 25:	Ocupação dos bancos na Praça do Ferreira .....	77
Figura 26:	Ocupação dos bancos na Praça do Ferreira .....	77
Figura 27:	Perspectiva da praça em relação a rua Guilherme Rocha .....	78
Figura 28:	Perspectiva da praça em relação a rua Guilherme Rocha .....	78
Figura 29:	Farmácia Oswaldo Cruz .....	78
Figura 30:	Por trás dos pórticos, vê-se o edifício do Cine São Luiz .....	79
Figura 31:	Esquina entre as ruas Floriano Peixoto e Guilherme Rocha .....	79
Figura 32:	Mapa de atuação do Projeto de Requalificação de Fachadas .....	80
Figura 33:	Vista aérea que mostra a localização do Mercado Central .....	81
Figura 34:	Vista a partir do viaduto da avenida Alberto Nepomuceno .....	82
Figura 35:	Entrada de público pela avenida Alberto Nepomuceno .....	82
Figura 36:	Acesso ao estacionamento dos ônibus de turismo e dos veículos de passeio ....	82

Figura 37:	O muro na rua Rufino de Alencar impede a integração visual do Mercado com o entorno .....	83
Figura 38:	Perspectiva do mercado pela rua Rufino de Alencar .....	83
Figura 39:	A sede da Febence .....	83
Figura 40:	Vista das margens do Rio Pajeú .....	84
Figura 41:	Vista das margens do Rio Pajeú .....	84
Figura 42:	Perspectiva que se tem da Catedral a partir da área de mesas .....	84
Figura 43:	Perspectiva que se tem da Catedral a partir do estacionamento .....	84
Figura 44:	Planta do subsolo .....	85
Figura 45:	Planta do térreo .....	85
Figura 46:	Planta do 1º pavimento .....	86
Figura 47:	Fachada lateral .....	86
Figura 48:	Fachada principal .....	86
Figura 49:	Acesso à passarela de dentro do mercado .....	86
Figura 50:	Vista da passarela metálica que liga o mercado ao viaduto .....	87
Figura 51:	Vista da passarela metálica que liga o mercado ao viaduto .....	87
Figura 52:	Vista da passarela metálica que liga o mercado ao viaduto .....	87
Figura 53:	O vazio central e as passarelas que ligam os pavimentos .....	88
Figura 54:	O vazio central e as passarelas que ligam os pavimentos .....	88
Figura 55:	Vista do interior do mercado a partir do terceiro pavimento .....	89
Figura 56:	Bancas de artesanato no subsolo .....	89
Figura 57:	Elevador panorâmico .....	90
Figura 58:	Detalhe da iluminação zenital .....	90
Figura 59:	Os bancos ao longo da circulação .....	91
Figura 60:	Expositores de mercadorias obstruem as janelas .....	91
Figura 61:	A fachada principal do mercado durante a substituição do revestimento externo	91
Figura 62:	Escala do edifício em relação ao entorno .....	92
Figura 63:	Perspectiva geral do Parque da Cidade .....	94
Figura 64:	Comércio popular na rua General Sampaio .....	95
Figura 65:	Igreja do Patrocínio .....	95
Figura 66:	Beco da Poeira visto da Praça José de Alencar .....	95
Figura 67:	Teatro José de Alencar .....	95
Figura 68:	Beco da Poeira visto pela rua Guilherme Rocha .....	95
Figura 69:	Beco da Poeira visto pela rua Guilherme Rocha .....	95
Figura 70:	Foto aérea da área .....	96
Figura 71:	Proposta do Parque da Cidade e entorno .....	96
Figura 72:	Planta do Estudo Preliminar do Parque da Cidade .....	97
Figura 73:	Quiosques construídos pela Prefeitura de Fortaleza na Praça José de Alencar ....	98
Figura 74:	Vista da mesma área da Praça José de Alencar após a retirada dos quiosques ..	98
Figura 75:	Arco e bancos na Praça José de Alencar .....	98
Figura 76:	Foto da estrutura na Praça da Lagoinha .....	99
Figura 77:	Perspectiva da estrutura na Praça da Lagoinha .....	99
Figura 78:	Mapa da Praia de Iracema: principais vias e processos de ocupação .....	104

Figura 79:	Setores da Zona Especial – Zona de Interesse Urbanístico da Praia de Iracema	109
Figura 80:	Fachada com portas e janelas “cegas” do Pirata Bar .....	111
Figura 81:	Fachada com portas e janelas “cegas” do Pirata Bar .....	111
Figura 82:	Mapa resumo das intervenções na Praia de Iracema .....	111
Figura 83:	Foto aérea da área .....	112
Figura 84:	Planta do calçadão .....	112
Figura 85:	Escultura de Iracema .....	113
Figura 86:	Um dos “arcos expectantes” .....	113
Figura 87:	Outra arcada .....	113
Figura 88:	Largo do Mincharia .....	114
Figura 89:	Outra vista do Largo do Mincharia .....	114
Figura 90:	“Piscininha” .....	114
Figura 91:	Outra vista da “piscininha” .....	115
Figura 92:	Detalhe da fachada do Estoril .....	116
Figura 93:	O Estoril visto do calçadão .....	116
Figura 94:	A Vila Morena .....	117
Figura 95:	Vista atual do Estoril reconstruído .....	117
Figura 96:	Vista da Ponte dos Ingleses reformada .....	118
Figura 97:	Ponte Metálica em 1904 .....	119
Figura 98:	Vista da antiga Ponte Metálica a partir da Ponte dos Ingleses .....	120
Figura 99:	Antiga Ponte Metálica ocupada por barracos em 1999 .....	120
Figura 100:	Vista dos pórticos que conduzem à Ponte dos Ingleses .....	120
Figura 101:	Vista aérea que mostra a localização do Centro Cultural Dragão do Mar .....	122
Figura 102:	Seminário da Prainha .....	123
Figura 103:	Biblioteca Pública .....	123
Figura 104:	Implantação do Centro Cultural e seus equipamentos .....	123
Figura 105:	Placa de orientação ao visitante .....	124
Figura 106:	O acesso principal pela avenida Leste Oeste .....	124
Figura 107:	Pavilhão central que leva às salas do Memorial da Cultura Cearense .....	125
Figura 108:	Rampa que leva às oficinas de arte .....	125
Figura 109:	Praça Verde .....	125
Figura 110:	Sobrados reformados vistos a partir do percurso entre o Memorial e o Museu ..	125
Figura 111:	Fachada lateral do Memorial da Cultura Cearense .....	125
Figura 112:	Percurso que leva à Biblioteca e ao Museu de Arte Contemporânea .....	126
Figura 113:	Ligação com a Biblioteca Pública .....	126
Figura 114:	Vista da passarela metálica .....	126
Figura 115:	Arcada .....	126
Figura 116:	Circulação que liga o Memorial da Cultura Cearense ao Museu de Arte Contemporânea .....	126
Figura 117:	Vista da passarela metálica a partir da rua José Avelino .....	126
Figura 118:	Vista da passarela metálica que conecta os dois blocos .....	127
Figura 119:	Vista da passarela e do café sobre a loja de artesanato .....	127
Figura 120:	Planetário e anfiteatro .....	128
Figura 121:	Rampa que leva à Praça Almirante Saldanha .....	128

Figura 122:	Vista aérea do Centro Dragão do Mar .....	130
Figura 123:	Edificações inseridas no Programa Cores da Cidade .....	131
Figura 124:	Edificações do entorno que passara pelo Programa Cores da Cidade .....	131
Figura 125:	Outro grupo de edificações reformadas voltadas para o lazer noturno .....	131
Figura 126:	Desenho ilustrativo do conjunto .....	132
Figura 127:	Vista do terceiro bloco .....	133
Figura 128:	Vista do terceiro bloco .....	133
Figura 129:	Detalhe da empena .....	133
Figura 130:	Zonas de intervenção definidas pelo Projeto Fortaleza Atlântica .....	140
Figura 131:	Perspectiva da Praia Mansa em relação à cidade de Fortaleza .....	140
Figura 132:	Foto aérea da área portuária e entorno .....	141
Figura 133:	Farol antigo do Mucuripe .....	142
Figura 134:	Zoneamento – 1ª etapa .....	143
Figura 135:	Implantação do Complexo Símbolo Ícone .....	145
Figura 136:	Perspectiva do Farol / Centro de Artes Amar o Mar .....	146
Figura 137:	Corte do molhe / plataforma para pesca .....	146
Figura 138:	Perspectiva da Ilha do Lazer / Multiplex e praça e alimentação .....	146
Figura 139:	Perspectiva da Ilha do Lazer / vista a partir do terminal .....	146
Figura 140:	Perspectiva da Ilha do Lazer / vista aérea .....	146
Figura 141:	Perspectiva do Marina Festival .....	147
Figura 142:	Perspectiva do Resort e Marina / vista da Praça do Ícone .....	147
Figura 143:	Perspectiva dos Museus .....	147
Figura 144:	Perspectiva eletrônica do complexo .....	147
Figura 145:	Macrozoneamento e diretrizes para a 2ª etapa .....	149
Figura 146:	Perspectiva da Praça do Ícone .....	150
Figura 147:	Perspectiva da Praça do Ícone .....	150
Figura 148:	Planta da Praça do Ícone .....	150
Figura 149:	O observatório da torre permite a visualização do litoral norte de Fortaleza .....	151
Figura 150:	Perspectiva noturna do complexo a partir da avenida Beira Mar .....	151
Figura 151:	Relação de altura da torre do Ícone com o entorno .....	151
Figura 152:	Perímetro de atuação do “Concurso Nacional de Idéias para Embelezamento e Valorização da Área Central de Fortaleza e Parque da Cidade” .....	154
Figura 153:	Esquema da proposta apresentada pela equipe de Ricardo Muratori .....	157
Figura 154:	Esquema da proposta apresentada pela equipe de José Sales .....	159
Figura 155:	Esquema da proposta apresentada pela equipe de Fausto Nilo .....	160
Figura 156:	Esquema da proposta apresentada pela equipe de Nasser Hissa .....	161
Figura 157:	Foto aérea do local de implantação do Centro de Feiras e Eventos .....	164
Figura 158:	Localização do projeto e área de reassentamento da comunidade do Poço da Draga .....	164
Figura 159:	Vista aérea da área escolhida para abrigar o Centro de Feiras e Eventos .....	165
Figura 160:	Perspectiva da implantação do Centro de Feiras e Eventos .....	165
Figura 161:	Implantação e localização dos edifícios que compõe o programa do Centro de Feiras e Eventos .....	169
Figura 162:	Perspectiva do conjunto .....	170

Figura 163:	Planta do teatro .....	170
Figura 164:	Vista do teatro .....	170
Figura 165:	Vista do teatro .....	170
Figura 166:	Vista do edifício de convenções .....	171
Figura 167:	Vista do edifício de convenções .....	171
Figura 168:	Planta do edifício de convenções .....	171
Figura 169:	Planta do pavilhão de feiras .....	171
Figura 170:	Vista do pavilhão de feiras .....	171
Figura 171:	Implantação do conjunto habitacional .....	172
Figura 172:	Localização da quadra de reassentamento .....	172
Figura 173:	Vista aérea do aterro da Praia de Iracema .....	174
Figura 174:	Vista do aterro e do quebra-mar da Praia de Iracema .....	174
Figura 175:	Implantação do Museu do Mar no quebra-mar da Praia de Iracema .....	175
Figura 176:	Perspectiva do Museu do Mar .....	175
Figura 177:	Corte do Museu do Mar .....	175

## Lista de Tabelas

Tabela 1:	Demanda turística via Fortaleza .....	26
Tabela 2:	Receita turística e impacto sobre o PIB .....	27



INTRODUÇÃO .....	17
CAPÍTULO 1: Aspectos da dinâmica urbana recente em Fortaleza .....	21
1.1. A construção da imagem turística de Fortaleza .....	25
1.2. Os “governos das mudanças” .....	30
1.3 Os projetos de requalificação e preservação do patrimônio .....	43
CAPÍTULO 2: Intervenções na área central .....	47
2.1. Considerações iniciais .....	49
2.2. Praça do Ferreira .....	59
2.3 Mercado Central .....	81
2.4. Parque da Cidade .....	94
CAPÍTULO 3: Intervenções na Praia de Iracema .....	101
3.1. Considerações iniciais .....	103
3.2. As primeiras intervenções .....	108
3.3 Centro Dragão do Mar .....	122
CAPÍTULO 4: Idéias, projetos e perspectivas para o futuro .....	137
4.1. Concurso Símbolo Ícone – 1ª Etapa do Projeto Fortaleza Atlântica 2000 ..	139
4.2. Concurso Nacional de Idéias para Embelezamento e Valorização da Área Central de Fortaleza .....	154
4.3. Centro Multifuncional de Feiras e Eventos do Ceará .....	163
4.4. Aterro da Praia de Iracema e Museu do Mar .....	174
CONCLUSÃO .....	177
BIBLIOGRAFIA .....	181



Uma das tarefas dos gestores urbanos atuais tem sido a de projetar uma imagem da cidade que reforce a sua “vocação” e que seja favorável à captação dos fluxos globais. Mediante políticas de *image-marketing*, tem-se desenvolvido um intenso trabalho ideológico de produção, transmissão e manutenção da imagem da cidade. “*Numa época de comunicação de massa, telecomunicações e intensa produção cultural*”, diz Harvey, “*a imagem de uma cidade torna-se tão importante quanto a realidade*” (HARVEY, 2001: 8).

Dentro das diversas “vocações” ou opções atuais que as cidades têm para melhorar seu desempenho como centro de consumo está o investimento no turismo em massa e em indústrias ligadas ao lazer.

Este estudo aborda as relações entre arquitetura e cidade nas intervenções urbanas promovidas pelo poder público em Fortaleza nos anos 1990, as quais têm colaborado na produção de uma nova imagem urbana vinculada, especialmente, à atividade turística.

Aliadas a políticas de desenvolvimento local, políticas de incentivo ao turismo têm recebido um papel especial nas gestões urbanas no Ceará desde o início o “Governo das Mudanças” (1987), cujo discurso ideológico, sustentado pelas palavras “modernidade” e “racionalização”, evoca um antes e um depois como parte da construção simbólica de uma nova era (BARREIRA, 2002).

Esta política de desenvolvimento econômico aliado ao turismo revela-se nos grandes investimentos em infraestrutura e em programas de preservação e revalorização do patrimônio histórico. Ao longo de menos de uma década, assiste-se, em Fortaleza,

*“a substituição da imagem de cidade pobre e atrasada que recebe os flagelados da seca, pela de cidade afluyente e moderna, que atrai turistas” (GONDIM, 2000).*

A cidade contemporânea surge como lugar de articulação de interesses econômicos e políticos, sempre acompanhados de investimentos simbólicos que lhe servem de suporte: colaboram na definição de seu lugar no mundo globalizado.

Considerando que o estudo sobre a cidade é um estudo sobre espaço socialmente construído e que este compreende *“o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas econômicas, apropriados pelas práticas políticas e constituído em significações pelas práticas cultural-ideológicas” (BARRIOS, 1986)*, cabe derivar a totalidade espacial apreendida em suas múltiplas dimensões – econômica, política, cultural-ideológica e social a fim de *“compreender a natureza, especificidade e inter-relações dos diferentes processos que geram tal problemática” (BARRIOS, 1986)*.

No caso de Fortaleza, interessa a interpretação das condicionantes históricas, sócio-econômicas, políticas e culturais pelas quais esses novos espaços têm sido edificados, observando, em especial, sua relação com a estrutura urbana existente e sua relevância na projeção de uma imagem de “cidade global” e na institucionalização de “tradições” para o lugar.

A arquitetura e o urbanismo desempenham papel fundamental nesse processo, uma vez que constituem elementos culturais atrativos tanto para o mercado como para o poder público nas estratégias urbanas e no desenvolvimento do turismo.

*“Ao que parece, as cidades e lugares hoje tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e tem procurado uma arquitetura*

*e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade" (HARVEY, 2001: 91).*

A arquitetura participa não só da construção material e concreta da cidade, mas também de sua construção simbólica e da percepção que se tem dela:

*"... a obra arquitetônica afeta às pessoas e contribui para elevar ou desvalorizar certas finalidades, idéias ou valores; ou seja, constitui uma força social que, com sua carga emocional ou ideológica, influencia ou comove os demais" (CASTELO, 2001).*

Inserido em um determinado meio urbano e social e sob a influência do pensamento de uma época, o objeto arquitetônico reflete uma interpretação sobre um programa com funções e finalidades específicas. Nesse sentido, o trabalho apresenta-se como um esforço de, mediante a contextualização e reconstituição do meio no qual as obras foram criadas, desvelar as raízes e antecedentes, teorias e posições que estão implícitas no objeto.

As obras escolhidas para esse estudo dividem-se em três grupos: o primeiro abrange às intervenções na área central – a reforma da Praça do Ferreira (1991), o novo Mercado Central (1994-1998) e o Parque da Cidade (1999-2002), que compreende a reforma das praças da Lagoinha e José de Alencar; o segundo diz respeito às intervenções na Praia de Iracema – a reforma do calçadão (1994), a reconstrução do Estoril (1994), a Ponte dos Ingleses (1994) e o Centro Cultural Dragão do Mar (1994-1999); o último grupo trata de projetos ainda não implantados que aliam intervenção urbana à cultura arquitetônica visando dar continuidade ao processo de requalificação espacial e atração de fluxos financeiros – Projeto Fortaleza Atlântica (1998), Concurso Nacional de Idéias para Embelezamento e Valorização da Área Central (1999) e Centro Multifuncional de Feiras e Eventos (2001-2002). É partir dessa divisão que se desenvolvem os capítulos 2, 3 e 4.

O estudo empírico dessas obras baseia-se em interpretações feitas a partir da análise de desenhos

técnicos, memoriais – quando disponíveis – e visitas aos locais, estas imprescindíveis para a experiência real dos espaços e para a observação das relações com a cidade existente. Procurou-se anexar ao longo de cada estudo de caso um registro fotográfico que pretende auxiliar à visualização dos espaços e à compreensão das idéias apresentadas.

Por se tratar de um panorama geral de Fortaleza e da abordagem de um campo de pesquisa relativamente amplo, teve extrema importância no desenvolvimento desta dissertação o material produzido por outros pesquisadores<sup>1</sup> sobre a Praia de Iracema e a área central.

Quanto à fundamentação teórica, optou-se pela não elaboração de um capítulo exclusivo para a sua discussão. As teorias, conceitos e idéias relevantes sobre a arquitetura e cidade contemporânea que servem de embasamento às argumentações aparecem quando pertinentes, diluídas ao longo do texto ou como notas complementares.

<sup>1</sup> Os textos da socióloga Linda Gondim sobre a Praia de Iracema e o Dragão do Mar, a pesquisa da arquiteta Solange Schramm sobre as relações entre memória e produção do espaço da Praia de Iracema, a dissertação da arquiteta Sabrina Costa sobre o Dragão do Mar sob a ótica da renovação de zonas portuárias, a análise do arquiteto Ricardo Fernandes sobre as perspectivas de renovação da área central e o estudo do arquiteto Ricardo Paiva sobre a Praça do Ferreira são algumas das fontes auxiliaram o desenvolvimento deste trabalho.

CAPÍTULO 1

# Aspectos da dinâmica urbana recente em Fortaleza





# Aspectos da dinâmica urbana recente em Fortaleza

Os estudos sobre a produção arquitetônica recente em Fortaleza e sua relação com o espaço urbano requerem uma breve pontuação dos fenômenos que caracterizaram o crescimento da cidade a partir dos anos 1970, quando foi constituída oficialmente a região metropolitana e se tornaram visíveis os primeiros sinais do aparecimento de novas centralidades. O bairro da Aldeota<sup>1</sup>, na zona leste, caracterizou-se nesse período como um “embrião” de um subcentro (SILVA apud CARTAXO, 2005), apresentando uma tendência de expansão que o tornaria a principal centralidade econômica da cidade nos anos 1990 em detrimento do centro tradicional.

Desempenharam papel fundamental no processo de transformação da paisagem de Fortaleza os planos e as legislações de ocupação do solo. O Plano Diretor Físico, elaborado em 1975<sup>2</sup>, e a Lei de Uso e Ocupação do Solo que o regulamentava, aprovada em 1979<sup>3</sup>, inauguraram um novo modelo de expansão urbana baseado em duas diretrizes gerais: a descentralização – promovida pelo incentivo ao desenvolvimento de pólos e corredores de adensamento – e a verticalização, que corresponderia, no decorrer dos anos 1980, à forte presença do capital imobiliário na zona leste da cidade e ao longo da Avenida Beira Mar, onde edifícios residenciais e hotéis de luxo substituíram bares e pequenos restaurantes.

<sup>1</sup> Mais sobre as transformações da Aldeota no último quartel do século XX pode ser visto em: DIÓGENES, Beatriz H. N. *A centralidade da Aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

<sup>2</sup> A lei 4.486 de 1975 regulamentou, na Aldeota, a zona R2 (residencial de média densidade) liberando gabaritos de até três pavimentos, taxas de ocupação de 40 a 50% e índices de 1 a 1,5. Criou, também, pólos de adensamento comercial nas avenidas Santos Dumont, Antônio Sales, Barão de Studart e Desembargador Moreira, permitindo construções de até dez pavimentos, com taxas de ocupação de 70% e recuo mínimo de três metros.

<sup>3</sup> A lei 5122-A de 1979 definiu os corredores de atividades e adensamento e incentivou a verticalização, com destaque na alteração das zonas residenciais na Aldeota: antes formada pelas zonas R1 e R2 – baixa e média densidade respectivamente – foi transformada em R3, zona residencial de alta densidade (250 hab./ha).

<sup>4</sup> Exemplos dessa bibliografia são o livro *Arquitetura Moderna Brasileira* de Marlene Acayaba e Sylvia Ficher (1982), os volumes 9 e 10 da série *Cadernos Brasileiros de Arquitetura* editado pela Projeto (1982) e o *Arquiteturas no Brasil/Anos 80* (1988) também editado pela revista Projeto.

<sup>5</sup> Barra do Ceará, Pirambu, Poço da Draga, Monsenhor Tabosa, Meireles, Mucuripe, Iate Clube, Praia do Futuro e Sabiaguaba.

<sup>6</sup> De acordo com a Lei 7.987 de 23 de dezembro de 1996.

O “boom” imobiliário que teve início no final da década de 1970 colaborou com o aumento do número de escritórios de arquitetura, ampliou o leque de atuação dos arquitetos cearenses e chamou a atenção do resto do país. Até então ausente da bibliografia nacional especializada em arquitetura, a produção cearense do período integra o volume de trabalhos publicados nos anos 1980 que visava a expansão do conhecimento acerca da arquitetura produzida fora do eixo Rio de Janeiro – São Paulo<sup>4</sup>.

O quadro de mudanças na fisionomia dos bairros da zona leste da cidade, especificamente na Aldeota e no Meireles, consolidou-se com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano aprovado em 1992, o qual incidiu diretamente no aumento da densidade e da verticalização desses bairros ao permitir construções de até 24 pavimentos.

O plano também contemplou a criação de zonas especiais como: Orla Marítima<sup>5</sup>, para a qual propunha “*usos condizentes à sua vocação para o turismo e lazer*”<sup>6</sup>; Área de Interesse Urbanístico da Praia Mansa; Área de Interesse Urbanístico da Praia de Iracema, definida como de preservação, revitalização e renovação, com incentivos às atividades de cultura e lazer; Área de Urbanização Prioritária, na qual incluía o Centro e incentivava o adensamento das atividades de comércio e serviços e a implantação de infra-estrutura.

Nos anos 1990, novos elementos passaram a ordenar a dinâmica do espaço urbano em Fortaleza: além da especulação imobiliária, a expansão da cidade passou a contar com a presença do capital produtivo voltado para o turismo e serviços de apoio, os quais se materializaram na construção de uma diversidade de equipamentos hoteleiros e de lazer pela iniciativa privada e nas intervenções urbanas promovidas pelo poder público com o intuito de dotar a cidade de infra-estrutura capaz de promover sua imagem urbana no contexto do turismo globalizado.

## 1.1. A construção da imagem turística de Fortaleza

O turismo como política de desenvolvimento nacional

O desenvolvimento do turismo no Ceará insere-se em um quadro mais amplo de políticas de incentivo ao turismo nacional iniciadas pelos governos Collor em 1992 e do ex-presidente Itamar Franco, que *"tirou o turismo do limbo de uma secretaria para promovê-la ao front ministerial, junto com Indústria e Comércio"*<sup>7</sup>.

As novas regulamentações para a política nacional de turismo promulgadas a partir de 1992 fortaleceram a descentralização, na medida em que a Embratur – e o governo federal – deixou de ser a legisladora e executora do turismo e outras esferas governamentais de estados e municípios, além da iniciativa privada, passaram a atuar (BECKER, 1996).

Um dos resultados dessa política nacional foi o PLANTUR (Plano Nacional de Turismo, 1992) que estabeleceu o turismo como instrumento de desenvolvimento regional e reviu a redistribuição geográfica de infra-estrutura que se encontrava bastante concentrada nas regiões Sul e Sudeste. Esperava-se, com esta política, *"ampliar enormemente a receita cambial, e colocar o turismo entre os três primeiros produtos de exportação"* (BECKER, 1996: 188).

A implementação do programa PRODETUR-NE (Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro) contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Banco do Nordeste. Vários estados da região contaram com recursos para a ampliação da rede hoteleira e oferta de roteiros turísticos. Há de se destacar os investimentos na construção de novos aeroportos em quase todas as capitais, no saneamento básico, em rodovias e na recuperação do patrimônio histórico.

<sup>7</sup> De acordo com artigo "Chega de Amadorismo" da sessão Negócios da Revista Época, edição de 25/09/98. (<http://epoca.globo.com/edic/19981109/NEG1.htm>)



FIGURA 1: O novo Aeroporto Internacional Pinto Martins, inaugurado em 1998 e projetado pelo escritório do arquiteto Muniz Deusdará, é um bom exemplo dos investimentos que tem sido feitos para a melhoria da infra-estrutura para receber os turistas.

(fonte: [ismb2006.cbi.cnpntia.embrapa.br/fortaleza\\_city.html](http://ismb2006.cbi.cnpntia.embrapa.br/fortaleza_city.html)).

O turismo no Ceará

<sup>8</sup> Na época, foi elaborado o I Plano Integrado do Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará, de caráter predominantemente diagnóstico (BERNAL, 2004).

<sup>9</sup> O “Governo das Mudanças” teve início com a eleição de Tasso Jereissati para o Governo do Estado em 1987, seguida da de Ciro Gomes em 1990, e da de Tasso Jereissati novamente em 1994 e 1998. O histórico dessa transição política e as principais características dessas gestões serão abordadas mais adiante neste capítulo.

<sup>10</sup> Antecedeu o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) de 1992.

<sup>11</sup> O programa contempla quatro regiões do litoral do Ceará, das quais a principal é a região metropolitana de Fortaleza. As outras três compreendem a Costa do Sol Poente, litoral oeste do estado.

Apesar do Plano de Metas Governamentais (1979-1982) já contemplar o turismo como setor importante na economia do Ceará<sup>8</sup>, foi somente na primeira gestão do “Governo das Mudanças” (1987-1990)<sup>9</sup> que o turismo recebeu o papel de indutor do crescimento econômico.

O *Plano das Mudanças* (1987) apontava que o potencial turístico do estado vinha sendo explorado de maneira insatisfatória. Reconhecia que as insuficiências e restrições em infra-estrutura, equipamentos e serviços geravam uma “*demanda turística insatisfeita*” e inviabilizavam a exploração do turismo em proporções mais expressivas.

Considera-se o caso do Ceará paradigmático. O governo estabelecido após 1987 apresentou-se como uma alternativa ao pacto oligárquico existente na medida em que aplicou políticas que contribuíram à construção de uma imagem positiva do Estado no país e no exterior, como o pioneiro Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará (PRODETURIS) de 1989<sup>10</sup>.

Financiado pelo Governo do Estado, o PRODETURIS constituiu um guia para investidores, um indicador dos programas oficiais e um indicador do planejamento turístico para o litoral do Ceará, além de ter lançado as bases para o PRODETUR-CE<sup>11</sup> (DANTAS, 2002).

A segunda metade dos anos 1990 constitui a fase de consolidação do turismo no Ceará. A tabela 1 mostra o crescimento expressivo do fluxo turístico no estado a partir de 1994:

ANOS	DEMANDA TURÍSTICA	
	Turistas	Índice
1994	716.098	100,00
1995	761.777	106,38
1996	773.247	107,98
1997	970.000	135,46
1998	1.297.528	181,19
1999	1.388.490	193,90
2000	1.507.914	210,57
2001	1.631.072	227,77

TABELA 1: Demanda Turística via Fortaleza. (Fonte: ESTADO DO CEARÁ/SETUR, 2004)

A expansão do setor turístico tem sido garantida por empréstimos do BID e do BNDES, incentivos financeiros, fiscais e de infra-estrutura<sup>12</sup> oferecidos pelo Estado e pelo capital internacional, cujos investimentos têm aumentado nos últimos anos<sup>13</sup>. Dados fornecidos pela Secretaria do Turismo indicam que a receita turística direta<sup>14</sup> dobrou entre 1996 e 2002, assim como sua participação no Produto Interno Bruto cearense, que passou de 4% para 8,1%.

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Receita turística direta (R\$ milhões)	519,3	679,0	734,5	808,4	939,8	990,7	1153,6
Renda gerada (R\$ milhões)	695,9	971,0	1123,8	1325,8	1644,7	1733,8	2018,9
PIB cf (R\$ milhões)	17290	19586	20809	21700	21917	24100	25000
Impacto sobre PIB (%)	4,0	5,0	5,4	6,1	7,5	7,2	8,1
Empregos no turismo (mil)	117	149	165	196	194	239	269
Participação na PEA (%)	3,8	4,7	5,1	5,7	5,5	6,7	7,4

TABELA 2: Receita turística e impacto sobre o PIB (fonte: ESTADO DO CEARÁ/SETUR, 2004)

#### A valorização do litoral: contexto histórico

A promoção da atividade turística em Fortaleza está relacionada à valorização do litoral como parte integrante da cidade, aspecto recente na história do desenvolvimento urbano da capital, que, até século XVIII, configurava-se como um povoado secundário na organização do território cearense. Seu crescimento deu-se com o desenvolvimento de atividades comerciais e, em meados do século XIX, com o aumento das exportações de algodão, Fortaleza começou a desempenhar um papel relevante na província.

Por conta do predomínio da função comercial e das ligações econômicas com o interior, a cidade desenvolveu-se *"de costas para o mar"* (ROCHA JR, 1984:42; MARQUES apud GONDIM, 2000a:12; PAIVA, 2005:32) e assumiu um sistema viário rádio-concêntrico. A maior evidência desta característica são os prédios e espaços públicos localizados na área central, de ocupação mais antiga: a Estação Ferroviária João Felipe, Santa Casa de Misericórdia, Penitenciária, Alfândega, construídos na segunda metade do século

<sup>12</sup> Dependendo do valor, localização e importância do investimento, o Estado oferece *"incentivos estruturais em termos de acesso, energia elétrica, comunicação e abastecimento de água"* (BERNAL, 2004: 76).

<sup>13</sup> Conforme matéria no Jornal Diário do Nordeste – "Estrangeiros implantam 46 empresas" de 06/06/2004 – EM 1995 e 2004, foram abertas 46 empresas estrangeiras, responsáveis pela movimentação de R\$11,6 bilhões e pela geração de 15 mil empregos. Recebe destaque especial e o capital de origem portuguesa, que vem investindo em redes de hotéis nas praias de Fortaleza e de outras regiões do Estado (BERNAL, 2004: 76).

<sup>14</sup> A receita turística direta é obtida pelo produto entre "gasto per capita" e "demanda turística via Fortaleza".

<sup>15</sup> Localizado na área onde seria construído posteriormente o Passeio Público.

XIX, formam uma barreira entre a cidade e a praia; somente o Passeio Público e o forte que deu origem à cidade exploram as visuais para o mar. Observa-se também esse desinteresse pela faixa praiana na implantação de serviços insalubres na área: o Paiol de Pólvora<sup>15</sup>, o Gasômetro e até um depósito de lixo conhecido como “rampa”.

A partir das décadas de 1930 e 1940, a faixa litorânea, até então utilizada somente para atividades portuárias e pesqueiras, começa a ser utilizada para o lazer e para os banhos de mar. Um marco importante neste processo foi a instalação de clubes como o Náutico Atlético Cearense, cuja primeira sede foi instalada nas proximidades da Ponte Metálica na Praia de Iracema em 1929 e, em 1950, transferida para a Praia do Meireles.

Foi a abertura da avenida Beira Mar, em 1964, e sua urbanização entre 1979 e 1982, que consolidou a faixa de praia como zona de lazer para a população local e, ainda em segundo plano, para o turismo. Sua construção possibilitou um maior contato com a orla marítima, fortalecendo o papel dos clubes lá localizados e atraindo os grandes hotéis, que até meados do século XX se localizavam no Centro. As diretrizes para a sua abertura foram traçadas no Plano Diretor da cidade de 1963<sup>16</sup>, que diagnosticou uma insuficiência de áreas públicas de lazer, uma vez que as obras do Porto do Mucuripe nos anos 1940 implicaram no avanço das marés e na conseqüente destruição de parte da faixa de areia da Praia de Iracema, prejudicando sua utilização para esses fins (ROCHA JR, 1984).

<sup>16</sup> De autoria do arquiteto e urbanista Hélio Modesto.

<sup>17</sup> Trata-se de um neologismo para explicitar o processo de ocupação contemporânea do litoral. Para o geógrafo Dantas (2002:58), *“a necessidade de criação de um termo é conseqüência da transformação do movimento de valorização do litoral em verdadeiro fenômeno de sociedade, ligado a uma urbanização significativa dos espaços litorâneos e traduzido na inserção gradual das zonas de praia à lógica derivada de uma sociedade de lazer e turística”*.

#### A imagem turística de Fortaleza

Esse processo de valorização das zonas litorâneas, denominado por Dantas (2002) de “litorização”<sup>17</sup>, evidenciou-se no Ceará pela paulatina reversão de sua imagem tradicional do semi-árido pobre marcado pelas secas, para outra associada ao sol, às praias e aos coqueirais. Esta reversão possibilitou a substituição de *“uma imagem anteriormente associada à pobreza”* por uma *“de caráter predominantemente turístico”* (DANTAS, 2002: 53).

*“O primeiro quadro simbólico, o mais antigo, reforça uma rede de imagens negativas do semi-árido nordestino em benefício da oligarquia algodoeira-pecuarista. O segundo quadro simbólico, o mais recente, explicita um novo discurso relacionado a uma virtualidade do semi-árido, construindo uma imagem positiva relacionada aos interesses de um grupo de empresários vinculados à agricultura irrigada e ao turismo” (DANTAS, 2002: 53).*

A emergência desse quadro simbólico positivo é vinculada à descentralização do poder promovido pela reforma constitucional de 1989, que colaborou com o rompimento do modelo de dependência das escalas locais/regionais à escala nacional e permitiu o estabelecimento de relações na escala internacional, assegurando *“aos estados tanto pensar quanto assegurar políticas públicas de desenvolvimento”* (DANTAS, 2002:55).

Outro aspecto fundamental na formação desse quadro simbólico são os agentes que *“criam um espaço econômico, social e político de resistência no Nordeste”* (DANTAS, 2002: 55): políticos e empresários cujos discursos enfatizam as vantagens locais para o desenvolvimento da agricultura irrigada e promovem o clima e a paisagem como mercadoria turística.

*“longe de ser um resultado concreto das políticas de desenvolvimento dos últimos governos estaduais, a inserção do Ceará no processo de globalização e a transformação de Fortaleza em ‘cidade global’ devem ser compreendidas como parte de um projeto político, para o qual a produção de novas imagens assume caráter estratégico”* (GONDIM, 2004b: 17).

<sup>18</sup> Devido à presença do aeroporto internacional Pinto Martins, em relação ao qual as estradas litorâneas estão orientadas.

<sup>19</sup> A fundação Fortaleza Atlântica era formada pela Câmara dos Diretores Lojistas, a Secretaria de Turismo do Estado, o Centro Industrial do Ceará, o Instituto dos Arquitetos do Brasil e o Plano Estratégico de Fortaleza.

<sup>20</sup> O anteprojeto vencedor foi o do escritório Nasser Hissa Arquitetos Associados. A sua construção, na Praia Mansa, nunca foi realizada. O projeto será abordado no quarto capítulo deste trabalho.

<sup>21</sup> Segundo a então Secretária de Turismo do Estado, a arquiteta Enya Ribeiro (SPINOLA, 1999).

A política de marketing turístico do Governo do Estado está direcionada à elaboração de uma imagem de Fortaleza, por ser a capital o ponto de recepção e distribuição dos turistas pelo litoral<sup>18</sup>.

Um exemplo recente que se encaixa bem à idéia de resgate do contato com o mar foi o projeto “Fortaleza Atlântica 2000”<sup>19</sup>, que traçou ações de requalificação da faixa litorânea de Fortaleza com o objetivo de lhe conferir uma dimensão de “Portal do Atlântico”, destino turístico nacional e internacional, e promoveu, em 1999, um concurso que previa a construção de um ícone representativo da cidade<sup>20</sup> que oferecesse “*uma nova identidade (...) dentro de sua vocação para o turismo*”<sup>21</sup>.

É importante salientar que construção dessa imagem é orientada não só por fatores de ordem econômica, mas também de ordem política,

*“caracterizando-se como instrumento de propaganda que a nova elite política cearense soube explorar para desenvolver uma consciência turística e um símbolo do sucesso e viabilidade do novo governo”* (DANTAS, 2002: 57).

## 1.2. Os “Governos das Mudanças”

Desde meados dos anos 1980, o Ceará tem despertado a atenção de analistas políticos e econômicos. Os motivos desse debate residem

<sup>22</sup> O coronelismo, sistema que teve origem na República Velha (1889-1930), caracteriza-se pela formação de uma rede de relações pessoas baseadas na troca de bens e serviços com a “*interpenetração entre o público e o privado*”, ou seja, “*se utiliza o patrimônio público para fins pessoais (...) como se recorre ao poder e ao patrimônio privados para garantir o desempenho nas funções públicas*” (GONDIM, 2004a: 410).

*“na capacidade de derrotar um esquema oligárquico de poder que perdurara durante todo o período ditatorial (...) e [n]a implantação de uma agenda de reforma do Estado, com recuperação de setores importantes da máquina pública e, ao mesmo tempo, uma política agressiva de atração de investimentos”* (BONFIM, 2004: 59).

A análise das transformações que ocorreram no cenário político cearense a partir de 1987, quando Tasso Jereissati assumiu ao cargo e governador e deu início

ao “Governo das Mudanças”, mostram-se muito interessantes por proporcionarem um entendimento mais amplo das transformações na cidade de Fortaleza no período.

Um novo ciclo político no Ceará

A democratização do país favoreceu no Ceará um processo de enfraquecimento do “coronelismo”<sup>22</sup>, abrindo espaço para a introdução de novos atores na cena política<sup>23</sup>. A eleição de Maria Luíza Fontenele, uma candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), para a Prefeitura de Fortaleza em 1985 foi mais um sintoma da fragilização do chamado “acordo dos coronéis” (PARENTE, 2004),

*“mostrando de maneira explícita não apenas os níveis de descontentamento vividos na mais importante cidade do Estado, bem como a necessidade de que o empresariado, consciente da situação vivida no Ceará e no país, agisse em defesa de seus interesses”* (BONFIM, 2004: 62).<sup>24</sup>

Considera-se que um novo ciclo na política cearense teve início com a eleição de Tasso Jereissati para o cargo de governador do Estado em 1986. Nas eleições seguintes, em 1990, Ciro Gomes foi eleito como seu sucessor. Em 1994, Jereissati se elegeu novamente e foi reeleito em 1998. Este grupo político, formado por empresários oriundos do Centro Industrial do Ceará (CIC)<sup>25</sup>, autodenominou-se “geração das mudanças”<sup>26</sup>, teve como principais objetivos a “modernização” do Estado e a superação do clientelismo patrimonialista, um resquício da prática coronelista que ainda marcava a cena política cearense<sup>27</sup> e que era denunciado por ameaçar a continuidade do desenvolvimento econômico no Ceará<sup>28</sup>.

*“Ao contrário do neopatrimonialismo até então vigente, busca-se gerir o setor público de acordo com princípios universalistas, priorizando-se o equilíbrio orçamentário, a eficiência da ‘máquina*

<sup>23</sup> “A introdução do multipartidarismo e a eleição direta para governador e prefeitos da capital não encontram estrutura na política eminentemente clientelista para sustentar a liderança dos ‘coronéis’ cearenses” (PARENTE, 2004: 408).

<sup>24</sup> Bonfim salienta que esta postura por parte da burguesia cearense não era unânime, apesar do discurso dos “jovens” empresários ter tido forte repercussão estadual. (BONFIM, 2004).

<sup>25</sup> A entidade, reativada em 1978, foi palco de reuniões entre empresários “progressistas” – em geral jovens entre 35 e 45 anos, com formação universitária, que tinham assumido a direção de empresas familiares – que se manifestavam “contra a intervenção excessiva do Estado na economia, e pela volta ao regime democrático” (GONDIM, 2004a: 413).

<sup>26</sup> As palavras “mudança”, “miséria” e “clientelismo” são palavras chave do discurso de Tasso Jereissati na ocasião das eleições de 1986. Em contraposição, seu oponente, o coronel Adauto Bezerra, utiliza noções mais tradicionais como “lealdade” e “gratidão”, bases do clientelismo denunciado por Tasso (GONDIM, 2004a: 416).

<sup>27</sup> A chegada ao poder do grupo de empresários liderados por Tasso não significou o fim do coronelismo, “pois este estava, senão extinto, pelo menos moribundo. A sobrevivência do sistema coronelista deveu-se muito mais à imprecisão conceitual dos analistas e à propaganda eleitoral, do que à presença dos ‘coronéis’ Virgílio Távora, Adauto Bezerra e Cesar Cals, que se sucederam no comando do governo estadual até 1986, diretamente ou por intermédio de prepostos” (GONDIM, 2004a: 413).

<sup>28</sup> O estado de desequilíbrio em que se encontram as finanças estaduais ameaçavam o processo de modernização econômica iniciado pela Sudene (BONFIM, 2004).

*administrativa' e o combate à corrupção"*  
(GONDIM, 2000a: 18).

Além das mudanças na forma de gestão política, o que se percebe é *"a instauração de um novo projeto político moldado pela burguesia industrial instalada no Centro Industrial do Ceará"* com medidas de saneamento estatal, contenção de despesas e redução de quadro de pessoal e redução de salários. (BERNAL, 2004: 57). *"A novidade"*, diz Oliveira, *"consiste em empresários que querem fazer política enquanto empresários, e imprimem à política as características da atividade empresarial"* (apud BARBALHO, 2000).

Na ascensão dos jovens empresários ao poder, Bonfim identifica três momentos de rompimento ou negação das práticas tradicionais. Primeiro, ao invés de agirem por meios burocráticos tradicionais ou por *"outros mecanismos de pressão e ligação com a classe política tradicional, promovem o rompimento com a classe política mais tradicional do estado"* (BONFIM, 2004: 69). Em segundo lugar, sob um projeto de moralização da política, afastam aqueles ligados às práticas clientelistas. Por fim, subordinam a política *"aos objetivos de mercado, de expansão dos negócios privados estaduais"* (BONFIM, 2004: 69) com a finalidade de maiores índices de crescimento econômico.

*"No novo contexto, encontravam-se a modernidade e as reformas que levassem ao caminho de uma administração pública capaz de implementar projetos e criar condições infra-estruturais para que o desenvolvimento do capitalismo no Ceará continuasse avançado"* (BONFIM, 2004: 63).

Ao ver de Bernal (2004), estas mudanças no cenário político cearense mostram-se sincrônicas *"à lógica de reestruturação produtiva pela incorporação do ideário hegemônico do mercado, onde a intervenção estatal dar-se-ia no sentido de apoio à acumulação privada, isto é, considerando os interesses dos capitais particulares"* (BERNAL, 2004: 58).

## Os Planos de Governo: 1987 a 2002

Os compromissos com a superação do clientelismo, a recuperação da moralidade do serviço público e o aumento da produtividade da máquina administrativa – “o Estado deve ser visto como instrumento para a realização do bem comum e não para o serviço das oligarquias” (ESTADO DO CEARÁ / SEPLAN, 1987:9) – são alguns dos objetivos apresentados no “Plano de Mudanças”, o plano de governo da primeira gestão de Tasso Jereissati (1987-1990).

*“A modernização administrativa, com ênfase nas áreas fiscal e fazendária foi a maior preocupação na primeira gestão de Tasso Jereissati (1987-1990), o que contribuiu para o equilíbrio das finanças públicas alcançado no governo Ciro Gomes (1991-1993) (...) Neste último, e sobretudo no segundo governo de Tasso Jereissati (1994-1998), foi iniciada uma política de atração de capitais, mediante concessão de incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura de transporte, recursos hídricos e educação” (GONDIM, 2004b: 15).*

A estratégia de captação de capitais privados deu-se basicamente por duas formas: oferecendo infraestrutura, incentivos fiscais e mão-de-obra barata para a relocação de indústrias oriundas do Sul e Sudeste e investindo na implantação de um pólo turístico em Fortaleza.

A interiorização do desenvolvimento – industrialização com a modernização do parque fabril existente – e alternativas para o combate às calamidades, com ações envolvendo conservação do solo e irrigação, foram metas traçadas gestão de Ciro Gomes que tiveram certa continuidade no segundo mandato de Tasso Jereissati.

O “Plano de Desenvolvimento Sustentável” (1995-1998) coincide com o período do auge da imagem positiva do Estado do Ceará no cenário nacional. Observa-se uma distância estrutural em relação deste

plano ao do mandato: no lugar do protecionismo do processo de substituição de importações, tem-se uma abertura econômica a chamada globalização; em vez do planejamento governamental prepondera o pensamento único do estado mínimo e do livre jogo de forças do mercado, em vez da política de desenvolvimento regional, a competitividade da guerra fiscal (LIMA apud PAIVA, 2005).

A estratégia industrializante – fortalecimento dos setores siderúrgico, têxtil, vestuário, calçados e produtos alimentares – e de consolidação do turismo apoia-se em investimentos importantes em infraestrutura, a exemplo do Metrofor, da construção de uma usina eólica e de uma usina térmica no complexo industrial-portuário do Pecém, da instalação de novo aeroporto internacional e da construção de rodovias estruturantes ligando a capital às principais praias do litoral.

O plano da terceira gestão de Tasso, “Plano de Desenvolvimento Sustentável” (1999-2002), de subtítulo “Consolidando o novo Ceará”, apresenta recomendações que conformam a continuidade das políticas de modernização e industrialização com objetivo de aumentar as exportações, estimular parcerias e atrair investimentos internacionais.

Tanto o “Plano das Mudanças” (1987-1991) como o “Plano Ceará Melhor” (1992-1995) estabelecem o turismo como instrumento de desenvolvimento econômico, social e cultural e recomendam a implementação do turismo em moldes empresariais, com a adequação e complementação da infra-estrutura básica, apoio e incentivo à iniciativa privada na implantação de projetos e preparação de programa de marketing turístico visando a divulgação e melhoria da imagem do Ceará.

No último plano de governo de Tasso (1999-2002), foram lançadas as idéias dos projetos Fortaleza Atlântica e Parque de Exposições e Feiras: o primeiro, quando realizado, promoveria o rezoneamento de uso e ocupação do solo de toda área costeira, incentivando o turismo náutico e os cruzeiros marítimos; o segundo

pretende tornar Fortaleza um referencial de eventos dessa natureza e incentivar o turismo de negócios.

Estratégias de marketing político e *place marketing* na promoção da imagem de Fortaleza

*“Na disputa entre os lugares, o city marketing e a imagem turística têm contribuído para a atração de novas formas de acumulação de capitais, de gestão de negócios, bem como de captação de eventos e de novos equipamentos de lazer ligados direta ou indiretamente ao turismo”*  
(BENEVIDES, 2002: 75).

Os governos de Tasso Jereissati (1987-1990; 1995-1998 e 1999-2002) e Ciro Gomes (1991-1994) obtiveram altos índices de popularidade. Uma característica comum aos “governos das mudanças” foi uso intenso da mídia e campanhas de publicidade, que colaboraram com o controle do mercado da política estadual.

Barbalho (2005) identifica nos “governos das mudanças” a incorporação da política à lógica midiática e publicitária, enquadrando-os no que definiu como “espetacularização da política”. Os altos investimentos em marketing e propaganda<sup>29</sup> tinham o objetivo de estabelecer uma *“imagem marca das mudanças – um reforço para que o continuísmo destes governos fosse positivado, e não visto de forma negativa”* (BARBALHO, 2005).

Além da produção de uma imagem positiva do governo, houveram esforços em consolidar uma imagem positiva do Estado do Ceará. Um dos exemplos dessa estratégia foi a cooperação financeira do governo de Ciro Gomes com a novela *Tropicaliente*, realizada em 1994 na Região Metropolitana de Fortaleza pela rede de televisão Globo. Em 1998, *Meu bem-querer*, outra novela da mesma emissora, também exibiu imagens que colaboraram com a consolidação do “novo Ceará” que tem infra-estrutura e “modernidade” (GONDIM, 2000a).

<sup>29</sup> Segundo dados da Nielsen Associados, o Governo do Ceará foi o quinto do país a gastar com publicidade em 1992 (GONDIM apud BARBALHO, 2005).

Considera-se que a ascensão de Tasso Jereissati ao poder marca a transferência para a gestão pública dos preceitos e fórmulas da gerência privada. Essas experiências podem ser associadas à mudança no caráter da gestão local e à prática do chamado *empreendedorismo urbano*. Gondim aponta para uma transformação nas relações entre Estado e sociedade no modelo de gestão então iniciado:

*“Apesar de compartilhar com o neoliberalismo a preocupação com a austeridade financeira e fiscal, as administrações de Tasso Jereissati (1987-1990 e 1995-1998) e de Ciro Gomes (1991-1994) realizaram uma agressiva política de atração de investimentos, lançando mão incentivos fiscais e de estratégias de place marketing”* (GONDIM, 2000a: 18).

Essas estratégias podem ser relacionadas ao fenômeno chamado “boosterismo”<sup>30</sup>, que, possuindo raízes na costa oeste dos Estados Unidos no fim do século XIX, define-se em termos de promoção e *marketing* de lugares. Segundo Philip Gunn, o boosterismo *“adquire seu potencial de instrumentalização econômica somente por conta de seu poder cultural e ideológico de criar imagens e promover mitos”* (GUNN, 1999: 150).

No Ceará, o boosterismo aparece como *“um projeto tucano dos empresários”*; parte-se da lógica do cenário político brasileiro, no qual a indústria de propaganda, a partir da transição para o governo civil em 1985, entra no mercado dos *“anéis burocráticos de poder”* para promover a atividade profissional do lobby e dos interesses empresariais (GUNN, 1999: 152, 154).

No Centro de Indústrias do Ceará reside o *“mito fundador do grupo político-empresarial cearense”* (GUNN, 1999:155) e, provavelmente, a gênese do *“Pacto Cearense de Cooperação”* iniciado em 1991 pelo governo de Ciro Gomes. Foi

*“o instrumento político criado para a necessidade de repensar e reestruturar a economia cearense a fim de que ela*

<sup>30</sup> Termo utilizado por Philip Gunn que deriva do inglês *boosterism*. Ele explica: *“Na ausência de uma alternativa melhor optei por não traduzi-la”* (GUNN, 1999: 150). Diz respeito à promoção e marketing dos lugares e tem suas origens na costa oeste dos Estados Unidos no fim do século XIX.



FIGURA 2: Capa da edição de 01 de dezembro de 1993 da revista *Veja* (fonte: [www.veja.com.br](http://www.veja.com.br))

*pudesse ajustar-se com êxito ao novo cenário mundial e responder às novas exigências do desenvolvimento, que não mais poderiam ser atendidas dentro do paradigma de uma administração taylorista” (BERNAL, 2004: 58).*

O Pacto consistia em alianças e cooperações entre o público e o privado: a articulação entre interesses empresariais e político-partidários e a mediação entre as diferentes esferas com o objetivo de atrair investimentos.<sup>31</sup>

*“A alavancagem de recursos locais tornou-se um objetivo explícito do Pacto de Cooperação” (GUNN, 1999: 159).* Essa alavancagem dava-se em diversas maneiras, como através do uso do Banco do Estado do Ceará (BEC) para programas empresariais do Estado, de empréstimos do BID/BIRD para programas de investimento como o Sanear e o Prodetur e de investimentos em infra-estrutura que viabilizam investimentos empresariais privados<sup>32</sup>. Nesses casos, *“a divulgação e promoção das práticas dos governos tucanos na gestão de finanças públicas transforma-se num instrumento poderoso de alavancagem” (GUNN, 1999: 160).*

Assim, os investimentos realizados pelos governos mudancistas, sempre amparados por campanhas publicitárias, fazem com que, na primeira metade da década de 1990, o Estado simbolize a eficiência e a moralização do uso de recursos públicos.

*“O Ceará é confrontado com o país – o primeiro em marcha para a modernidade; o segundo, na contramão da modernidade. É esta condição diferenciada que torna a parte (Ceará) exemplo modelar para o todo (País)” (MAMEDE apud BARBALHO, 2000).*

Intervenções urbanas como estratégia de legitimação política

Gondim considera que a propaganda em si é *“o lado mais banal do processo de produção de imagens”*. Salienta que

<sup>31</sup> A condição de mediador do Pacto foi restrita, pois, muitas vezes, os interesses políticos e econômicos do governo e dos empresários estavam sobrepostas.

<sup>32</sup> Gunn cita o caso da empresa Vicunha, que *“anunciou investimentos no Ceará de US\$ 450 milhões para 1994 e 1995”*. O discurso do principal executivo da empresa enfatiza as qualidades da administração do Ceará: *“o Ceará é o único Estado do país onde estamos realizando empreendimentos porque há sete anos é um centro de seriedade que serve de exemplo para o resto do país”*. Gunn fala que este mesmo empresário é então *“cooptado pelo staff do pacto para participar em missões de promoção fora e dentro do Ceará” (GUNN, 1999: 160).*

*“quando se trata de explicar a construção simbólica da ‘moderna’ Fortaleza um aspecto que parece mais importante do que o uso da mídia são as intervenções urbanísticas executadas, a partir dos anos 90, pelas administrações municipal e estadual” (GONDIM, 2000a: 8).*

Tais obras também representam uma disputa político-eleitoral entre o grupo que está no governo estadual desde 1987 (PSDB) e o grupo que controla a prefeitura municipal desde 1990 (PMDB). Em sua pesquisa, Gondim esclarece que o grupo de Jereissati não domina a cena política na capital. Uma evidência desse fato é a derrota dos candidatos por ele apoiados nas eleições para a Prefeitura em 1992, 1996 e 2000, as quais elegeram Antônio Cambraia (1992) e Juraci Magalhães (1996 e 2000)<sup>33</sup> (GONDIM, 2000a).

<sup>33</sup> Como vice-prefeito de Ciro Gomes em 1988, Juraci Magalhães assumiu o cargo de prefeito quando esse foi candidato ao Governo do Estado em 1990. Passou a fazer oposição ao Governo estadual e elegeu seu sucessor em 1992.

A cidade torna-se um campo fértil de investimento simbólico e intervenção política. A “linguagem das obras” tem-se mostrado como capital político nas campanhas eleitorais no discurso da credibilidade política materializada no ato de “fazer” (BARREIRA, 2003).

*“Nas eleições municipais do Brasil, em 1996, a grande marca dos argumentos que contemplavam problemas urbanos referia-se à necessidade de realização de obras, vistas como parâmetro da boa administração” (BARREIRA, 2003: 330).*

A administração de Juraci foi marcada por obras de grande impacto: construção de viadutos, a reforma do hospital público José Frota, a reforma e a construção de praças e áreas de lazer deram origem a títulos como “Fortaleza de Juraci”<sup>34</sup> e “uma nova cidade surge no rastro de mais de três mil obras”<sup>35</sup> (GONDIM, 2000a). As obras realizadas em seu primeiro mandato (1990-1991) foram utilizadas na campanha eleitoral de 1996, sob o lema “Juraci faz”. Sua vitória deixa claro que as críticas da oposição, defensoras do planejamento e contrárias à proliferação de obras urbanas “de fachada” e “expressão de privilégios de alguns cidadãos”, não foram suficientes para superar o “significante já

<sup>34</sup> Título de livro tom bastante tendencioso às realizações do Prefeito: SAMPAIO, Dorian. A Fortaleza de Juraci. Anuário do Ceará Publicações, 1993.

<sup>35</sup> Idem.

*legitimado do 'fazer' como expressão de uma gestão competente" (BARREIRA, 2003: 330).*

As rivalidades político-partidárias entre os grupos que lideram a cena política estadual e municipal se materializam principalmente nas intervenções pontuais e muitas vezes não-integradas no Centro e na Praia de Iracema.

*"Pode-se interpretar como tentativa de reconquistar a hegemonia política na capital as diversas intervenções do governo estadual no espaço urbano de Fortaleza, uma vez que estas não se resumem a projetos de impacto regional ou de caráter metropolitano (como a construção do novo aeroporto internacional, a implantação da rede de esgotamento sanitário e de transporte metroviário, o Metrofor); incluem, também, projetos de âmbito mais restrito, como a urbanização da ponte dos Ingleses e o Centro Cultural Dragão do Mar, ambos na Praia de Iracema, nos quais a Prefeitura não tem participação. Os intensos programas de intervenção urbanística da Prefeitura e do Governo do Estado reconhecem a importância de marcos espaciais, como a área central, as praças e as praias, para a construção da identidade de um núcleo urbano, elemento fundamental para se obter o apoio político dos cidadãos" (GONDIM, 2000a: 19).*

Se por um lado estas intervenções procuram solucionar problemas urbanos, por outro, resultam, devido ao seu caráter pontual, em ações que comprometem a estruturação da cidade. O documento "Fortaleza, Cidade Fragmentada"<sup>36</sup> observa que há uma

*"desarticulação dos setores operacionais envolvidos na gestão da cidade, a falta de orientação quanto ao desenvolvimento a ser fornecido ao setor privado pelo setor público, à forma autoritária como tais*

<sup>36</sup> Documento elaborado em setembro de 1996 pela Associação de Docentes da UFC-ADUFC, a Associação de Geógrafos do Brasil / Seção Ceará – AGV-CE, o Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento Ceará – IAB-CE e o Instituto da Memória do Povo Cearense – IMOPEC. Participaram de sua elaboração os professores Ângela Pinheiro, Maria Luiza Fontenele, José Lemenhe, José Borzachiello da Silva, Romeu Duarte Junior e Célia e Fátima Guabiraba.

<sup>37</sup> Os projetos aos quais o texto se refere são especificamente o Metrofor, o Aeroporto Internacional Pinto Martins, a ponte sobre o Rio Ceará, os mercados Central e São Sebastião, o Instituto José Frota e obras da iniciativa privada, como shopping centers, supermercados, grandes prestadoras de serviços, centros empresariais, torres residenciais e condomínios fechados.

*projetos têm sido implantados*" <sup>37</sup>  
(PINHEIRO; et. al, 1996:10).

O mesmo estudo coloca que as relações conflituosas entre as gestões de políticas municipal e estadual e os interesses da iniciativa privada

*"emergem suportados pelos interesses, muitas vezes distintos, entre os vários níveis de poder concernentes às questões do solo urbano no que tange ao âmbito municipal na esfera estadual e da iniciativa privada"* (PINHEIRO; et. al, 1996:11).

Apesar de desarticulados entre si, os projetos empreendidos pelos governos estadual e municipal nos últimos anos em Fortaleza têm procurado "embelezar a cidade", receber o apoio dos cidadãos e promover sua imagem para a atividade econômica do turismo e assim fomentar a economia.

Entretanto, não se pode, como adverte Gondim, afirmar a existência de um projeto claramente formulado que relacionasse as intervenções urbanísticas ao desenvolvimento do econômico do estado.

*"A idéia de utilizar uma política cultural como estratégia para inserir o Ceará no processo de globalização parece ter sido um recurso utilizado a posteriori, para viabilizar a implementação de uma decisão tomada no final do governo Ciro Gomes: construir um centro cultural na Praia de Iracema"* (GONDIM, 2004b: 18).

<sup>38</sup> A socióloga cearense Regiane Carvalho (2001:14), atribui às campanhas eleitorais e as gestões de Tasso e Ciro um forte caráter midiática e considera a "Era Tasso" como paradigmática na política cearense de um processo de construção e consolidação de uma "imagem marca" através de mecanismos de marketing e propaganda. A autora questiona "até que ponto as sucessivas vitórias de Tasso em campanhas estaduais não se explicariam tão somente pela ação de métodos políticos tradicionais de aliciamento e clientelismo que o controle da máquina do Estado facilita aos governantes". Para Alexandre Barbalho (2000), outro estudioso dos "Governos das Mudanças", muitas das reformas se limitaram a dar uma roupagem moderna às velhas práticas de autoritarismo mediante a substituição ou extinção de órgãos e a moralizar a política de pessoal a fim de obter equilíbrio das finanças públicas.

#### A política cultural nos "governos das mudanças"

Apesar de críticos do discurso "mudancistas" definirem como pouco inovadoras as reformas administrativas<sup>38</sup>, a imagem e a popularidade que sustentam dentro e fora do Ceará mantêm-se extremamente positivas. A justificativa disso, para Barbalho, "está nos avanços alcançados nas finanças públicas e na industrialização, mas também em algumas áreas sociais como saúde,

*educação e cultura, junto com um forte investimento publicitário*" (BARBALHO, 2000).

Nesse contexto, destacam-se os investimentos que o setor cultural tem recebido. A Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT/CE) que freqüentemente havia ocupado um lugar secundário no campo das secretarias, passa a ter mais destaque especialmente a partir do governo de Ciro Gomes (1990-1994), quando assume um papel especial na política de publicidade adotada pelo governo. Não é por acaso que dois publicitários foram nomeados como Secretários de Cultura – primeiro, Augusto Pontes que, um ano depois, foi substituído por Paulo Linhares. Em pouco tempo, a SECULT passa a ser a secretaria que mais investe em propaganda e anuncia em revistas (BARBALHO, 2000), um retrato da crescente sensibilização do papel estratégico da cultura.

*"De uma cultura concebida com um fim em si, evoluímos para uma cultura instrumentalizada, cuja função consiste em diferenciar mercadorias e espaços geográficos"* (HERSCOVICI apud BARBALHO, 2000).

Como produtora de significação, a cultura serve bem às exigências da economia mundializada, na qual os espaços precisam oferecer um diferencial para atrair o capital internacional.

*"Os poderes públicos, financiando as atividades culturais que tem condições de gerar um efeito de imagem, e diferenciando assim o espaço, criam efeitos indivisíveis, posicionando esse espaço na Economia-Mundo"* (HERSCOVICI apud BARBALHO, 2000).

Permanecendo como Secretário de Cultura no governo de Tasso iniciado em 1995, Linhares elabora o "Plano de Desenvolvimento Cultural" (1995-1996)<sup>39</sup>, no qual defende o papel da cultura na contemporaneidade como *"elemento indispensável na formação de indivíduos mais adequados à organização pós-industrial da economia"* e como *"parte integrante da geração de*

<sup>39</sup> O plano *"consolida a linha de argumentação adotada para convencer o empresário-governador de que investir em políticas culturais seria um bom negócio"* (GOMDIM, 2004b:20)

<sup>40</sup> Para Gondim, ao apostar no setor de serviços como desenvolvimento econômico o plano "poderia ser considerado uma crítica velada à política de desenvolvimento de adotada pelo governo Tasso Jereissati, que priorizou a atração de indústrias". (GONDIM, 2004b: 22)

*riqueza ao se destacar no setor de serviços"* (BARBALHO, 2004: 163). O fomento ao setor cultural contribuiria para a capacitação da mão-de-obra, geração de empregos e renda<sup>40</sup>.

Assumindo o discurso da "modernização", o "Plano de Desenvolvimento Cultural" propõe a instalação de uma indústria do audiovisual no Ceará e a construção de um centro cultural em Fortaleza, equipamento que iria ao encontro dos anseios governamentais de construir a imagem de "uma cidade global" projetada "pelo seu papel no circuito produtor, distribuidor e consumidor da cultura" (GONDIM apud BARBALHO, 2000).

É interessante ressaltar nesse Plano a avaliação de que o Ceará, por não ser tão "organizado culturalmente", ou "aristocrático na acumulação do saber", ou ainda não ter tanta "tradição da informação", estaria mais apto a se adaptar às novas informações e necessidades do mundo globalizado do que estados no Nordeste de passado glorioso. Como bem definiu Barbalho (2004:163), o Ceará seria "o não-lugar ideal para a cultura mundializada".

*"Por ter adquirido expressão econômica somente na segunda metade do século XIX, Fortaleza não contaria com patrimônio histórico-arquitetônico comparável ao de Salvador, Recife, Olinda, São Luís ou Rio de Janeiro. Para ele [o então Secretário de Cultura Paulo Linhares], a preocupação com a destruição do patrimônio revelaria uma nostalgia por um passado que nunca existiu, sendo indicativa da necessidade de se criar, no presente, imagens memoráveis"* (GONDIM, 2004b: 25).

Âncora da política cultural – e seu mais visível fruto no espaço urbano, o Centro Cultural Dragão do Mar, construído em 1998 na parte mais antiga da Praia de Iracema, visava também promover a revitalização da antiga área portuária e suprir a carência de espaços públicos e marcos urbanos identitários na Capital.

### 1.3. Os projetos de requalificação e de preservação do patrimônio

O processo de transformações urbanas experimentado por Fortaleza na última década vem sendo acompanhado de investimentos materiais e simbólicos em torno da restauração de equipamentos percebidos como expressão do patrimônio da cidade expresso na metáfora do *"diálogo entre passado e presente"*.

*"Trata-se de uma metáfora que visa apontar as diferentes formas de evocar o passado, visto tanto sob a óptica de um tempo mítico e sem retorno como na perspectiva de um tempo inventado e vivido em continuidade com os usos contemporâneos do espaço urbano"* (BARREIRA, 2003: 315).

As reformas da Praça do Ferreira (1991), do Estoril (1994), da Ponte dos Ingleses (1994) e do entorno do Centro Cultural Dragão do Mar (1998) são exemplos das tentativas de resgate do passado e recuperação de uma "memória", com a introdução de novos hábitos e forte destaque à dimensão estética (BARREIRA, 2003).

Para Ricardo Paiva, estas intervenções, batizadas sempre por alguns dos "re's" que marcam o jargão do planejamento urbano atual – revitalização, renovação, requalificação, reabilitação, reurbanização, etc. – caracterizam-se pela posição simultânea de resgate do passado e criação de novos valores que se projetam para o futuro. *"Ambos os caminhos se revestem de intenções modernizantes e são edificados a partir da construção de uma imagem moderna da cidade"*; a referência ao passado sempre aparece associada à lógica de criação de uma nova tradição (PAIVA, 2005:83-89).

A Praia de Iracema tem sido um dos principais focos das ações de revitalização com vista ao lazer e ao turismo. Nesse caso, Gondim destaca o uso de *"referências mitológicas como fundamento de uma política cultural voluntarista"* (GONDIM, 2004b: 26). O mito surge como suporte à invenção das tradições<sup>41</sup>. No

<sup>41</sup> *"Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado"* (HOBSBAWN, 1997:90).

<sup>42</sup> Mais sobre a relação do mito de Iracema e a ocupação do território cearense pode lido nos estudos da socióloga Linda Gondim e na dissertação de mestrado da arquiteta Solange Schramm. SCHRAMM, Solange. Território livre de Iracema: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2001.

caso de Fortaleza, essas referências residem no Dragão do Mar e na própria Iracema de José de Alencar que serviu de nome ao bairro<sup>42</sup>.

*"(...) sua disseminação e a utilização de mais personagens como marcos identitários para importantes espaços da Cidade permitem apontá-la como um elemento constitutivo da identidade cultural cearense"* (GONDIM, 2004b: 26).

A promoção de imagens seletivas do passado, numa tendência de "mitologizar a história" sugere que uma pós-modernidade em Fortaleza que se aproxima do paradigma das cidades mais novas e carentes de monumentos descritas por Sharon Zukin (1996) e representadas pelos arquétipos das cidades norte-americanas Los Angeles e Miami (GONDIM, 2004b).

*"Os apelos turísticos, as intervenções urbanísticas ou as projeções arquitetônicas buscam, cada qual a seu modo, fortalecer a identidade urbana, guardando seu quinhão de passado"* (BARREIRA, 2003: 334).

<sup>43</sup> Nas proximidades do Riacho Pajeú, no local do forte que deu origem a cidade hoje se encontra a 10ª Região Militar.

A década de 1990 é também marcada por acenos à revitalização do Centro, local que marca a origem do desenvolvimento de Fortaleza<sup>43</sup> e guarda símbolos representativos de sua história. A partir especialmente dos anos 1970, em um fenômeno conhecido pela maioria das capitais brasileiras, o Centro entra em um processo de "esvaziamento" e "decadência", com a transferência de grande parte de suas funções para as novas centralidades, levando consigo os investimentos públicos, e a especialização em um comércio dedicado às classes mais baixas. Seu paulatino abandono pelas elites e o fortalecimento de outras centralidades, como a Aldeota, faz com que o Centro adquira uma conotação negativa, representando a marginalidade e a precariedade dos espaços.

O debate sobre a revitalização da área central de Fortaleza não ocorre somente no âmbito do Plano Diretor ou da iniciativa municipal. Participam com vigor os empresários do comércio varejista através de suas representações de classe. No entanto,

*"as primeiras tentativas neste sentido revelam-se, no entanto, precárias no que diz respeito à falta de articulação entre as intervenções pontuais, próprio da visão imediatista dos empresários do comércio, desejosos de verem restabelecidas as condições de atração de clientes"*  
(FERNANDES, 2004: 90).

Exemplos de iniciativas articuladas pelos comerciantes foram a reforma da Praça do Ferreira (1991), a construção do novo Mercado Central (1998) e a criação da ONG Ação Novo Centro, cujos estudos serviram de base para a elaboração do "Concurso Nacional de Idéias para Embelezamento e Valorização da Área Central de Fortaleza e Parque da Cidade".





## CAPÍTULO 2

# Intervenções na área central



### 2.1. Considerações iniciais

Perspectiva histórica: O Centro de meados do século XIX aos anos 1990

O Centro de Fortaleza corresponde à zona mais antiga desenvolvida às margens do riacho Pajeú e nas proximidades do local onde havia um antigo forte em desmoronamento, reconstruído entre 1812 e 1823 pelo engenheiro Silva Paulet, que também foi o responsável pelo lançamento do traçado das ruas em malha xadrez com o qual a cidade se identifica até hoje.

O desenvolvimento de Fortaleza e da área central está relacionado às atividades comerciais e de exportação de matéria-prima. O aumento dos fluxos de exportação, especialmente de algodão nos anos 1860, consolidaram Fortaleza como principal entreposto comercial e a levaram a uma posição hegemônica dentro da província. Teve início, a partir de então, um processo de remodelação sócio-urbana na cidade que se prolongaria até as primeiras décadas do século XX<sup>1</sup>. Este processo *“significou a inserção da capital cearense no contexto da belle époque (belos tempo), termo francês cunhado para traduzir a euforia européia com as novidades extasiantes decorrentes da revolução científico-tecnológica”* (PONTE, 2004:162-163).

Além de estratégias de estabelecer uma disciplina urbana e social e assepsia dos espaços e de sua população sob o respaldo de discursos médicos-

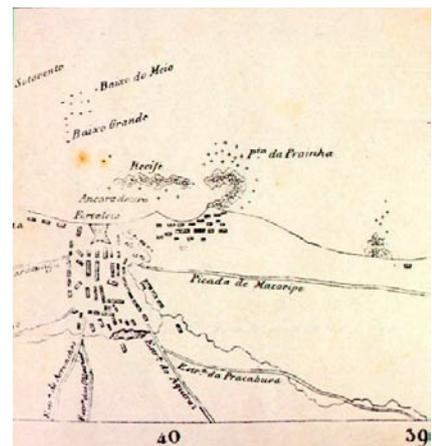


FIGURA 3: Trecho do levantamento da Vila de Nossa Senhora da Assunção, realizado por Silva Paulet em 1810. O mapa mostra o núcleo original da cidade que se desenvolveu em torno do forte e das margens do riacho Pajeú (fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982).

<sup>1</sup> Em relação ao período, é digno de nota o trabalho de Caterina de Saboya, que, de forma interessante, combina literatura e história no esboço da dinâmica urbana e social da cidade na virada do século XIX e na entrada no século XX. OLIVEIRA, Caterina de Saboya. Fortaleza: seis romances, seis visões. UFC Edições: Fortaleza, 2000.



FIGURA 4: “Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios” elaborada por Adolfo Herbster em 1875. A área escura corresponde a região central (fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982)

<sup>2</sup> Correspondem às atuais avenidas Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel.

políticos, a cidade recebeu pavimentação das vias públicas com paralelepípedos e concreto, iluminação de logradouros públicos, arborização, etc., aspectos que a aproximavam do ideal de progresso e modernização urbana.

Consoante à idéia de disciplinar o crescimento da cidade, foi elaborado pelo engenheiro-arquiteto Adolfo Herbster em 1875 a “Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios”, que atualizava e expandia o sistema de traçado urbano xadrez estabelecido por Silva Paulet em 1818. A malha de Herbster era organizada por setores de acordo com as vias de saída da cidade, que convergiam para o núcleo central (CASTRO, 1977).

A correção de becos e vias sinuosas e abertura de três avenidas<sup>2</sup> que circundavam o perímetro central, à maneira dos boulevares franceses, remetiam às reformas operadas por Haussmann em Paris no mesmo século (PONTE, 1993;2004). Outro signo de modernização do período foi a inauguração, em 1880, dos bondes de tração animal da Cia. Ferro Carril e do Passeio Público, que se tornou o principal ponto de lazer e sociabilidade da cidade até o início do século XX, quando a Praça do Ferreira e os cinemas ao seu redor surgiram como grandes concorrentes.

Nos anos iniciais do regime republicano – última década do século XIX aos anos 1930 –, o quadro sócio-econômico que se delineava acentuava os anseios de modernização do país. Ao novo regime associava-se a idéia de progresso. Este panorama teve reflexos nas cidades brasileiras, cujas áreas centrais passaram por reformas urbanísticas, tais como as empreendidas pelo prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro.

Fortaleza também passou por mudanças do gênero, mas não da mesma magnitude. Devido às restrições econômicas, as intervenções no espaço da cidade ficaram limitadas a ações de embelezamento de sua aparência urbana, como o ajardinamento de praças. A importância conferida ao embelezamento e a harmonia do conjunto urbano também se evidenciava no Código de Posturas de 1893, que prescrevia, entre outros, “a adoção de certa padronização formal nas platibandas, obrigatórias nas fachadas da frente, bem como nos

vãos de portas e janelas externas” (CASTRO apud PONTE, 1993:40).

*“Em Fortaleza, o movimento de remodelação urbana impulsionou-se com o Mercado de Ferro (1897), o ‘aformoseamento’ das principais praças (1902-3) e a construção do requintado Teatro José de Alencar (1910). A onda remodeladora acabou por conferir à zona central da cidade um harmonioso conjunto urbano, complementada com a edificação de mansões, prédios públicos e dois grandes cinemas – em sua maioria, construções marcadas pelo ecletismo arquitetônico, estilo então em voga no país”* (PONTE, 1993:18).

A “Planta Cadastral da Cidade de Fortaleza” elaborada entre 1931 e 1932 constatou que a expansão territorial ultrapassava a antiga malha prevista por Herbster, especialmente ao longo das vias de penetração para o interior. Segundo Liberal de Castro (1977), este crescimento irregular foi ocasionado pelo intenso fluxo migratório provocado pelas secas periódicas. O censo revela que entre os anos de 1900 e 1930, a população de Fortaleza dobrou: passou de 48 mil para cerca de 100 mil habitantes (SOUZA apud FERNANDES, 2004).

Neste mesmo período, a zona comercial no Centro da cidade foi ampliada e muitas residências das classes média e alta transferiram-se para novos bairros como Jacarecanga, Outeiro e Praia de Iracema, que também funcionava como balneário de veraneio da elite local.

Diante do crescimento urbano e da ocupação total da área projetada por Adolfo Herbster em 1875, foi contratado, durante a administração do prefeito Raimundo Girão em 1933, o urbanista Nestor de Figueiredo para a elaboração do “Plano de Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza”. O plano tinha bases modernistas e propunha um ordenamento funcional da cidade: delimitava os bairros residenciais e as áreas comerciais e industriais, criava uma zona universitária e hospitalar e determinava as reservas de áreas verdes. Como medida de suavização

da malha xadrez, propunha vias periféricas concêntricas ligadas às vias radiais de penetração. O plano não chegou a ser implantado. Suas diretrizes, no entanto, serviram de referência para os planos elaborados posteriormente (FERNANDES, 2004).

O fluxo migratório e o crescimento urbano permaneceram intensos nas décadas seguintes. Os dados censitários indicam que a população de Fortaleza triplicou entre 1940 e 1960 (SOUZA apud FERNANDES, 2004).

Em 1947, Saboya Ribeiro tinha seu “Plano Diretor para Remodelação e Extensão da Cidade de Fortaleza” aprovado. As diretrizes apresentadas para o Centro propunham solucionar problemas já verificados naquela época: a dificuldade de acessos, o dimensionamento inadequado das ruas e os conflitos de circulação entre veículos e pedestres. Como o plano anterior, não foi posto em prática, principalmente por causa das proposições de alto impacto que envolviam desapropriação e a subtração de áreas construídas para o alargamento das vias.

Ao desenvolver o “Plano da Cidade de Fortaleza”, aprovado em 1963, Hélio Modesto deparou-se com uma série de problemas decorrentes da não



FIGURA5: Vista aérea do Centro de Fortaleza em 1956. (Fonte: Arquivo Museu da Imagem e do Som do Ceará).

implantação dos planos anteriores e da estrutura urbana consolidada. A remodelação do centro encontrava-se mais difícil do que nas décadas anteriores e as questões relativas à especialização funcional no comércio, ao estrangulamento da malha viária e à fuga de atividades responsáveis pelo seu dinamismo intensificavam-se (FERNANDES, 2004).

Entre as diretrizes presentes no plano de Modesto estava a remoção gradual de atividades inadequadas para o Centro como a Santa Casa, o comércio atacadista, a Estação Ferroviária e o Mercado Central. Propunha também a requalificação da margem do Riacho Pajeú, a implantação de uma via paisagística acompanhando seu leito e a criação de um parque urbano. Foi uma diretriz semelhante àquela para o parque da Avenida Beira Mar, uma solução comum adotada em várias cidades litorâneas, "*onde as grandes avenidas, à feição de bulevares, associadas aos amplos calçadões arborizados, garantiam o uso público da faixa de praia e impediam a construção de obstáculos físicos entre esta e o mar*" (FERNANDES, 2004:52).

As recomendações de Hélio Modesto para a área central não chegaram a ser efetivadas. Nos anos seguintes, o desenvolvimento do centro foi marcado pela manutenção da escala urbana e da situação fundiária não compatíveis com a dimensão e influência que a capital cearense exercia no contexto regional. Para Ricardo Fernandes,

*a não vigência do plano significa a transferência das decisões sobre as formas de ocupação do solo para a iniciativa dos proprietários privados. Estes, de modo geral, não consideravam, nas suas negociações, qualquer possibilidade de estabelecer no centro as bases de uma reorganização espacial e paisagística que viabilizasse a superação da estrutura fundiária e a realização da função social da propriedade"* (FERNANDES, 2004:55-56).

Na década de 1970, Fortaleza caracterizava-se pela sua estrutura urbana mononucleada. O centro concentrava

cerca de dois terços dos empregos e cerca de 70% do tráfego de pessoas (apud FERNANDES, 2004). Sinais da saturação de sua malha viária e do início da fuga de funções que lhe conferiam diversidade e dinamismo foram diagnosticados pelo “Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza” (PLANDIRF), elaborado entre os anos 1969 e 1971.

A expansão metropolitana acentuava o quadro de especialização da área baseada no comércio varejista. Este caráter se consolidaria com a elaboração do “Plano Diretor Físico” em 1975 e da “Lei de Uso de Ocupação do Solo” de 1979, que estimularam a descentralização, a verticalização e o desenvolvimento de novas centralidades como a Aldeota, bairro que passou a rivalizar com o centro tradicional em termos de ofertas de serviços.

*“Dentre as diversas transformações que imprimem uma dinâmica própria à estrutura do espaço urbano de Fortaleza, observa-se a ‘decadência’ do centro principal, a migração da centralidade decisória acompanhando os bairros residenciais de classe média e alta, levando consigo os investimentos públicos em estrutura de circulação e transporte”* (PEQUENO, 2001: 123).

Já desde o final dos anos 1960, instalações governamentais como o Palácio da Abolição, Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal começaram a se transferir para a área leste da cidade. O novo modelo de ocupação inaugurado pela legislação de 1979 contribuiu para a consolidação da Aldeota como centralidade emergente, tendo como antecedente a inauguração em 1974 do Shopping Center Um, o primeiro do gênero na cidade. Nos anos 1980, como área residencial das camadas de maior poder aquisitivo, a Aldeota recebeu a expansão do setor financeiro e a transferência de sedes de agências bancárias.

Com a perda gradativa da relação entre as atividades que antes lhe conferiam diversidade e dinamismo, instalou-se um ciclo de degradação e desvalorização no centro tradicional. Este passou a se caracterizar como

centro da periferia, visto sua consolidação como pólo comercial cujo consumidor alvo é basicamente a população de baixa renda da capital e da região metropolitana.

*“Ao consolidar-se como espaço das trocas das camadas mais pobres da população, reduzem-se as possibilidades quanto à demanda por qualidade espacial. (...) Alimentam-se, assim, o ciclo vicioso de segregação e degradação sócio-espacial, com ênfase para o declínio absoluto das condições ambientais e sanitárias”* (FERNANDES, 2004:76).

Entre as décadas de 1980 e 1990, o processo de decadência do Centro atingiu seu ponto mais alto. Mesmo tendo sido alvo de incentivos à habitação coletiva pela legislação de 1979, que designou o gabarito máximo em 95 metros, a verticalização no centro foi uma tentativa frustrada; a estrutura fundiária caracterizada por pequenos lotes inviabilizava a verticalização.

Nesse sentido, o Centro foi considerado como “área de intervenção prioritária” pelo “Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza” em vigor desde 1996. Suas diretrizes para revitalização da área derivaram das discussões promovidas pelo PLANEFOR (Plano Estratégico da Região Metropolitana de Fortaleza), cuja ação se enquadra na elaboração de diagnósticos, identificação dos problemas e potencialidades e definição de objetos e projetos a serem desenvolvidos por todos aqueles envolvidos no planejamento da cidade – governo, empresários, comunidades e representações sociais (FERNANDES, 2004).

O Centro como área de intervenção prioritária

A questão da requalificação do Centro vem ocorrendo não somente no âmbito do Plano Diretor ou da iniciativa municipal. Têm participação ativa os empresários do comércio varejista através de suas representações de classe, como a Câmara de Dirigentes

<sup>3</sup> Fundada pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Ceará (FCDL), Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará (FACIC), Sindicato do Comércio Varejista e Lojista de Fortaleza (SINDILOJAS), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e Associação dos Bancos do Ceará (ABANCE).

Lojistas (CDL). Um exemplo disso foi a criação, em 1999, da Ação Novo Centro<sup>3</sup>, uma ONG que se propõe como articuladora dos interesses empresariais junto à Prefeitura Municipal e a outras entidades representativas.

As movimentações nos anos 1990 acerca a revitalização da área central têm relação próxima ao modelo de intervenção surgido na década anterior, expresso por uma visão empresarial de gestão do Estado e da cidade e uma visão estratégica de ações pontuais que visam inserir a localidade no contexto da globalização.

Os exemplos mais significativos de iniciativas articuladas pelos comerciantes e orientadas pela perspectiva de renovação urbana do Centro de Fortaleza, com vistas a melhoria de sua imagem, atração de investimentos e promoção da heterogeneidade dos fluxos em contraposição a sua atual especialização funcional em torno, basicamente, do comércio da classe baixa e média mais baixa, foram: a reforma da Praça do Ferreira (1991), a construção do novo Mercado Central (1998) e o “Concurso Nacional de Idéias para Embelezamento e Valorização da Área Central de Fortaleza e Parque da Cidade” (2000), os quais serão analisados no decorrer deste capítulo.

Vale mencionar, ainda, mais alguns projetos com potencial de intervir na área central: LEGFOR, METROFOR, Projeto Fortaleza Histórica, o Shopping Centro e o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> O Centro Multifuncional de Feiras e Eventos faz parte do escopo do quarto capítulo desta dissertação.

O LEGFOR, projeto de revisão e atualização da legislação urbanística de Fortaleza foi desenvolvido entre 2002 e 2004 pela ASTEF (Associação Técnico-Científica Eng.º Paulo de Frontin), uma entidade jurídica de direito privado vinculada à Universidade Federal do Ceará. Encontra-se, atualmente, sujeito a um novo diagnóstico por parte do PDP (Plano Diretor Participativo).

O sistema Metrofor, por sua vez, prevê a implantação inicial de duas linhas – uma sul, em direção ao município de Maracanaú, e outra oeste, em direção ao município de Caucaia – que facilitará o deslocamento



FIGURA 6: Intervenções e projetos na área central de Fortaleza e adjacências: (1) Praça do Ferreira; (2) Mercado Central; (3) Parque da Cidade – Reforma das Praças José de Alencar e Lagoinha; (4) Centro Cultural Dragão do Mar; (5) Centro de Feiras e Eventos; (6) Corredor Cultural da Rua Dr. João Moreira – Projeto Fortaleza Histórica

entre as áreas periféricas da região metropolitana e o Centro. Trata-se de um projeto com grande potencial indutor de transformações caso associado a outras ações<sup>5</sup>.

Já o Fortaleza Histórica, projeto desenvolvido pela Secretaria de Cultura do Estado desde 2000, envolve o restauro de núcleos de edificações, em especial as fachadas dos prédios históricos<sup>6</sup> da rua Dr. João Moreira, visando a constituição um “Corredor Cultural”. Apesar do restauro das edificações e de suas fachadas ser válido como uma ação inicial de revalorização e embelezamento do conjunto, não é suficiente para sustentar uma revitalização da área central.

Outro projeto que compartilha do caráter de ação pontual é o Shopping Centro, lançado pela Ação Novo

<sup>5</sup> O Metrofor foi um dos motes do lançamento do “Concurso Nacional de Idéias para Embelezamento e Valorização da Área Central de Fortaleza e Parque da Cidade” em 1999.

<sup>6</sup> Forte de Nossa Senhora de Assunção, Passeio Público, Santa Casa de Misericórdia, Associação Comercial do Ceará e da Coelce (antiga sede da Sociedade União Cearense), Antiga Cadeia Pública (atual Centro de Turismo) e Estação João Felipe.

Centro e Prefeitura Municipal e que envolvem a implantação de galerias e centros comerciais. Trata-se de uma estratégia que visa garantir a sobrevivência do comércio frente à concorrência com os grandes shoppings na área leste da cidade, e que denuncia *“a dificuldade de sobrevivência das grandes lojas que ocupam os maiores terrenos”* (FERNANDES, 2004:143).

## 2.2. Praça do Ferreira

A reforma na Praça do Ferreira no início dos anos 1990 introduz, em Fortaleza, a um período em que o modelo de intervenção no espaço público é marcado por uma visão estratégica das gestões urbanas, pautadas pela reconstrução de sua imagem urbana e a inserção na globalização. Espaços degradados nas áreas centrais tornam-se atraentes, uma vez que podem ser alvo de intervenção e constituírem “âncoras de revitalização” para o entorno, promovendo a sua revalorização imobiliária e comercial.

Além de responder aos interesses econômicos dos empresários do comércio, a reforma da praça foi ao encontro dos anseios de legitimação política e aceitação popular almejados pela Prefeitura, que conseguiu imprimir a marca de sua gestão em um espaço referencial da vida pública em Fortaleza (FERNANDES, 2004).

A intervenção se destaca por ter sido uma das primeiras ações do gênero no espaço público da capital; ancorada em imagens e citações do passado, buscou materializar uma certa memória social,

<i>Arquitetos:</i>	Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon
<i>Cliente:</i>	Prefeitura Municipal de Fortaleza (administração do Prefeito Juraci Magalhães).
<i>Local:</i>	Entre as ruas Major Facundo, Floriano Peixoto, Pedro Borges e Travessa Pará, Centro, Fortaleza (CE)
<i>Ano:</i>	1991
<i>Área</i>	7.603 m <sup>2</sup>



FIGURA 7: Vista aérea que mostra a localização da Praça do Ferreira, as principais vias e alguns dos edifícios representativos do seu entorno. (1) Praça do Ferreira; (2) Edifício do Cine São Luiz; (3) Edifícios dos anos 1930 em Art Deco (Ed. Granito e Ed. Parente); (4) Hotel Excelsior; (5) Edifício Sul América; (6) Palacete Ceará; (7) Farmácia Oswaldo Cruz; (8) Praça dos Leões. As vias em amarelo correspondem a ruas com trânsito exclusivo para pedestres.

<sup>7</sup> A reurbanização do calçadão (1994), reconstrução do Estoril (1995), a reforma da Ponte dos Ingleses (1995) e o Centro Cultural Dragão do Mar (1998), intervenções que serão tratadas no capítulo seguinte.

inaugurando um processo de “reinvenção das tradições” que se consolidaria nas intervenções na Praia de Iracema nos anos seguintes<sup>7</sup>.

#### Histórico da praça

A ocupação do local onde hoje se encontra a praça remonta à primeira metade do século XIX, quando era um “vasto areal cercado de mongubeiras e outras árvores” (ADERALDO apud OLIVEIRA, 2000:30), com um poço que servia água à população e aos animais que faziam o transporte de mercadorias vindas do sertão. O lugar era conhecido como “Feira Nova”, pela feira que acontecia semanalmente, ou “Largo da Trincheira”. Sua oficialização como praça se deu nos anos 1840 por uma lei municipal que estabeleceu a eliminação do Beco do Cotovelo e a batizou de Praça Dom Pedro II em homenagem ao Imperador.

Sua atual denominação veio de uma homenagem póstuma a Antônio Rodrigues Ferreira, um boticário que tinha seu estabelecimento no entorno da praça e que, durante os quase vinte anos em que presidiu a Câmara Municipal, localizada também na praça, empreendeu várias ações de melhorias urbanas. Com sua morte, em 1871, a Praça Dom Pedro II passou a se chamar Praça do Ferreira.

A instalação dos trilhos da Companhia Ferro-Carril para bondes puxados a burro nos anos 1880 foi decisiva para sua efetivação como o “coração da cidade”. Se já constituía importante ponto do comércio e da vida política da cidade, a condição de centralidade proporcionada pelos bondes fez com que fosse intensificado seu caráter como ponto de passagem obrigatório daqueles que circulavam pelo Centro. Em seguida, com a inauguração de quatro quiosques, passou a desempenhar relevante papel na vida social da capital.

*“Em verdade desde 1886 que a já tradicional Feira Nova vem tomando ares de progresso não apenas com os seus quiosques montados nos quatros cantos, mas pelo movimento de passageiros subido e descendo dos carros das oito linhas de bonde exploradas pela Cia. de*

*Ferro Carril do Ceará, que divide o local de partida e chegada com os demais veículos da Companhia do Outeiro (CAMPOS, 2002: 33).*

O processo de remodelação de Fortaleza nos últimos anos do século XIX foi marcado por uma certa inspiração em Paris, a principal referência da modernidade do período. Desta forma, foi sintomática a abertura de quatro cafés em estilo *chalet* francês nos quatro cantos da Praça do Ferreira.

*“Os cafés – Java, Elegante, Iracema e do*

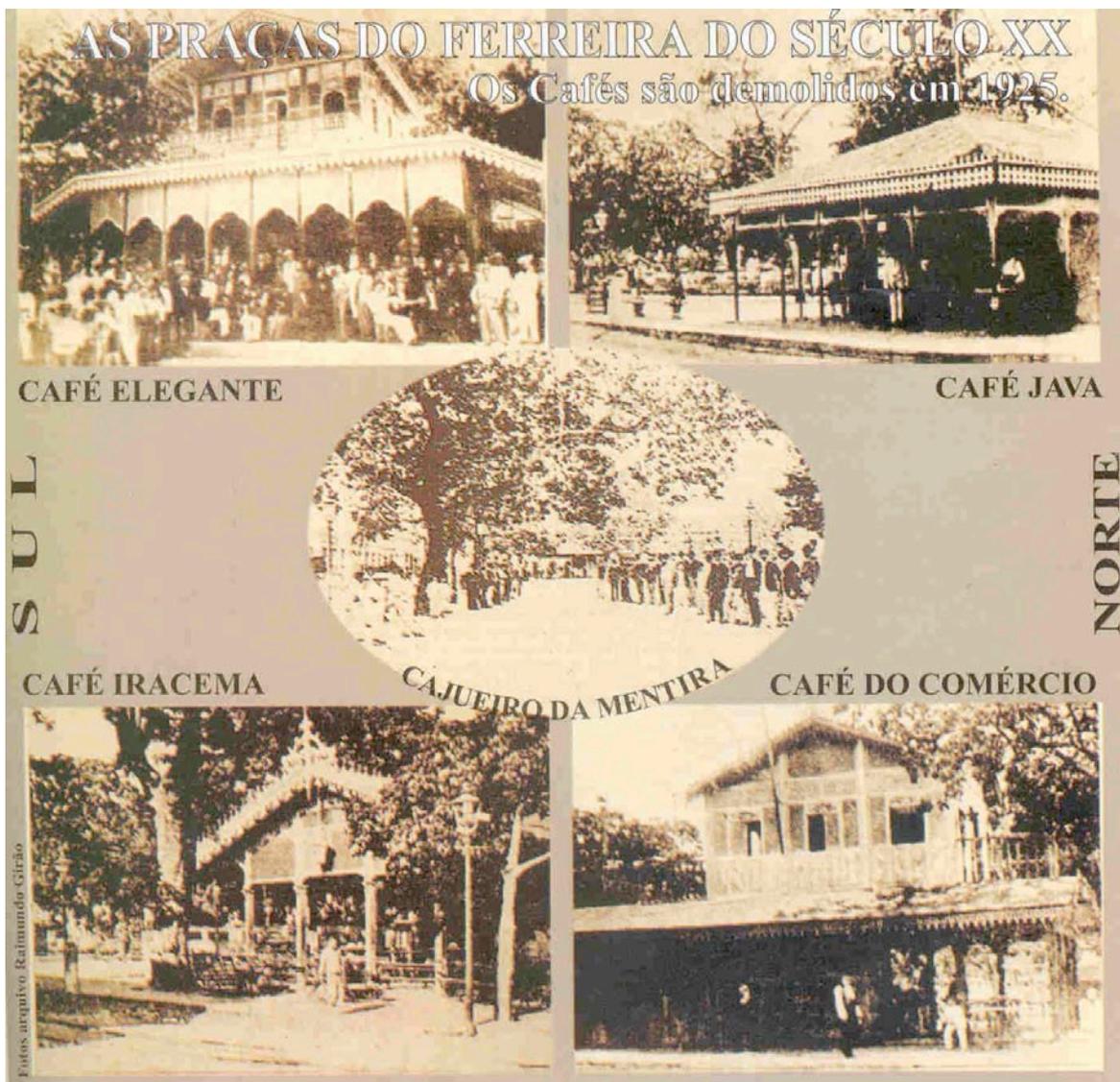


FIGURA 8: Os quatro cafés da Praça do Ferreira: Café Elegante, Café Java, Café Iracema e Café do Comércio, criados no fim do século XIX e destruídos em 1925. As fotos datam os primeiros anos do século XX. (fonte: arquivo Raimundo Girão; SARMIENTO; CAPELO FILHO, 2000).

*Comércio – a exemplo de seus congêneres parisienses, espalhavam mesas ao ar livre e reuniam políticos, intelectuais e boêmios (...). Ali discutiam as últimas novidades políticas e literárias, enquanto se regalavam com aperitivos e assistiam ao espetáculo da multidão em desfile” (PONTE, 2004: 171).*

Entre os cafés, destacou-se o Java por ser o preferido da jovem intelectualidade e por congregar os padeiros da Padaria Espiritual (1892-1898), uma agremiação literária cearense formada por Antônio Sales, entre outros, caracterizada pela irreverência em como demonstrava sua insatisfação em relação ao marasmo literário (CASTRO, 1977; OLIVEIRA, 2000; PONTE, 2004)<sup>8</sup>.

No início do século XX, com a gestão do intendente Guilherme Rocha, a cidade assistiu às obras de remodelação e embelezamento das três principais praças da cidade – entre elas, a Praça do Ferreira – que tiveram implantadas *“amplos e vistosos jardins”* que constituíam *“réplicas em menor proporção do Passeio Público encravadas no centro daquelas praças”* (PONTE, 2004:180). O jardim da Praça do Ferreira recebeu o título de Jardim 7 de Setembro.

A introdução de automóveis e a instalação de bondes elétricos na década de 1910 levaram à necessidade de reduzir o tamanho de alguns logradouros, como o da Praça do Ferreira, para facilitar a passagem e o estacionamento dos novos equipamentos. Nesse sentido, a reforma operada pelo prefeito Godofredo Maciel em 1925 exigiu a abertura de alamedas laterais e a demolição dos quatro cafés e do jardim 7 de Setembro. No centro da praça foi erguido um coreto e sobre o piso pavimentado com ladrilhos hidráulicos foram dispostos longos bancos.

Para Sebastião Ponte, estas ações simbolizaram

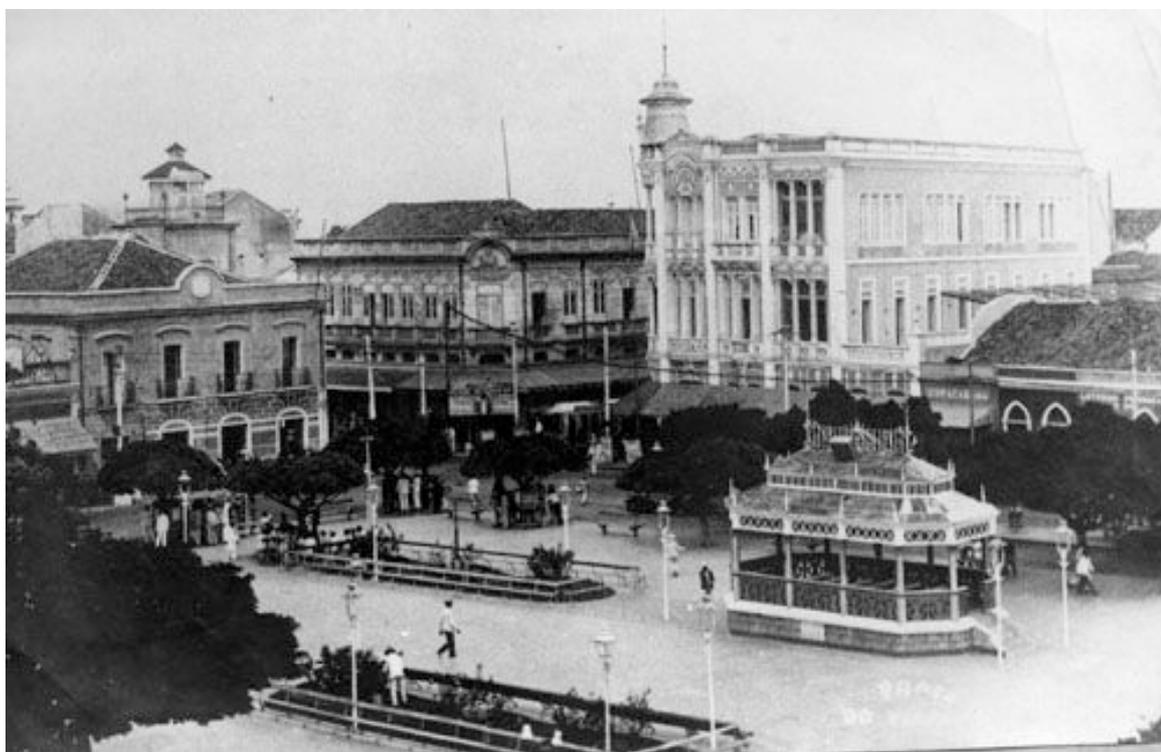
*“o fim da vigência da belle époque em Fortaleza. Signos da inauguração da modernidade em Fortaleza, datada do final do século e marcada pelos ideais de ‘civilização’ e ‘aformoseamento’ urbano, aqueles equipamentos (...) agora eram vistos como*

<sup>8</sup> O fim do século XIX em Fortaleza é marcado por uma efervescência intelectual, graças *“à intensidade e, em alguns casos, à originalidade dos movimentos intelectuais que a sacudiram”* (OLIVEIRA, 2000:23). Datam desse período a fundação de instituições como a Biblioteca Pública (1865), o Instituto Histórico Geográfico do Ceará (1887) e a Academia Cearense de Letras (1894). Esses movimentos intelectuais estão associados ao desenvolvimento econômico da província, ao crescimento da população urbana e ao surgimento de uma classe média que adotava o *“aperfeiçoamento cultural como critério de ascensão social”* (TINHORÃO apud OLIVEIRA, 2000:33).

*obstáculos que deveriam desaparecer (...) tem início a constituição de uma nova organização do espaço urbano fortalezense mais pautada pela racionalidade do que pelo embelezamento” (PONTE, 2004:185-186).*

A inauguração dos cinemas Politeama (1911), Majestic (1917) e Moderno (1922) no entorno da praça contribuíram para aumentar a rivalidade com o Passeio Público como local de lazer e ponto da sociabilidade (PAIVA, 2005). Outra novidade que surgiu ao seu redor foi o Excelsior Hotel, que, construído em 1931 em estilo eclético, foi o primeiro arranha-céu da cidade.

É interessante mencionar que a praça foi local da irreverência popular, um aspecto que, como explica Sebastião Ponte, não pode ser considerado irrelevante posto a grande quantidade de *“referências a uma incorrigível ‘molecagem’ pública presente na Cidade durante as 3 primeiras décadas do século XX”* e que recebeu o nome de *“Ceará Moleque”*.



*FIGURA 9: Vista da Praça do Ferreira, conforme a configuração dada nos anos 1920 pelo Prefeito Godofredo Maciel, que demoliu o Jardim 7 de Setembro e os cafés e ergueu o coreto central (fonte: arquivo do Museu da Imagem e do Som do Ceará).*

<sup>9</sup> Entre os episódios pitorescos da Praça do Ferreira estão os relacionados ao Cajueiro da Mentira, árvore na qual eram afixados cartazes com mentiras a cada 1º de abril, e a já folclórica “vaia ao sol” de 30 de janeiro de 1942, “quando, depois de uma semana de aguaceiros excepcionais, em que o sol não dera uma só vez o ar de sua graça, reuniu-se o povo no meio da praça, para apupa-lo, na hora em que se dissipou afinal a densidão das nuvens carregadas de água” (apud PONTE, 1993:176).

*“O lugar urbano onde tal propensão popular ao deboche se exercia com maior intensidade, por ser o ‘coração da cidade’, era a Praça do Ferreira, a ‘sede social do Ceará Moleque’. Justamente ali onde desfilavam bondes, automóveis, modas, novidades e gente de todos os segmentos sociais, e onde se concentravam os principais cafés, as mais elegantes lojas e a chefatura da política, desfilavam também as vaías, o escárnio, os apelidos e os ditos mais jocosos” (PONTE, 1993:175)<sup>9</sup>.*

Datam da década de 1930 e 1940 duas obras que consagrariam a Praça do Ferreira como símbolo da cidade. A primeira, realizada em 1933 durante a gestão do prefeito Raimundo Girão, foi a construção, no lugar do coreto, da Coluna da Hora, um relógio de 13 metros de altura em estilo Art Déco. A segunda obra foi o abrigo central, construído ao norte da praça em 1949. Com quiosques de venda de tabacaria, revistas, cafés, etc., logo se consolidou como ponto de encontro daqueles que transitavam pelo Centro. O ponto alto da história da praça encontra-se entre os anos 1930 e



FIGURA 10: Vista da Praça do Ferreira nos anos 1930, conforme a reforma empreendida por Raimundo Girão que retirou o coreto e ergueu a Coluna da Hora (fonte: arquivo Ação Novo Centro).



FIGURA 11: Vista da Praça do Ferreira com a Coluna da Hora e o Abrigo Central ao fundo. Era esta a conformação da praça antes da reforma empreendida em 1968 (fonte: Arquivo Novo Centro).

1940, quando era freqüentada pela elite social.

Alguns anos depois, em 1968, a reforma empreendida pelo prefeito José Walter deu à Praça a configuração que coincidiria com o início do processo de descentralização de Fortaleza e o declínio do Centro. O projeto, de cunho racionalista, apagou totalmente os vestígios que o espaço havia acumulado durante o tempo. A Coluna da Hora e o Abrigo Central foram demolidos e a nova configuração da praça, disposta em dois níveis e com canteiros elevados de concreto, não foi aprovada por grande parte da população.

*“A repulsa ao lugar criou na contramão uma atitude saudosista de depositar nas formas do passado, agora destruídas, as qualidades que conferiam valor de uso à praça” (PAIVA, 2005: 105).*

Mary Anne Silva (2001), em seu trabalho sobre o uso e a apropriação da Praça do Ferreira, identifica que, se antes a praça mantinha uma certa unidade na congregação dos diversos grupos sociais, o desenho de 1968 promoveu a fragmentação e a dispersão dos freqüentadores; a disposição dos bancos, o paisagismo e a iluminação inadequada favoreceu a ocupação por grupos considerados marginais.

A partir principalmente dos anos 1970, o Centro entrou em um processo de “esvaziamento” e “decadência”, um



FIGURA 12: Foto de 1935 da Praça do Ferreira e da antiga Coluna da Hora. O prédio de três pavimentos ao fundo é o Cine Majestic-Palace, destruído por um incêndio em 1968 (fonte: arquivo do Museu da Imagem e do Som do Ceará)



FIGURA 13: Abrigo Central. Foto de 1949 (fonte: Arquivo Nirez).

fenômeno conhecido por várias capitais brasileiras. A transferência de grande parte de suas funções para as novas centralidades, levando consigo os investimentos públicos, e a especialização em um comércio dedicado às classes mais baixas colaboraram com seu paulatino abandono pelas elites e o fortalecimento de novos bairros, como a Aldeota. O Centro passou, então, a ter uma conotação negativa, representando a marginalidade e a precariedade dos espaços.

A década de 1990 foi marcada por discursos acerca da revitalização da área central. Definido como área de intervenção prioritária pelo Plano Diretor, o Centro foi alvo de tentativas de requalificação, especialmente de recuperação ou reconstrução de edificações antigas (FERNANDES, 2004).

Como já foi mencionado, participaram do debate sobre a revitalização da área central de Fortaleza tanto a iniciativa pública como a privada. A primeira ação que articulou interesses da administração municipal e dos comerciantes neste sentido foi a reforma da Praça do Ferreira em 1991,



FIGURA 14: Configuração da Praça do Ferreira após a reforma de 1968 pelo prefeito José Walter (fonte: arquivo Ação Novo Centro).

*“levada a efeito pela Prefeitura Municipal numa atitude de afirmação da imagem do poder público, claramente orientada pelos reclamos populares, que viam na praça anteriormente erguida a expressão da ação autoritária do regime militar, e pelos protestos dos lojistas instalados em seu entorno contra a presença de determinados usos e grupos sociais que comprometiam a segurança e depreciavam os espaços e a imagem do comércio”* (FERNANDES, 2004:90-91).

A nova Praça do Ferreira: “vitrine”<sup>10</sup> da requalificação do centro

Uma pesquisa realizada em 1989 pela Prefeitura Municipal indicou que mais da metade dos freqüentadores rejeitavam a configuração da praça em vigor desde 1968, confirmando, assim, a necessidade de sua reforma. A elaboração do novo programa levou em consideração os apelos populares, que selecionaram, em ordem de preferência, a instalação de uma Coluna da Hora, de fontes luminosas, de calçadas com cafés e bar ao ar livre, além de solicitarem uma oferta maior de bancos e uma solução para conflito entre automóveis e pedestres (PAIVA, 2005).

O projeto foi desenvolvido pelos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon<sup>11</sup> e orientou-se por duas premissas básicas: a reordenação do espaço público e a organização de valores simbólicos e marcos

<sup>10</sup> Expressão utilizada por um dos autores do projeto, de acordo com entrevista realizada por Silva (2001).

<sup>11</sup> Tendo sido decidida a reforma da praça, a EMLURB encomendou três anteprojetos para a apreciação por parte da Prefeitura – uma proposta do arquiteto Otacílio Teixeira, outra de uma equipe da própria Prefeitura, coordenada pela arquiteta Ana Jereissati, e a última dos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon. Paiva (2005) explica que a maneira como os projetos foram contratados foi severamente criticada por outros arquitetos e urbanistas da cidade, como Napoleão Ferreira que, em artigo para o jornal O Povo (*A Praça é Nossa*, 12/05/1991), colocou a questão da ausência de concurso público ou outro meio democrático que favorecesse uma discussão mais ampla sobre o Centro.



FIGURA 15: Vista geral da Praça do Ferreira nos dias de hoje (fonte: arquivo pessoal).

referenciais.

De acordo com a segunda premissa, os arquitetos buscaram construir um sistema de referências iconográficas do lugar, de forma que a praça constituísse um museu das praças antecedentes (SILVA 2001). Este sistema foi composto por três elementos representativos de três períodos históricos da praça: o poço do século XIX, os cafés do fim do século XIX e começo do século XX e a Coluna da Hora dos anos 1930 a 1960.

O poço foi intencionalmente descoberto durante as escavações para a reforma do local, sendo incorporado como elemento arqueológico da época em que a Feira Nova do século XIX constituía o embrião da praça.

Ao norte e ao sul da praça, foram implantadas seis bancas: ao sul, são duas separadas entre si por um canteiro; ao norte, são quatro, envolvidas por um conjunto de pórticos metálicos que remetem aos antigos cafés demolidos em 1925. No local da antiga Coluna da Hora, demolida em 1968, foi construído um novo relógio de quatro faces em estrutura metálica, cujo desenho simula o da anterior, em alvenaria, e o escalonamento de planos característicos da estética Art Deco. A nova Coluna ergue-se ao lado do poço e de fontes luminosas que complementam a composição.

Outro aspecto que reforça o espírito revivalista do projeto é a disposição dos bancos e dos canteiros em uma conformação que faz menção aos que existiam entre 1933 e 1968. A paginação de piso em pedra portuguesa define, juntamente com a disposição dos bancos, as áreas de permanência e as faixas de circulação.

Como já apontou Ricardo Paiva (2005), a análise da Praça do Ferreira não é um trabalho simples; se, por um lado, o caráter formalista do desenho gera contradições ao tentar recriar imagens do passado, por outro, não se pode ignorar a importância da praça *“como lugar de suporte da memória de Fortaleza”* (PAIVA, 2005: 113).

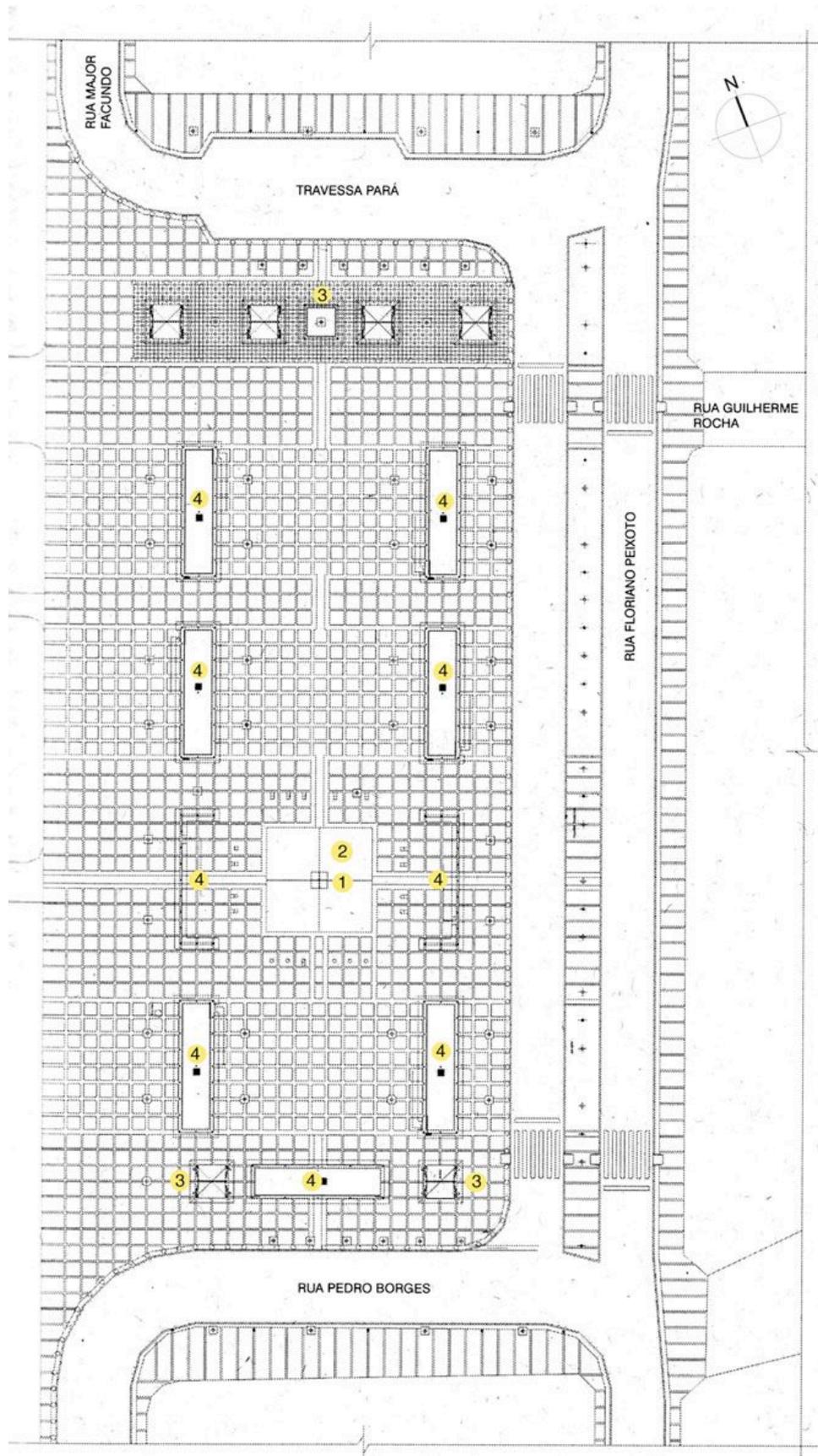


FIGURA 16: Planta da Praça do Ferreira: (1) Coluna da Hora; (2) Cacimba (poço); (3) Bancas; (4) Bancos;

(projeto: Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon, 1991)

(fonte: PAIVA, 2005)



FIGURA 17: O poço e a placa que faz homenagem ao boticário Antonio Rodrigues Ferreira Filho (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 18: Banca e pórticos metálicos na parte norte da praça (fonte: arquivo pessoal).



FIGURAS 19 e 20: Comparação entre a Coluna da Hora em alvenaria de 1930 e a nova Coluna em estrutura metálica de 1991. (fonte: arquivo Nirez / arquivo pessoal).



FIGURA 21: Vista aérea da Praça do Ferreira. (fonte: PAIVA, 2005)

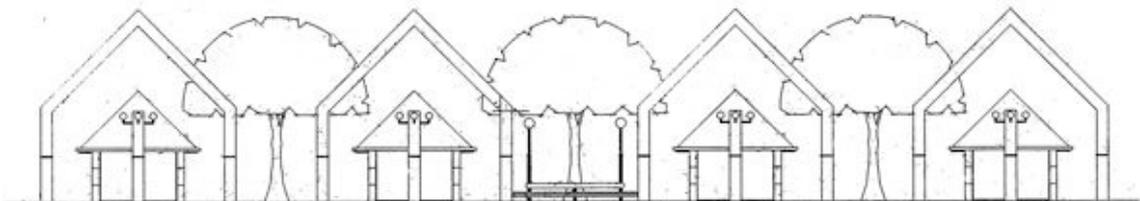


FIGURA 22: Elevação das quatro bancas na Rua Pará que representam os cafés do começo do século XX.

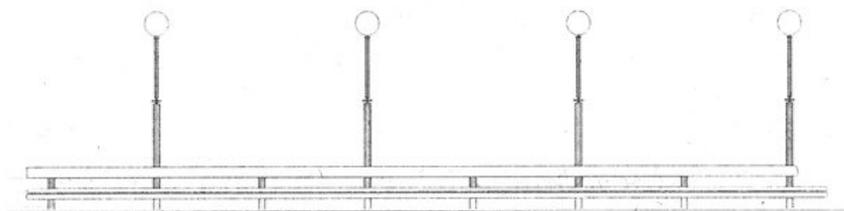


FIGURA 23: Elevação dos bancos, cujo desenho e disposição lembram a configuração da praça dos anos 1930 até a reforma de 1968.

(projeto: Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon, 1991)

(fonte: PAIVA, 2005)

## Uma "estética da memória"

A orientação em criar um sistema de referências iconográficas pode ser relacionada aos novos paradigmas que regem a arquitetura e o urbanismo contemporâneo, cujas expressões nas últimas décadas parecem girar em torno de uma lógica que muitos autores tem denominado de pós-modernidade, uma condição que se contrapõe à modernidade principalmente no que se refere à prática do planejamento urbano e à concepção do espaço; em contraposição aos planos urbanos de larga escala próprios do modernismo, o pós-modernismo propõe o *"conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um palimpsesto de formas passadas sobrepostas uma às outras"* e, a um espaço moldado para propósitos sociais, vêem um espaço autônomo a ser moldado *"segundo objetivos e princípios estéticos que não tem necessariamente nenhuma relação com algum objetivo social abrangente"* (HARVEY, 2001: 69). Além disso, em resposta à perda da capacidade comunicativa da arquitetura, foi buscada uma arquitetura enraizada na história. Segundo Montaner (2001), esta tendência revivalista surgiu especialmente nos países em que o peso da tradição é forte ou em que a nostalgia e a necessidade de precedentes históricos é importante.

Esse último parece ser o caso de Fortaleza, que, diferentemente de outras capitais brasileiras, de passado colonial, teve seu desenvolvimento urbano relacionado ao aumento das atividades econômicas a partir da segunda metade do século XIX. Daí a inclusão de Fortaleza no quadro de pós-modernidade que se aproxima do paradigma definido por Sharon Zukin (1996) de cidades mais novas, carentes de monumentos e sem o peso da tradição que carregam, por exemplo, as cidades européias.

Esta carência de elementos simbólicos representativos na cidade faz parte do discurso justificativo e da escolha pela reciclagem das significações originais de elementos do passado. A composição desse repertório imagético baseia-se na memória de certos grupos sociais – principalmente aposentados que constituem a



FIGURA 24: Vista a partir do edifício do Cine São Luis (fonte: arquivo Ação Novo Centro).

maior parte dos frequentadores remanescentes – e em fotografias antigas. O retorno da Coluna da Hora, ainda que legitimada pela opinião pública, sugere o desejo de retorno aos anos de prestígio da praça.

O projeto desenvolve-se com base em uma colagem de citações de formas passadas cuja leitura, além de não ser imediata, pressupõe um conhecimento prévio. O agrupamento de elementos que não existiram simultaneamente acaba por criar um impasse: a praça não é o que outrora foi, nem consegue se constituir como algo genuíno do presente. David Harvey, em *“A Condição Pós-Moderna”*, descreve essa prática como *“uma tela oca que intervém entre a nossa vida presente e a nossa história”* pois *“não temos uma compreensão profunda da história”*, mas *“uma criação contemporânea”*, *“um drama e uma re-representação de costumes”* (HEWISON apud HARVEY, 2001:85).

A citação de referenciais históricos de vários períodos distintos e não simultâneos se aproxima dos escritos de Jameson (2002), nos quais ele relaciona os estudos de Lacan sobre a esquizofrenia e a perda da temporalidade

e profundidade do pós-modernismo. A esquizofrenia ocorre quando há ruptura na cadeia dos significantes, resultando em um amontoado de significantes distintos e não relacionados. Como a identidade pessoal é efeito de uma unificação temporal entre o presente, o passado e o futuro da pessoa, e essa própria unificação temporal é função da linguagem, a experiência do esquizofrênico se reduz *“a uma série de puros presentes, não relacionados no tempo”* (JAMESON, 2002: 53).

Tudo isso concorre para o que Otilia Arantes (2001:125) chamou de *“cenografia gestinária da cidade”* ou *“teatralização da vida cotidiana, em que a história da cidade não é mais do que estética da memória”* trabalhada na *“consagração da eternidade da cena”*. O formalismo presente na transmissão da memória torna o ato maquinal, incontestável e reprodutível.

*“As imagens estereotipadas de um mundo passado, que a criança não pode ter conhecido, são-lhe apresentadas como um outro mundo, da mesma maneira que o mundo futuro e desconhecido é para ela o objeto de uma ficção. E as imagens desse mundo passado (...) se tornou algo trivial. Ao permanecer detentora única da lógica de reprodução das sociedades, a transmissão se torna puro artifício”* (JEUDY, 2005: 17).

O uso de imagens na mediação das relações sociais e espaciais refere-se ao conceito de *“cidade espetáculo”*, uma condição na qual se observa a confluência entre cultura e capital – a esfera estética da mercadoria. Segundo Guy Debord, (1995:25) o espetáculo nada mais é que *“o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem”*.

Os objetivos de readequação do espaço e da imagem da Praça do Ferreira de forma a facilitar os fluxos do capital naquele espaço levam, também, à noção de liminaridade desenvolvida por Sharon Zukin. Os espaços urbanos liminares, formadores das *“paisagens urbanas pós-modernas”*, situam *“o usuário meio a meio entre instituições”* ao realizarem *“a mediação entre*

*natureza e artefato, uso público e valor privado, mercado global e lugar específico*" (ZUKIN, 1996:206). Ou seja, *"a liminaridade é a condição pela qual a economia visual da paisagem oferece mediação à cultura do mercado"* (LIMA, 2000: 137). Nesse caso, a afirmação de Jameson (2002) de que a arquitetura é importante porque é símbolo do capital é invertida; é a arquitetura o capital do simbolismo (ZUKIN, 1996).

O discurso de resgate da memória no caso da Praça do Ferreira foi bem utilizado pelos comerciantes e pela Prefeitura, os maiores interessados na reforma, uma vez que legitimou, para o restante da população, os objetivos econômicos e políticos. Compreendeu uma *"atitude asséptica sutil, capaz de promover a defesa legítima dos negócios e se opor à violência"* (CASTELO, 1997), além de despertar o orgulho dos cidadãos, neutralizar conflitos sociais e mascarar a pobreza, conferindo prestígio à administração municipal.

As críticas ao projeto, residem, portanto, no formalismo e no uso da tecnologia que *"impõe a superficialidade de tudo e faz do efêmero um espetáculo de imagens desconexas"* (CASTELO, 1997). O aspecto cênico resultante da reconstituição do passado é acentuado pela criação de equipamentos que remetem a sistemas construtivos que não foram utilizados, como a estrutura metálica dos pórticos e dos quiosques, cujas seções correspondem às de alvenaria (FERNANDES, 2004; PAIVA, 2005).

Para o arquiteto cearense Roberto Castelo, trata-se de uma atitude que revela uma alteração na percepção da realidade social:

*" Ao se alterar a percepção da realidade social, envereda-se pelo reino da metáfora, próprio das reações de admiração e perplexidade diante dos elementos arquitetônicos inusitados e da dificuldade de entender os novos arranjos arquitetônicos. Tudo conspira para excluir a possibilidade da criação arquitetônica de formas e funções próprias da estrutura espacial do nosso tempo* (CASTELO, 1997).

A colocação de Castelo é feita com base no modernismo, o qual, diante das transformações econômicas e tecnológicas fez uma apreensão direta do novo tempo,

*independente de qualquer poética previamente construída, destinada a mediar, condicionar e orientar a relação do arquiteto com a realidade. A verdade é que não se herda do passado uma concepção de mundo, mas a experiência de enfrentar a realidade e seus problemas, diria Courbet. Assim, a arquitetura acompanhou o esforço econômico e tecnológico do período: projetar conforme a época, utilizando os produtos industriais na construção civil" (CASTELO, 1997).*

A relação com a cidade, usos e apropriações

Mesmo que "à revelia de sua forma" e de todas as contradições contidas em seu desenho (SILVA apud PAIVA, 2005:123), a praça cumpre seu papel de marco referencial do espaço social e urbano de Fortaleza e "se manifesta como espaço de apropriação pelo imaginário da cidade pela sua categoria de lugar" (PAIVA, 2005:125).

Pela sua condição geográfica e pela malha viária do século XIX, a Praça do Ferreira mantém papel estratégico de local de passagem daqueles que circulam pelo Centro de Fortaleza. Portanto, do ponto de vista do desenho urbano e organização espacial, pode-se dizer que a reforma da praça foi bem sucedida, uma vez que recuperou perspectivas e visuais e permitiu a apreensão integral do espaço. A área de bancos, mesmo fazendo parte do tão criticado repertório iconográfico do passado, é extremamente agradável e convidativo à permanência.

Muito positiva também foi a ampliação da área pedestrianizada na rua Major Facundo, o que facilitou a convergência dos fluxos procedentes das ruas exclusivas de pedestre de seu entorno (ruas Guilherme Rocha, Liberato Barroso e Pedro Borges). O novo espaço da praça permitiu abrigar, ainda que de forma

esporádica, manifestações públicas, comemorações e outros eventos.

Por sua dimensão metropolitana, a Praça do Ferreira

*“comporta uma diversidade de formas de percepção e interpretação do lugar, que varia desde seu reconhecimento apenas como ícone da cidade, sem sequer entender o porquê, até o seu uso e apropriação como locus das práticas do cotidiano” (PAIVA, 2005:115).*

Em sua pesquisa, Silva (2001) identifica a ocupação da praça, ao longo da história, por grupos sociais específicos, dos quais os aposentados e os homossexuais seriam os mais frequentes, seguido por um grupo heterogêneo formado por comerciantes, estudantes, músicos e deficientes auditivos. Pela sua permanência histórica, o grupo de aposentados confere a visibilidade oficial da praça no que diz respeito a sua tradição de coração da cidade. *‘É como se os aposentados fizessem parte da paisagem da Praça do Ferreira e justificassem a sua importância’*, diz Paiva (2005:114). A permanência dos homossexuais também é histórica, mas sua presença é atualmente mais discreta, ao contrario da época anterior à reforma, cuja configuração do espaço favorecia a permanência e maior percepção de certos grupos considerados marginais pela sociedade.



FIGURAS 25 e 26: Ocupação dos bancos na Praça do Ferreira (fonte: arquivo pessoal).



FIGURAS 27 E 28: Perspectivas da Praça em relação a rua Guilherme Rocha (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 29: Farmácia Oswaldo Cruz ao lado de uma lanchonete (fonte: arquivo pessoal).

De fato, o novo desenho praça impôs uma disciplina em relação aos usos e às apropriações, que é reforçada por uma vigilância constante da guarda municipal e da polícia militar. Esse controle da ordem e da assepsia sócio-espacial é uma característica que a difere das demais praças do Centro e que lhe valeu a denominação de “ilha elitizada” (CASTELO 1997), de acesso restrito a determinadas classes sociais. Esse título fica mais claro quando é feita a comparação com a Praça José de Alencar, distante algumas quadras apenas, ponto do comércio popular e informal que funciona como centro de atividades das classes menos favorecidas (PAIVA, 2005).

A reforma da praça alcançou os objetivos desejados em relação à valorização do comércio do entorno e à expulsão do comércio informal e dos grupos sociais considerados marginais. Obteve, também, considerável aceitação por parte da população, que a elegeu como ícone de Fortaleza no ano 2000 em uma pesquisa realizada pela TV Globo e a TV Verdes Mares por ocasião das comemorações dos 500 anos do Brasil.

Por outro lado, assim como outras intervenções pontuais que se seguiram nos anos 1990, a reforma não teve força suficiente para promover a desejada requalificação espacial do Centro, restringindo sua ação ao entorno imediato e mantendo seu uso predominantemente comercial. O caráter monofuncional da área – e do próprio bairro – acaba por restringir a maior parte de sua dinâmica ao período diurno.

O Cine São Luiz era a única atividade noturna do entorno da praça até agosto de 2005, quando teve suas atividades encerradas pelo Grupo Severiano Ribeiro sob a justificativa de que não se apresentava mais economicamente viável<sup>12</sup>. O edifício passou, então, a ser administrado pela Federação do Comércio do Estado do Ceará, sendo, em seguida, transformado no Centro Cultural Sesc Luiz Severiano Ribeiro. Além de ter mantido a exibição de filmes, o Centro Cultural também sedia eventos como festival de cinema Cine Ceará que acontece anualmente e traz, por uma semana, bastante movimento à praça.

Além do edifício do antigo Cine São Luiz, outros edifícios históricos emolduram a praça e contribuem para seu significado para a cidade. Deste conjunto destacam-se os hotéis Savannah e Excelsior, a agência da Caixa Econômica Federal, o edifício Sul América e a Farmácia Osvaldo Cruz.

Mesmo tendo sido alvo do “Projeto de Requalificação de Fachadas”, promovido pela Ação Novo Centro em 2001, alguns dos exemplares sofrem pela falta de uso – os hotéis, por exemplo, estão desativados.

A reflexão sobre o futuro da Praça do Ferreira e do Centro de Fortaleza traz à tona questões como a de intervenções pontuais que conseguem, aparentemente, atingir seus objetivos, mas que, no fundo, não dialogam com o contexto existente. A reforma conseguiu proporcionar um breve e ilusório processo de enobrecimento do



FIGURA 30: Por trás dos pórticos, vê-se o edifício do Cine São Luiz, construído em 1958 e tombado como patrimônio histórico em âmbito estadual (fonte: arquivo pessoal)

<sup>12</sup> De acordo com a matéria no jornal Diário do Nordeste “A saga continua”, de 30 de setembro de 2005.



FIGURA 31: Esquina entre as ruas Floriano Peixoto e Guilherme Rocha. O prédio azul ao fundo, que funciona como sede da Caixa Econômica Federal, é protegido por lei estadual (fonte: arquivo pessoal).

entorno que logo se revelou inconsistente no que diz respeito a uma requalificação ampla e duradoura da área central. Desta forma, não é difícil supor que, a longo prazo, o futuro da praça e de seus significados dependam diretamente dos rumos do Centro.

Como bem colocou Paiva (2005: 124), *“o risco consiste na constatação de que numa perspectiva futura, em função do Centro, o significado da Praça do Ferreira seja totalmente subtraído”*.

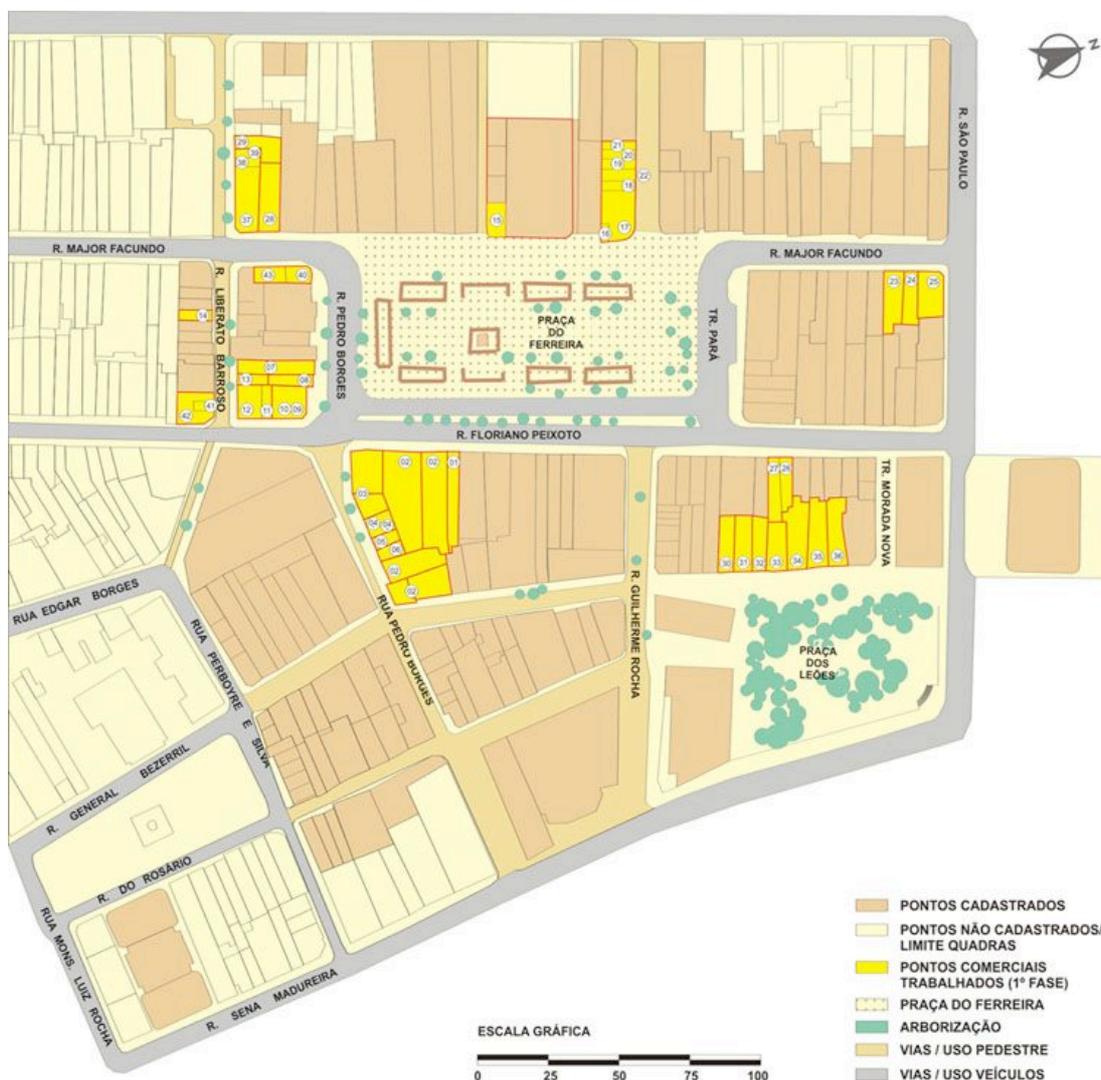


FIGURA 32: Mapa de atuação do Projeto de Requalificação de Fachadas realizado pela Ação Novo Centro em 2001. A área abrange o entorno da Praça do Ferreira e da Praça dos Leões (fonte: arquivo Ação Novo Centro).

## 2.3. Mercado Central

A construção de um novo Mercado Central pela Prefeitura Municipal de Fortaleza foi um investimento justificado pela necessidade de um espaço mais confortável e adequado ao comércio do artesanato e de outros produtos típicos locais. Tendo em vista as limitações que envolviam a reforma do antigo mercado, que apresentava problemas de infra-estrutura e segurança, além da falta de espaço para expansão, a construção de um novo prédio nas suas proximidades pareceu oportuna.

## A implantação

O terreno do novo mercado é delimitado pelo viaduto da avenida Leste-Oeste, pela rua Rufino de Alencar, pela avenida Alberto Nepomuceno e pelo Riacho Pajeú,

<i>Arquiteto:</i>	Luiz Fiúza Arquitetos Associados
<i>Cliente:</i>	Prefeitura Municipal de Fortaleza (administração do Prefeito Juraci Magalhães).
<i>Local:</i>	Av. Alberto Nepomuceno, 199 – Centro, Fortaleza (CE)
<i>Ano:</i>	1994-1997
<i>Técnica construtiva</i>	Estrutura em concreto armado e em aço.
<i>Área do terreno</i>	29.711 m <sup>2</sup>
<i>Área construída</i>	13.673 m <sup>2</sup>



FIGURA 33: Vista aérea que mostra a localização do Mercado Central, as principais vias e os edifícios representativos do seu entorno. O Riacho Pajeú corre atrás do prédio e corresponde à área arborizada na foto aérea. (1) Mercado Central; (2) Febence; (3) Catedral Metropolitana de Fortaleza; (4) Palácio do Bispo; (5) Antigo Mercado e atual Centro de Referência do Professor; (6) 10ª Região Militar; (7) Passeio Público; (8) Centro Cultural Dragão do Mar.



FIGURA 34: Vista a partir do viaduto da avenida Leste Oeste. Na frente do mercado (cuja fachada passava por substituição de revestimento cerâmico na época em que a foto foi tirada) está a 10ª. Região Militar. Ao fundo, vê-se um pedaço as torres da Catedral Metropolitana de Fortaleza (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 35: A entrada do público é feita pela avenida Alberto Nepomuceno no ponto em que a planta semi-circular do mercado tangencia a via. Este acesso é marcado por um arco metálico na cor vermelha (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 36: O acesso ao estacionamento dos ônibus de turismo e dos veículos de passeio é feito pela avenida Alberto Nepomuceno por uma entrada adjacente ao viaduto (fonte: arquivo pessoal).

respectivamente a norte, sul, leste e oeste. Em seu entorno mais próximo estão a sede da Febence (Fundação do Bem Estar do Ceará), a 10ª Região Militar (local do antigo Forte Nossa Senhora de Assunção, que deu origem à cidade), a Catedral Metropolitana de Fortaleza, o Palácio do Bispo (Paço Municipal) e o antigo Mercado, que atualmente abriga o Centro de Referência do Professor.

De planta semicircular, o edifício tangencia a avenida Alberto Nepomuceno no ponto que define o acesso ao público, destacado por um arco metálico vermelho. O acesso de veículos é feito pela mesma avenida, pelo lado que dá ao viaduto da avenida Leste-Oeste. Esta entrada também atende aos ônibus de turismo, que ficam estacionados sob o viaduto. Um talude ajardinado e um gradil acompanham a linha de limite do terreno até o prédio da Febence, na esquina entre a avenida Alberto Nepomuceno e a rua Rufino de Alencar.

A implantação não favorece a integração do equipamento no entorno, nem ameniza seu caráter maciço e pesado.



FIGURA 37: O muro na rua Rufino de Alencar impede a integração visual do Mercado Central com o entorno e impossibilita qualquer diálogo com a Catedral Metropolitana ou o Palácio do Bispo. É mais uma evidência de como o edifício se fecha para a cidade (fonte: arquivo pessoal).

Os espaços voltados para a rua Rufino de Alencar e para o Riacho Pajeú são sub-aproveitados por serem tratados como “fundo de lote”.

Pela calçada da rua Rufino de Alencar, caminha-se ao lado de um muro que não somente impede a visualização do mercado pelo pedestre – do ponto de vista do pedestre, só é possível identificar o que está do outro lado do muro quando se atravessa a rua em direção à Catedral –, mas que também exclui a possibilidade de um acesso alternativo. No interior do lote, as margens do Riacho Pajeú servem como circulação e estacionamento de veículos.

Sente-se falta de uma implantação mais generosa, que vislumbresse a doação de espaços de qualidade para a cidade. Foi descartada, por exemplo, a idéia de criação de um espaço público



FIGURA 38: Perspectiva do mercado pela rua Rufino de Alencar (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 39: A sede da Febence, uma pequena edificação de um único pavimento, situa-se ao lado do Mercado, na esquina entre a avenida Alberto Nepomuceno e a rua Rufino de Alencar (fonte: arquivo pessoal).



que incorporasse o Riacho Pajeú e se abrisse para a Catedral e o Palácio do Bispo. Esta solução constituiria mais um passo na direção das diretrizes propostas por Helio Modesto em 1963 de criação de um parque ao longo das margens do riacho que pudesse restabelecer o equilíbrio entre espaços construídos e espaços livres e atender às necessidades da população por espaços de lazer.

No interior do lote, o potencial do espaço às margens do riacho não é explorado como área de permanência ou de lazer para os usuários e funcionários do mercado. Até como estacionamento, suas vagas são preteridas, pois a maioria dos visitantes prefere as vagas cobertas, sob a projeção do edifício. É curioso, no entanto, observar a ocupação espontânea por parte de algumas pessoas da exígua faixa de gramado e da sombra das árvores, que lá foram colocadas para proteger os veículos do sol, para uma sesta durante o horário de almoço.

O partido adotado pouco aproveita as relações com o meio externo e se fecha para o interior. As janelas ao longo das fachadas leste e oeste, dão para a parte posterior de algumas das lojas. Porém, não são todas as lojas que tem abertura com o exterior, já que a divisão interna dos boxes não coincidiu com a disposição dos caixilhos na fachada. Além disso, não é raro encontrar janelas obstruídas por estantes ou expositores de mercadorias.

FIGURAS 40, 41, 42 e 43: Vistas das margens do Riacho Pajeú e da perspectiva que se tem da Catedral a partir da área de mesas avarandada de uma das lanchonetes (fonte: arquivo pessoal).

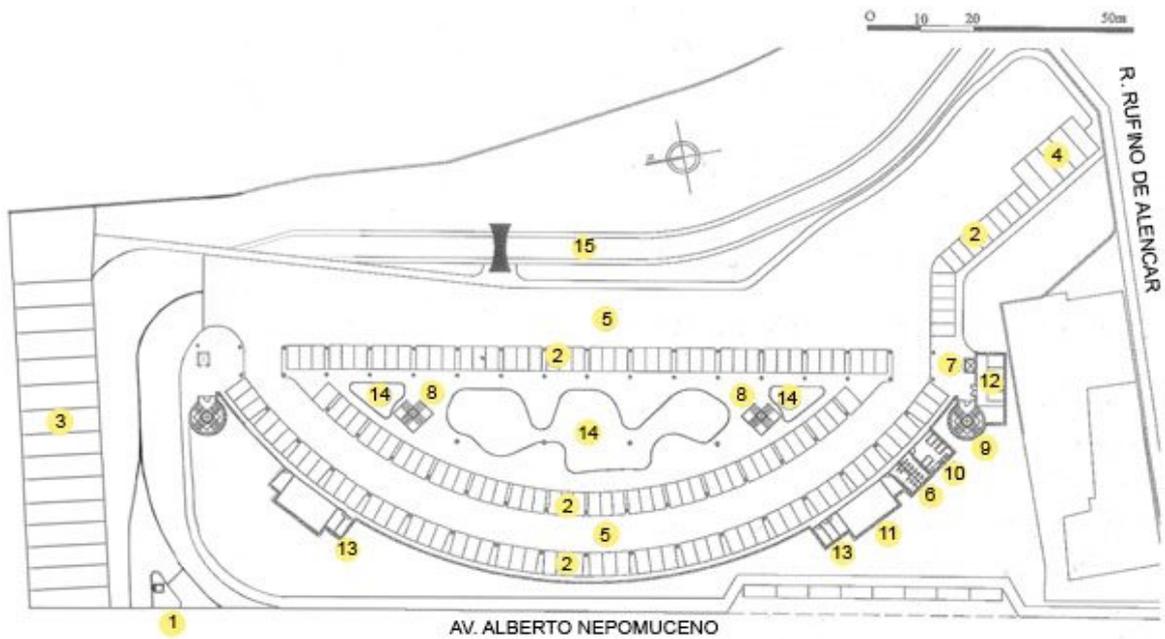


FIGURA 44: PLANTA DO SUBSOLO (acesso de veículos / estacionamento)

(1) Acesso estacionamento; (2) Vagas de estacionamento; (3) Estacionamento de ônibus; (4) Carga e descarga; (5) Circulação de veículos; (6) Sanitários funcionários; (7) Elevadores; (8) Escadas; (9) Escadas de segurança; (10) Refeitório; (11) Cisterna; (12) Shafts; (13) Bombas; (14) Jardim; (15) Riacho Pajeú;

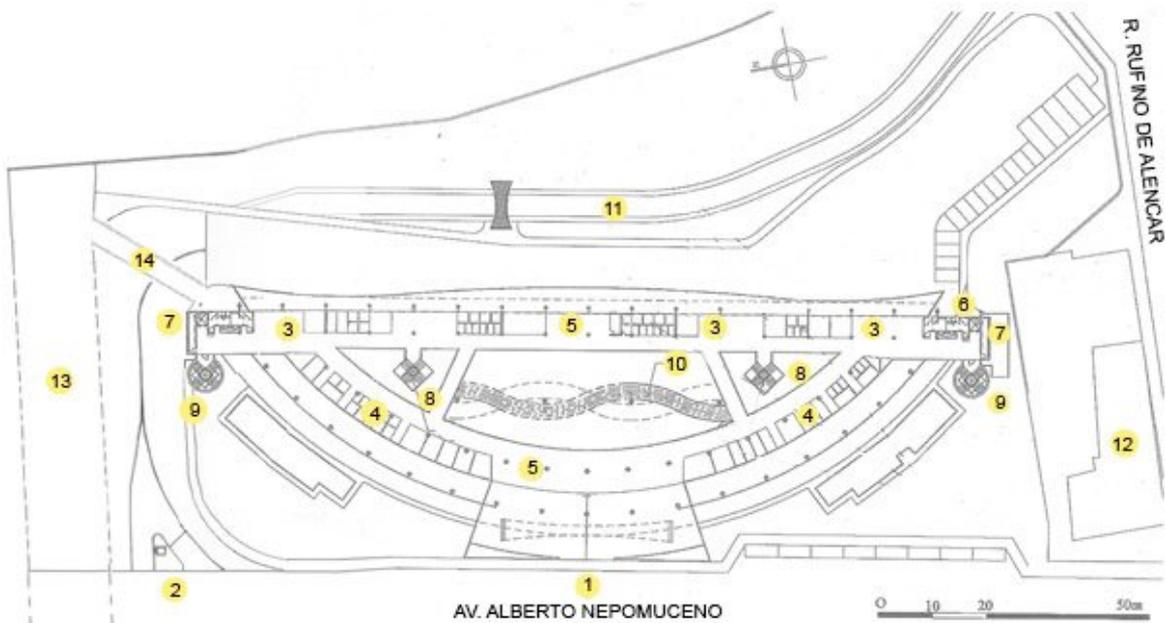


FIGURA 45: PLANTA DO TÉRREO (acesso principal / lojas)

(1) Acesso principal; (2) Acesso de veículos; (3) Lanchonetes; (4) Lojas; (5) Circulação; (6) Sanitários; (7) Elevadores; (8) Escadas; (9) Escadas de segurança; (10) Passarela; (11) Riacho Pajeú; (12) Prédio Febence; (13) Viaduto que liga a av. Leste Oeste à av. Monsenhor Tabosa; (14) Passarela de ligação do Mercado com a av. Mo senhor Tabosa.

(projeto: Luiz Fiúza Arquitetos Associados, 1997)

(fonte: desenhos editados a partir de imagens da revista Projeto Design, n. 213, out./1997, p.70-75).

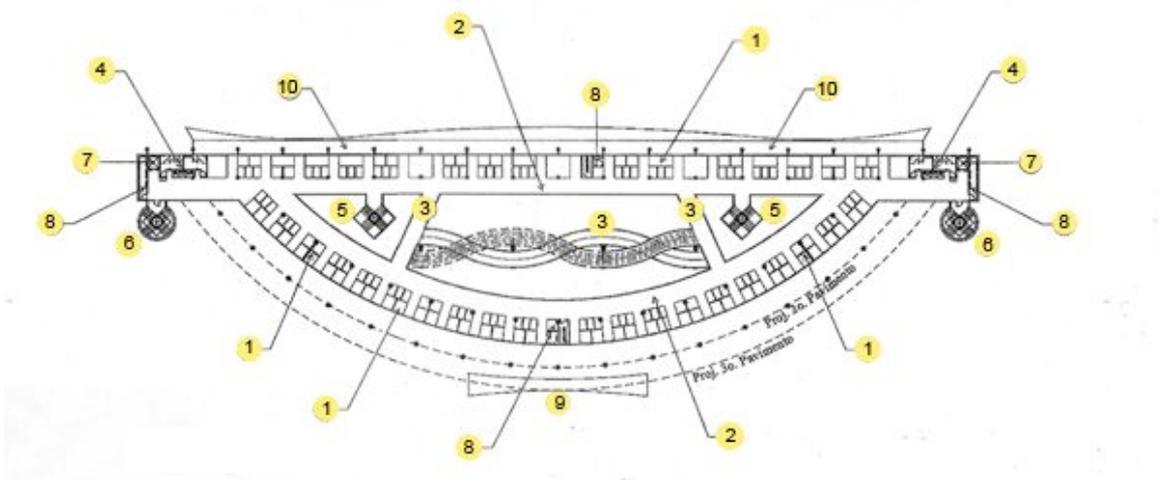


FIGURA 46: PLANTA DO 1º PAVIMENTO (lojas)

(1) Lojas; (2) Circulação; (3) Passarelas; (4) Sanitários; (5) Escadas; (6) Escadas de segurança; (7) Elevadores; (8) Shafts; (9) Arco de entrada; (10) Marquise.

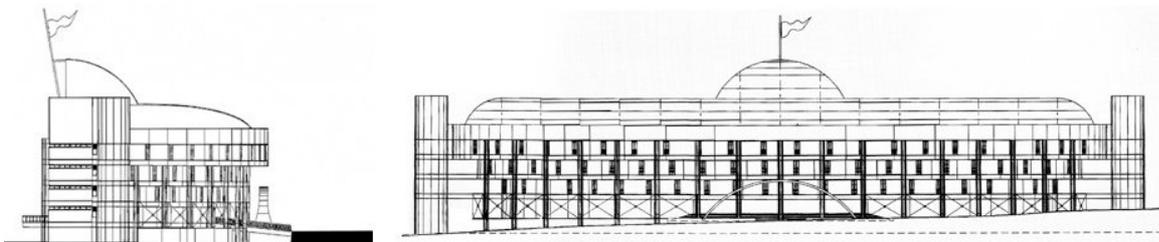


FIGURA 47: FACHADA LATERAL (Viaduto) FIGURA 48: FACHADA PRINCIPAL (av. Alberto Nepomuceno)

(projeto: Luiz Fiúza Arquitetos Associados, 1997)

(fonte: desenhos editados a partir de imagens da revista Projeto Design, n. 213, out./1997, p.70-75).



Os únicos pontos dos quais se pode ter uma perspectiva do exterior – no caso, o estacionamento às margens do Pajeú e um pedaço da Catedral – são as áreas de mesa das lanchonetes situadas no pavimento térreo. É a partir de uma dessas áreas avarandadas que se projeta uma passarela que se designa a levar o pedestre do mercado ao viaduto da avenida Leste Oeste.

A construção da passarela, inaugurada em abril de 2001, foi orientada pela necessidade de haver algum tipo de comunicação com o pólo comercial da avenida Monsenhor Tabosa e com o Centro Cultural

FIGURA 49: Acesso à passarela de dentro do mercado (fonte: arquivo pessoal).

Dragão do Mar, dois importantes pontos do roteiro turístico da cidade

Com cerca de 45 metros de comprimento, a passarela parte de um dos vértices do edifício, passa sobre a circulação de veículos, e segue, em diagonal, até o ponto onde o limite do terreno encontra o viaduto. Em estrutura metálica e bi-poiada em pilares igualmente metálicos localizados nas extremidades, esta passarela se configura mais como um improviso do que uma solução bem resolvida no contexto do edifício e do meio urbano. Esta hipótese fica mais clara especialmente quando são observados aspectos relacionados à acessibilidade do pedestre. Deste ponto de vista, constata-se que circular pela estreita calçada do viaduto, ao lado de veículos em alta velocidade, não é uma situação confortável, tampouco segura. Além disso, como a inclinação da passarela não foi suficiente para resolver a diferença de nível entre o viaduto e o pavimento térreo do mercado, foram criados degraus e uma pequena rampa, cuja inclinação é superior àquela recomendada pelas normas de acessibilidade.

Acredita-se, porém, que além das críticas de ordem funcional – parte-se de um ponto escondido e à periferia da circulação principal do mercado e chega-se em uma via não adequada ao tráfego de pedestre – e estética – falta de escala, desproporcionalidade da estrutura e localização conflituosa dos pilares –, reside a difícil tarefa de se anexar um elemento desse gênero a um prédio que foi concebido fechado em si e à revelia do entorno.



FIGURAS 50, 51 e 52: Vistas da passarela metálica que liga o mercado ao viaduto da avenida Leste Oeste (fonte: arquivo pessoal).



FIGURAS 53 e 54: O vazio central e as passarelas que ligam os pavimentos (fonte: arquivo pessoal).

### O edifício

A planta semicircular do mercado se desenvolve em quatro pavimentos organizados em torno de um vazio central. O subsolo, a meio-nível abaixo da avenida Alberto Nepomuceno, abriga o estacionamento e as áreas de serviço. No térreo e nos dois pavimentos acima, os estabelecimentos comerciais distribuem-se no perímetro da edificação. Elevadores e sanitários localizam-se, simetricamente, nas duas extremidades, de onde se destacam os volumes cilíndricos que correspondem às escadas de segurança.

A solução estrutural é mista e compreende quatro faixas longitudinais de pilares em concreto divididos em dois grupos: um que acompanha a curva da fachada principal, e outro ortogonal ao longo da fachada posterior. A primeira faixa de pilares de cada grupo avança o volume da edificação, participando, assim, da composição das fachadas. Há, ainda, três robustos pilares de concreto os quais sustentam as passarelas metálicas que fazem um ziguezague sinuoso pelo vazio central e ligam os pavimentos entre si.

O espaço interno é amplo, dinâmico e fluido. O esquema de circulações internas é, certamente, um ponto positivo do projeto; escadas, rampas e o elevador panorâmico oferecem uma acessibilidade democrática e, somados ao escalonamento dos pavimentos em relação ao vazio,



*FIGURA 55: Vista do interior do mercado a partir do terceiro pavimento. Pode-se observar a quantidade de mercadorias que são expostas nas circulações (fonte: arquivo pessoal).*

permitem ao usuário acompanhar todo o movimento do mercado e proporcionam um passeio arquitetônico interessante. É, certamente, uma característica que se opõe a idéia de confinamento e claustrofobia do antigo mercado, assim como a cobertura transparente em estrutura metálica que permite o aproveitamento da iluminação natural. A iluminação zenital e difusa espalha-se por toda área das rampas. Há, porém, regiões de sombra nas extremidades do vazio central, que atingem tamanho máximo no térreo, pavimento menos favorecido em termos de luz natural.

O projeto original previa circulações secundárias como áreas de desafio entre os estabelecimentos comerciais. Por solicitação da Prefeitura, estas circulações foram eliminadas e a partição interna foi alterada de forma a incorporar um número maior de boxes. A

*FIGURA 56: No subsolo, o pátio central é ocupado por bancas de artesanato (fonte: arquivo pessoal).*





FIGURA 57: Elevador panorâmico (fonte: arquivo pessoal).

FIGURA 58: Detalhe da iluminação zenital (fonte: arquivo pessoal)



<sup>13</sup> Dados extraídos dos boletins informativos da Câmara Municipal de Fortaleza de 01/04/1998, 07/04/1998, 08/04/1998, 04/06/1998 e 05/06/1998, disponíveis em <<http://www.cmfor.ce.gov.br/imprensa/Boletins>>.

<sup>14</sup> Dados técnicos podem ser encontrados em: FONTENELLE; MOURA. Revestimento Cerâmicos em Fachadas: Estudos das Causas das Patologias. Relatório de Pesquisa submetido ao Programa de Melhoria da Qualidade da Construção. Fortaleza, 2004. Disponível em: <[http://www.abcp.org.br/comunidades/fortaleza/arquivos/03\\_PesquisaPatologia.pdf](http://www.abcp.org.br/comunidades/fortaleza/arquivos/03_PesquisaPatologia.pdf)>

densidade ocupacional aumentou à medida em que as lojas tiveram suas dimensões reduzidas, fato que provocou problemas de ordem funcional e colaborou com insatisfação de alguns locatários em relação à distribuição dos boxes.

Em abril de 1998, uma Comissão Especial da Câmara dos Vereadores de Fortaleza foi designada para apurar os problemas apontados pelos permissionários do Mercado: falta de democracia na distribuição dos boxes, uma vez que não havia sido realizado sorteio, e o questionamento de que diretores da Associação dos Lojistas do Mercado Central – ALMEC – terem recebido pontos privilegiados; ausência de licitação na escolha das empresas responsáveis pelo gerenciamento do estacionamento, das lanchonetes e do restaurante do mercado; problemas na estrutura física do prédio, como as infiltrações em dias de chuva e descolamento de cerâmicas da fachada; e questões de ordem funcional, como a dos boxes voltados para o Riacho Pajeú, que não tinham proteção contra sol e chuva<sup>13</sup>.

Em 2006, diante do agravamento do descolamento das cerâmicas das fachadas, o mercado entrou em reforma. O problema havia começado em 1998, logo que a obra foi entregue. No início, estava restrito à fachada oeste, próximo às juntas de dilatação e nas superfícies de maior curvatura. Com o tempo, espalhou-se pelas outras fachadas.

Diagnosticados os motivos<sup>14</sup> – falta de juntas de dilatação, uso de cerâmica de alta expansão, utilização de argamassa colante de baixa qualidade e falha no assentamento – a empresa responsável

pela construção do mercado iniciou, em agosto de 2006, a substituição do revestimento externo sem qualquer ônus para a Prefeitura.

A relação com a cidade e a atividade turística

A construção do novo Mercado Central é um exemplo do investimento público em favor da melhoria da infraestrutura turística aliada a um desejo de requalificação da área central.

As condições de limpeza, conforto e segurança do mercado foram, sem dúvida, restabelecidas, mas ao custo de uma arquitetura muito próxima a dos shopping centers convencionais, isolados do exterior, impermeáveis à cidade e cujas relações espaciais priorizam as atividades de consumo.

As atividades de consumo, inclusive, estão no cerne do turismo contemporâneo, dada a mudança do enfoque pela qual as atividades turísticas e de lazer tem passado. *"De atividade espontânea"* o sentido do lazer *"passa a ser cooptado pelo desenvolvimento da sociedade de consumo"* (CARLOS 1996: 25-26). O sentido de conhecer um lugar passa, necessariamente, pela realização da compra de souvenirs e produtos típicos.

O empreendimento tem sido bastante utilizado na venda na imagem turística de Fortaleza. Os traços contemporâneos da fachada e o uso da estrutura metálica – mesmo considerando a dificuldade de manutenção adequada que uma obra pública desse porte teria em um ambiente de alta salinidade – são alguns dos aspectos que remetem a criação do



FIGURA 59: Os bancos colocados ao longo da circulação são utilizados pelos usuários e vendedores (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 60: Do lado de fora do edifício, é possível observar os expositores de mercadorias que obstruem as janelas (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 61: A fachada principal do mercado durante a substituição do revestimento externo (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 62: Escala do edifício em relação ao entorno.

(fonte: <http://travel.webshots.com/photo/2281169910086034629fgCcwL>)

“novo” que permeia a história da cidade e que, através do discurso das elites locais, tornou-se sinônimo de “progresso e modernidade”. Essa busca ininterrupta pelo novo “*transforma a cidade num instantâneo*” e implica na perda da memória social,

*“uma vez que elementos conhecidos e reconhecidos, impressos na paisagem da metrópole, se esfumam, no processo de construção incessante de novas formas urbanas”.* (CARLOS, 2004: 9).

O espaço produzido com fins voltados exclusivamente para o turismo acaba se afastando do plano do vivido e das relações humanas que o caracteriza como lugar. É, de certa forma, a realidade expressa pelo novo mercado. Ao ser edificado ignorando a escala e os significados do entorno, constitui-se como um elemento estranho ao tecido urbano, “*um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico*” (AUGÉ, 2003: 73).

Distante do objetivo de requalificação da área, esta intervenção pontual contribuiu ainda para acentuar a monofuncionalidade do bairro em torno da atividade comercial, além de concentrar para si a maior parte do fluxo turístico que vai em direção ao Centro.

## 2.4. Parque da Cidade

<i>Arquiteto:</i>	Ricardo Muratori
<i>Cliente:</i>	Prefeitura Municipal de Fortaleza (administração do Prefeito Juraci Magalhães).
<i>Local:</i>	Entre as ruas General Sampaio, Guilherme Rocha, Liberato Barros e avenida do Imperador – Centro, Fortaleza (CE)
<i>Ano:</i>	1999 (concurso)

<sup>15</sup> Este item é tratado no contexto das idéias, projetos e perspectivas para o futuro, que compõe o quarto capítulo desta dissertação.

A reforma das Praças José de Alencar e Lagoinha foi resultado do “Concurso Nacional de Idéias para Embelezamento e Valorização da Área Central de Fortaleza e Parque da Cidade” realizado em 1999 pela Prefeitura de Fortaleza, com o apoio da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Fortaleza (CDL) e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/CE).

O edital do concurso solicitava o desenvolvimento de duas propostas: a primeira, de ordem mais geral, deveria contemplar diretrizes para a área central como um todo<sup>15</sup>; a segunda, mais específica, deveria conter o estudo preliminar para o Parque da Cidade, o qual resultaria da fusão da Praça José de Alencar e da Praça da Lagoinha, com a incorporação da área atualmente ocupada pelo “Beco da Poeira”, centro popular do comércio informal. Em relação à nova praça, o estudo deveria considerar: remanescentes do espaço natural, uso e ocupação do solo, preservação do patrimônio cultural, circulação de pedestres e veículos, equipamentos urbanos e comunitários, gestão e financiamento.



FIGURA 63: Perspectiva geral do Parque da Cidade (fonte: FERNANDES, 2004).

(projeto: Ricardo Muratori).



FIGURA 64: Comercio popular na rua General Sampaio.



FIGURA 65: Igreja do Patrocínio



FIGURA 66: Beco da Poeira pela Praça José de Alencar.



FIGURA 67: Teatro José de Alencar



FIGURA 68: Beco da Poeira visto pela rua Guilherme Rocha.



FIGURA 69: Beco do Poeira visto pela rua Guilherme Rocha

Fotos anteriores à intervenção (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 70: Foto aérea da área.

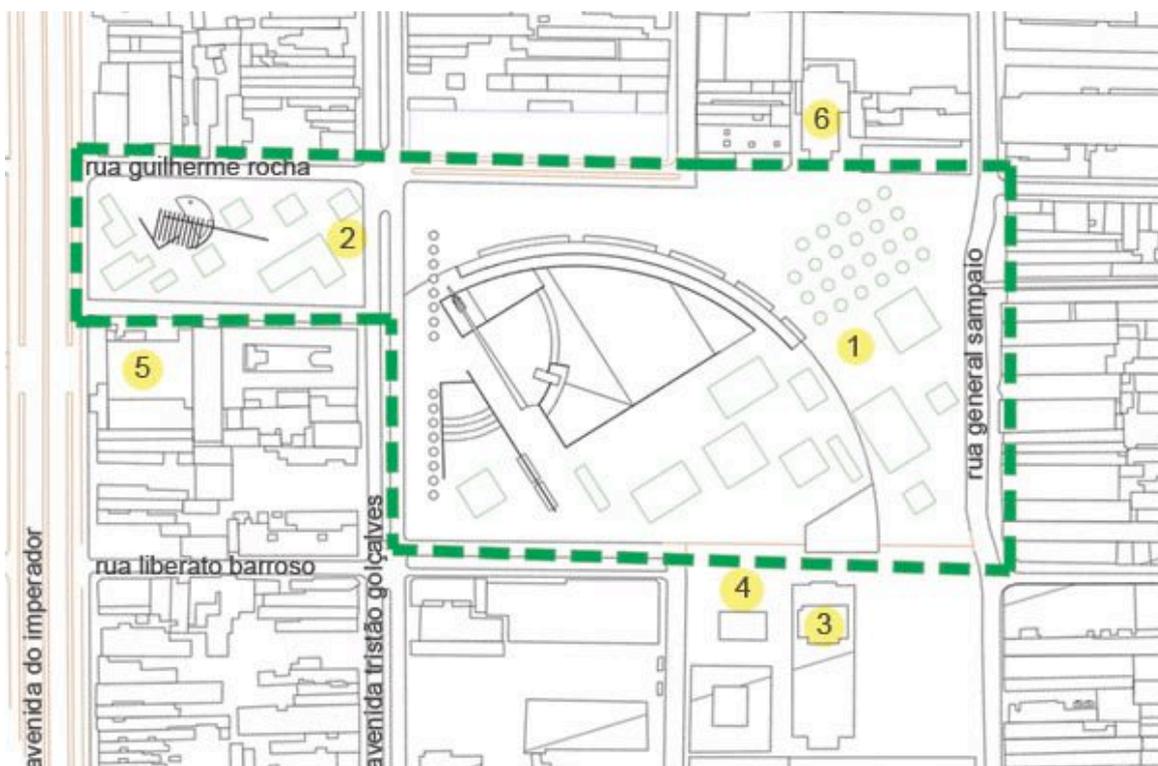


FIGURA 71: Proposta do Parque da Cidade e entorno.

"1) Praça José de Alencar; (2) Praça da Lagoinha; (3) Teatro José de Alencar; (4) Instituto Nacional do Patrimônio Histórico – IPHAN; (5) Hospital Cesar Cals; (6) Igreja do Patrocínio; (7) Beco da Poeira.

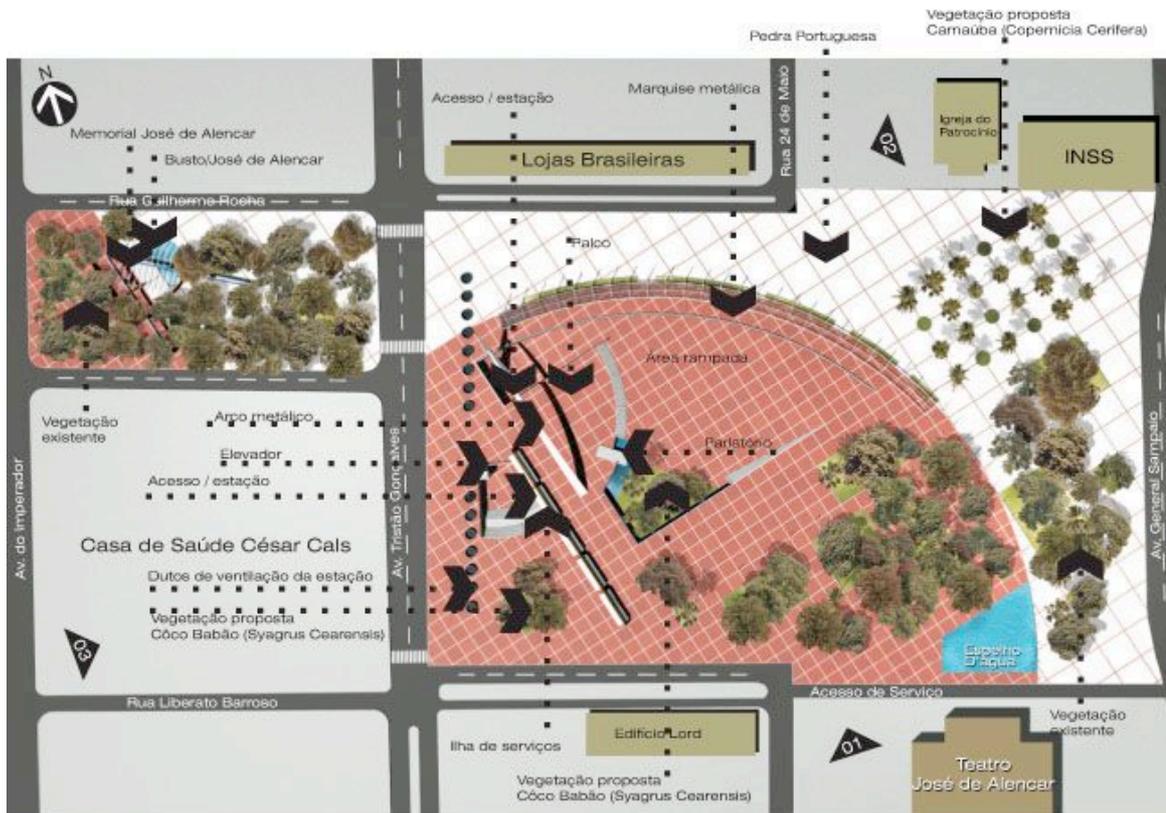


FIGURA 72: Planta do Estudo preliminar do Parque da Cidade (fonte: FERNANDES, 2004).

(projeto: Ricardo Muratori, 1999)

A relevância dada ao projeto do Parque da Cidade decorre da construção da Estação Lagoinha, a mais importante do sistema Metrofor em implantação desde 1999. A nova praça visa, portanto, atender, as exigências espaciais de desafogo do fluxo proveniente da estação.

O projeto para o Parque da Cidade de Ricardo Muratori foi escolhido pela comissão julgadora como o estudo que apresentava as melhores condições de ser construído. Seguiu-se, então a elaboração dos projetos executivos e, em 2001, iniciaram-se as obras de reforma nas duas praças.

O estudo de Muratori é desenvolvido em torno dos seguintes parâmetros: da Praça de Alencar como um palco para as aglomerações populares, sendo esta demarcada através de um grande arco metálico pergolado; da região correspondente ao Beco da Poeira como a área de concentração e desafogo da Estação Lagoinha; e da Praça da Lagoinha como o Memorial de José de Alencar.



FIGURA 73: Quiosques construídos pela Prefeitura de Fortaleza na Praça José de Alencar (fonte: FERNANDES, 2004).



FIGURA 74: Vista da mesma área da Praça José de Alencar após a retirada dos quiosques (fonte: arquivo pessoal).

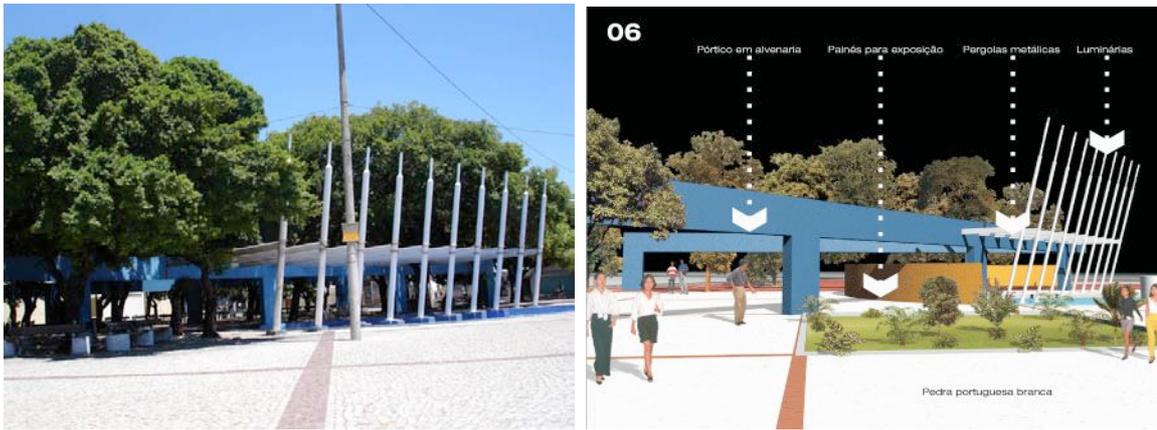
<sup>18</sup> PRAÇA JOSÉ DE ALENCAR. Procurador pede paralisação das obras de quiosques. O Povo. Fortaleza, 28 fev. 2004.

O projeto, no entanto, não chegou a ser concluído, pois ainda aguarda a transferência dos comerciantes do “Beco da Poeira” para as novas instalações do “Centro de Pequenos Negócios de Vendedores Ambulantes de Fortaleza” na rua 24 de Maio. Aguarda também a conclusão das obras do Metrofor e de suas estações, que, após várias paralisações por falta de recursos, está atualmente prevista para 2012.

O projeto original sofreu alterações que não tiveram o aval do arquiteto nem do IPHAN. A construção de quiosques na Praça José de Alencar foi alvo de uma Ação Pública contra o Município de Fortaleza exigindo a paralisação das obras, pois atentavam “contra a integridade do patrimônio histórico e cultural que cerca a praça”<sup>16</sup>, no caso, a Igreja do Patrocínio e o Teatro José de Alencar. As bancas foram construídas, mas não chegaram a ser efetivamente ocupadas, sendo demolidas em 2005 em uma nova “ação de requalificação” promovida pela nova gestão municipal. Permaneceu como novo, além da paginação de piso, um arco de alvenaria que separa a praça do teatro e sobre o qual foram dispostos bancos.



FIGURA 75: Arco e bancos na Praça José de Alencar (fonte: arquivo pessoal).



FIGURAS 76 e 77: Foto e perspectiva eletrônica da estrutura na Praça da Lagoinha que compõe o Memorial de José de Alencar.

(fonte: arquivo pessoal / FERNANDES: 2004).

(projeto: Ricardo Muratori, 1999).

Na Praça da Lagoinha, foram construídos o espelho d'água, o arco e os mastros metálicos que constituiriam o memorial de José de Alencar. O que se observa é, talvez pela forma fragmentada como tem sido executado o projeto – totalmente desarticulado de uma proposta mais geral para a área central, sem a transferência do Beco da Poeira e sem a presença do metrô –, um amontoado de elementos decorativos, gratuitos e sem nenhum significado para o local. Curiosamente, foi algo alertado por Muratori no memorial descritivo do concurso:

*“as intervenções propostas para o ‘Parque da Cidade’ não podem prescindir de um plano mais abrangente para o centro, sob pena de recair na armadilha das ações meramente cosméticas”* (MURATORI, 1999).

O caráter imediatista da intervenção e a ênfase na ação pontual revelam o interesse político de usar a obra como marketing político da campanha de reeleição para a Prefeitura. Trata-se, como bem colocou Ricardo Fernandes (2004:102), de uma *“visão mesquinha de espaço urbano”*.



CAPÍTULO 3  
Intervenções na Praia de Iracema





### 3.1. Considerações iniciais

Considerações iniciais sobre o bairro: história e configuração espacial

O bairro de dimensões exíguas entre o Centro e o Meireles é oficialmente delimitado pela avenida Monsenhor Tabosa ao sul, pelas ruas Senador Almiro e Cariri a oeste e pela rua João Cordeiro a leste. Estes limites são permeáveis e foram informalmente expandidos depois da implantação do Centro Cultural Dragão do Mar inaugurado em 1998.

De acordo com Solange Schramm (2001:60), o bairro *"tem apresentado historicamente diversidade na ocupação e uso de seus espaços, apropriados por diversos grupos, que imprimiram, a partir de suas práticas, significações distintas para cada porção daquele território"*. A autora define quatro áreas esquemáticas que se diferenciam pelo processo de ocupação: (i) a porção oeste mais próxima ao Centro corresponde àquela relacionada à antiga zona da Prainha que abrigava as atividades do porto antigo: antigos estabelecimentos comerciais, armazéns e galpões, com destaque ao antigo prédio da Alfândega<sup>1</sup>, inaugurado em 1891 e localizado na Avenida Pessoa Anta; (ii) a faixa de praia, nas proximidades da Rua dos Tabajaras, corresponde à área ocupada pelos pescadores até 1920, quando foi escolhida como balneário pelas elites; (iii) as imediações da Ponte

<sup>1</sup> Atualmente abriga uma agência da Caixa Econômica Federal.



FIGURA 78: Mapa da Praia de Iracema: principais vias e processos de ocupação. (1) Ocupação relacionada às atividades do antigo porto; (2) Área ocupada como balneário das elites nos anos 1920; (3) Ocupação por setores populares; (4) Área ocupada a partir dos anos 1950.

Metálica, adjacente ao Estaleiro, onde se encontra a Favela do Poço da Draga. Outro núcleo de setores populares é encontrado nas imediações da Rua João Cordeiro com a Av. Monsenhor Tabosa; (iv) por último, a área mais próxima à Historiador Raimundo Girão, que corresponde à ocupação por setores da classe média a partir dos anos 1950.

A ocupação da Praia de Iracema remonta ao século XIX, quando constituía a zona da “Prainha”, a leste do Riacho Pajeú, próximo do núcleo central, e abrigava atividades portuárias de Fortaleza que, desde o último quartel do século havia se consolidado como principal entreposto comercial da província e assistia ao aumento das exportações de algodão, café e cera de carnaúba. Deste fato derivam as preocupações em modernizar a cidade – a exemplo do Barão de Haussmann em Paris e o Prefeito Pereira Passos no Rio

de Janeiro – e dotá-la de infra-estrutura<sup>2</sup> e de melhores instalações portuárias<sup>3</sup>.

Datam do fim do século XIX a instalação do ramal ferroviário que fazia a ligação com o porto e a implantação de um quebra-mar ligado à praia por meio de um viaduto<sup>4</sup> projetado pelo inglês John Hawkshaws<sup>5</sup>, e a construção do edifício da Alfândega, concluído em 1891. Em 1906, foi construída a Ponte da Alfândega, um viaduto de ferro e piso de madeira, que, depois da reforma em 1924, passou a ser conhecida como Ponte Metálica. Nos anos 1920, teve início a construção de outra ponte, chamada de Ponte dos Ingleses por conta da firma inglesa<sup>6</sup> que a construiu (CASTRO, 1977; SCHRAMM, 2001).

Até os anos 1920, por ser local exclusivo de moradia de pescadores, chamava-se Porto das Jangadas ou Praia do Peixe. A designação de Praia de Iracema ocorreu quando o bairro foi escolhido pela elite fortalezense como balneário, em um processo de reconhecimento da faixa de praia e da valorização do mar como alternativa de lazer. A ocupação por residências de veraneio acabou por expulsar gradativamente os antigos pescadores que habitavam à beira mar (SCHRAMM, 2001).

A mudança de nome está relacionada aos anseios de designação do lugar com um espaço sofisticado,

*“capaz de expressar os hábitos e costumes dos novos grupos que chegavam à praia, estimulados pela descoberta das práticas marítimas a exemplo do que já ocorria na Europa”* (AQUINO, 2003:62).

Solange Schramm explica que a campanha pela mudança de nome do bairro em 1925, apoiada pela imprensa local<sup>7</sup>, tinha o intuito de mudar a *“denominação imprópria e vulgar”* de Praia do Peixe para Praia de Iracema. A partir daí, as ruas receberam nome de tribos indígenas cearenses - Tabajaras, Potiguaras, Guanacés, etc., construindo, dessa forma, a nova imagem do bairro.

<sup>2</sup> As intervenções públicas no espaço de Fortaleza nesse período ficaram restritas ao seu “aformoseamento” – ajardinamento de praças e melhoria da aparência urbana: pavimentação das vias públicas com paralelepípedos e concreto, iluminação elétrica de logradouros públicos, arborização, etc (CASTRO, 1977; PONTE, 1993).

<sup>3</sup> Todas essas obras constituíram tentativas infrutíferas de construção de um porto com boas condições de embarque e desembarque de mercadorias e passageiros. Os navios paravam no largo e eram alcançados por barcos menores que faziam a ligação com a ponte. Segundo Liberal de Castro, foram *“tentativas que sempre procuravam violentar as condições de aproveitamento hidrográfico mais evidente”*, posto que os engenheiros da época já recomendavam a instalação do porto no Mucuripe. *“Os exportadores influam na decisão final, em defesa de seus interesses, porque tendo armazéns e instalações comerciais perto do centro, não lhes convinha mudá-las para longe”* (CASTRO, 1977:37).

<sup>4</sup> As águas paradas resultantes dessa obra deram origem ao local chamado de Poço da Draga.

<sup>5</sup> Com execução confiada à Sociedade Inglesa Ceará Harbour Corporation Ltda (PONTE, 1993).

<sup>6</sup> Construída pela firma inglesa North Griffiths Co, não chegou a ser concluída e ficou sendo conhecida como Ponte Velha.

<sup>7</sup> Uma revista da época publicava: *“Aquella estação balnear, com seus confortáveis chalets de stylo moderno, requer, por certo, outra denominação menos repulsiva”* (apud SCHRAMM, 2001:37)

*“O nome do personagem de Alencar, tão enraizado no imaginário coletivo, (...) teve, assim, um objetivo ‘civilizatório’, contribuindo para que se consolidasse o espaço da refinada sociabilidade que a cidade então ganhava” (SCHRAMM, 2001:66-65).*

Com o início da construção do porto do Mucuripe em 1938, iniciou-se o processo de transferência das atividades portuárias e os vários armazéns e casas comerciais ligadas às exportações foram abandonados. Além disso, a alteração das correntes marítimas provocada pelas obras do novo porto resultaram no avanço das marés e na redução da faixa de praia. A partir daí, as famílias abastadas foram paulatinamente deixando o local e os pescadores que ainda moravam na área mudaram-se para outras praias, como Mucuripe e Poço da Draga. Algumas residências mais antigas passaram a ser ocupados por usuários mais pobres e outros edifícios por prostíbulos. Com a desativação do ramal ferroviário e a instalação do estaleiro naval, surgiu a favela do Poço da Draga (ROCHA, 1984; SCHRAMM, 2001).

Apesar do estado de estagnação das antigas instalações portuárias e do início de um processo de marginalização, o bairro ainda apresentava atrativos para a boemia: bares, clubes e restaurantes, entre os quais se destacava o restaurante Estoril, que funcionava desde 1948 na Vila Morena, antiga residência da família Porto, a qual tinha servido como cassino dos americanos durante a Segunda Guerra Mundial (SCHRAMM, 2001).

Entre os anos 1960 e 1970, a Praia de Iracema caracterizava-se como um pequeno bairro residencial habitado principalmente por uma população de classe média baixa e outros setores mais pobres. Os bares, restaurantes e a ponte velha continuavam a atrair os setores intelectualizados da sociedade, especialmente durante a ditadura militar, quando a imagem boêmia do bairro foi consolidada; *“alguns locais do bairro foram adotados por artistas e intelectuais como um refúgio em meio à censura e às perseguições”* (SCHRAMM, 2001: 48).

A partir da segunda metade dos anos 1980, observam-se mudanças no uso e ocupação do bairro, reflexos do início da transformação de Fortaleza em um pólo de turismo e de lazer. Este processo se acentuaria na década seguinte com as intervenções urbanas implantadas pelo Governo do Estado e a Prefeitura Municipal.

A ameaça da especulação imobiliária provocada pela lei de uso e ocupação do solo de 1979<sup>8</sup>, que classificou a faixa de praia do bairro como ZE-7 e lhe dotava dos mesmos índices urbanísticos da Avenida Beira Mar, mobilizou alguns moradores do bairro a solicitar a interrupção do processo junto à Prefeitura e o reconhecimento do bairro como patrimônio cultural da cidade. O resultado veio em 1981, quando o Conselho de Desenvolvimento Urbano deliberou pela preservação do bairro, autorizando somente a construção de edifícios residenciais unifamiliares. Outra ação relevante nesse sentido foi a fundação, em 1984, da Associação dos Moradores da Praia de Iracema, que, com o objetivo de deter o processo de verticalização em andamento<sup>9</sup>, conseguiu aprovar a lei que estabeleceu a área como Zona de Renovação Urbanística – ZE-2<sup>10</sup> (SCHRAMM, 2001).

Outra fonte de preocupação da comunidade em meados dos anos 1980 foi a intensificação da vida noturna do bairro ocasionada pela abertura de bares e restaurantes como o Cais Bar e o Bar Pirata. Com a diminuição do uso habitacional e o aumento de estabelecimentos voltados para o lazer, cresceram as reclamações dos moradores em relação ao barulho excessivo, ao congestionamento de veículos e à insegurança. Essa mudança de uso também trouxe à tona a questão da preservação de locais como a Ponte dos Ingleses e o Estoril, o qual recebeu normas de proteção, preservação e conservação em documento assinado pela Prefeita Maria Luíza em 1986, após reivindicações da Associação dos Moradores (SCHRAMM, 2001).

A partir dos anos 90, a implantação da nova legislação e uma série de intervenções urbanas ocorridas iriam

<sup>8</sup> Lei nº 5.122-A de 1979.

<sup>9</sup> O edifício Morada Nova de 10 pavimentos foi construído em 1980 sob o respaldo dos índices urbanísticos da ZE-7. O edifício Lido (18 pavimentos), o Hotel Tabajaras e o edifício Mirante de Iracema foram construídos nos anos seguintes por falta de regulamentação da lei que classificava o bairro como ZE-2 (SCHRAMM, 2001).

<sup>10</sup> Lei nº 5.855-A de 25 de julho de 1984. Define que no trecho da orla marítima do bairro Praia de Iracema será implantado um pólo de cultura e artes, visando à preservação do patrimônio histórico e cultural do bairro.

contribuir para consolidar o bairro como pólo de lazer e forte eixo turístico.

### 3.2. As primeiras intervenções

#### A nova legislação

O processo de mudança de uso e ocupação do bairro foi consolidado pela legislação urbanística aprovada em 1992.

*“A nova legislação, elaborada num momento em que a Praia de Iracema firmava-se como pólo de lazer e turismo na cidade, revela a intenção de fortalecer uma imagem apropriada ao novo papel que ela passa a desempenhar” (SCHRAMM, 2001:99).*

O novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza<sup>11</sup> estabeleceu a Zona Especial (ZE) – Área de Interesse Urbanístico da Praia de Iracema, cuja lei de regulamentação, votada em 1995<sup>12</sup>, dividiu o bairro em três setores.

<sup>11</sup> Em substituição à Lei nº 5.122-A/1979.

<sup>12</sup> Lei nº 7.814 de 30 de outubro de 1995.

O setor 1 abrange a área do Poço da Draga e dos antigos armazéns onde foi implantado o Centro Dragão do Mar. Considerado como uma área de revitalização, incentiva os usos habitacionais, culturais, de lazer e hotelaria e permite a construção de edifícios com até 16 pavimentos. O setor 2 foi definido como área de preservação e abrange a Rua dos Tabajaras e seu entorno, entre a Ponte dos Ingleses e a Igreja de São Pedro. O setor 3, composto pelas quadras ao norte da Avenida Historiador Raimundo Girão até a Rua Idelfonso Albano, foi destinado à renovação urbana<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Schramm (2001) chama a atenção para o fato da legislação não definir formalmente os termos *renovação* e *requalificação urbana*. O que a lei define como de “área de revitalização” deveria denominar-se “área de renovação”, pois é permitida a derrubada das construções existentes para a criação de novas edificações (COSTA, 2004).

Paradoxalmente, o setor 1, mais antigo, que compreende a área com as antigas edificações vinculadas ao porto desativado, foi considerado de renovação, enquanto que ao setor 2 foi atribuído o conceito de patrimônio a ser preservado. Schramm procura elucidar os critérios dessa divisão:

*“O fato de ter sido considerado histórico não se reporta a aspectos da ocupação do*



FIGURA 79: Setores da Zona Especial – Zona de Interesse Urbanístico da Praia de Iracema.

*território ou de sua inserção sócio-cultural ou econômica na vida da cidade de Fortaleza. Os argumentos referem-se a uma vaga noção de área 'tradicional' ou 'conhecida', não explicitando, porém que tradição é essa e por qual razão era conhecida. (...) a definição de setor histórico, distanciando-se de uma maior precisão que o termo exige, aproxima-se de uma interpretação subjetiva das vivências de alguns grupos sociais, que construíram a sua tradição. Numa palavra, ancora-se na memória desses grupos" (SCHRAMM, 2001:98-99).*

Outro critério importante na designação dos setores foi a conciliação entre os valores públicos e os da iniciativa privada, que se daria por meio da valorização imobiliária. "Para tornar a área atraente para os investidores, seria inviável a proteção mais abrangente da área", explica Schramm (2001:100). Assim, enquanto no setor 2 estar-se-ia, ainda que de maneira

<sup>14</sup> *"A preocupação com a preservação do patrimônio arquitetônico comparece de forma tangencial, que se revela, por exemplo, na ausência de um inventário dessa área. Assim, apenas imóveis isolados e de notório conhecimento, como os prédios da antiga Alfândega e da Casa Boris, são reconhecidos como portadores de valor"* (SCHRAMM, 2001:100).

<sup>15</sup> As operações consorciadas não chegaram a se concretizar. No entanto, edifícios residenciais multifamiliares construídos em frente a Ponte Metálica, no início da Rua dos Tabajaras, são sinais de um possível verticalização da área.

<sup>16</sup> Artigo 131, inciso III da lei nº 7.987.

superficial<sup>14</sup>, preservando um conjunto, no setor 1 seriam estimuladas as operações consorciadas, nas quais a infra-estrutura seria executada pelo Município e paga pela iniciativa privada, que se beneficiaria com o aumento do índice de aproveitamento, fornecido mediante outorga onerosa<sup>15</sup>.

As normas de ocupação sugeridas pela legislação fazem referência a elementos de fachadas típicas do ecletismo, estilo em vigor em Fortaleza no período histórico em que a ocupação do bairro foi consagrada.

*"Será permitida a projeção em até 30cm (trinta centímetros) de elementos decorativos das fachadas, compreendendo: frisos, cornijas, balcões e similares, mesmo que a edificação seja implantada alinhamento do passeio (...)".<sup>16</sup>*

No sentido de sustentar a área sob a condição de "tradicional", o espaço construído na Rua dos Tabajaras e vizinhanças acaba por configurar uma arquitetura alegórica. Às edificações originais são sobrepostos elementos que buscam o resgate de um passado mitificado, resultando em um espaço cenográfico, próprio para a fruição turística.

Uma reportagem do jornal local ilustra a conformação da Praia de Iracema como *"antigo bairro residencial e reduto de boêmios"* que *"cede cada vez mais espaço para a exploração econômica"*. Foram denunciadas a desordem, a falta de critérios na altura das construções e a maquiagem de características das edificações devido à ênfase de uso do local para lazer e consumo. Sobre o assunto, declarou o arquiteto Napoleão Ferreira: *"Alguns bares copiam formas do passado, que não correspondem ao tempo que foram feitos. Isso faz parte de um processo espontâneo de especulação que deveria ser mais restrito"*. De outro lado, o arquiteto autor do projeto de um bar que busca referências em estilos passados, reconhece como pertinente a discussão sobre o uso de estilos, mas afirma: *"a questão comercial sempre prevalece. O cliente escolhe o que quer e eu não vou discutir isso"*.<sup>17</sup>

Outro exemplo de patrimônio inventado é citado por Schramm:

*“(...) é uma edificação situada na Avenida Almirante Tamandaré (...). Trata-se de um galpão reformado na década de 1990, cujo muro recebeu tratamento de fachada (a existência de uma só fileira de telhas denuncia a ‘maquiagem’), para sugerir um casario antigo, idéia reforçada com a inscrição ‘1893’ no coroamento de um frontão” (SCHRAMM, 2001:103).*

É ao lado dessa apropriação e livre interpretação dos elementos do passado do bairro por agentes do setor privado que as intervenções públicas nos anos seguintes vão cristalizar a condição da Praia de Iracema como um “bairro temático”: a construção do calçadão, a reconstrução do Estoril, a reforma da Ponte dos Ingleses e o Centro Cultural Dragão do Mar.



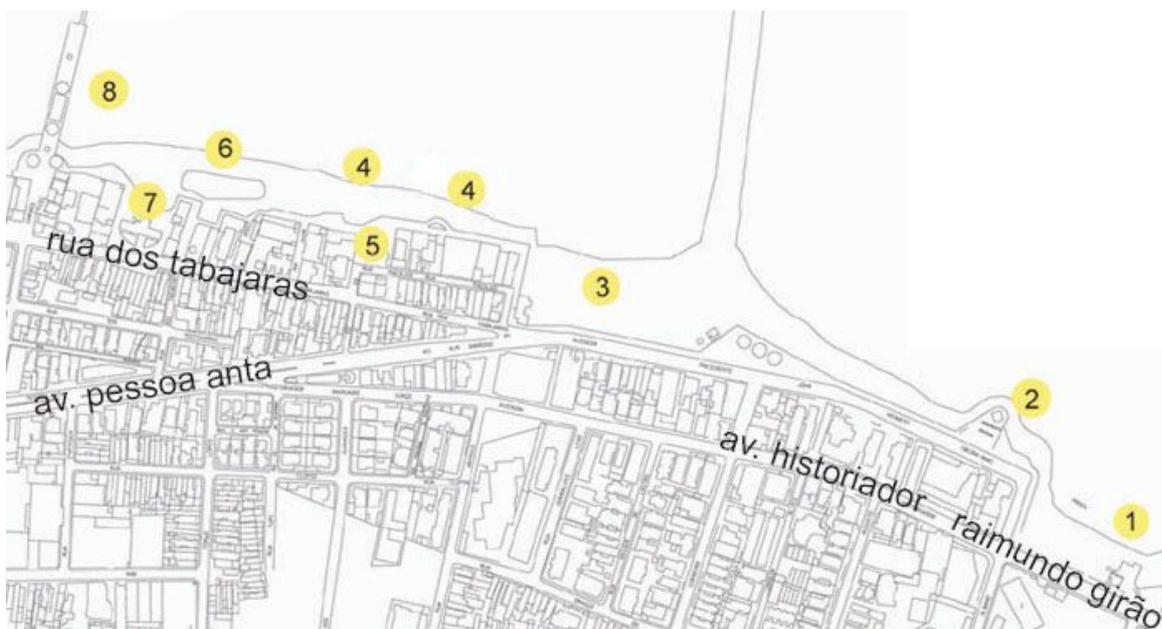
FIGURAS 80 e 81: Fachada com portas e janelas “cegas” do Pirata Bar na rua dos Tabajaras (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 82: Mapa resumo das intervenções e projetos do poder público na Praia de Iracema: (1) Calçadão; (2) Estoril; (3) Ponte dos Ingleses; (4) Centro Cultural Dragão do Mar; (5) Centro de Feiras e Eventos; (6) Aterro da Praia de Iracema; (7) Museu do Mar.

### O calçadão

O projeto do calçadão da Praia de Iracema, inaugurado em 1994, foi uma das primeiras intervenções na área pelo poder municipal. O calçadão, que possibilitou a integração com a Avenida Beira Mar e facilitou o acesso à região, está inserido em um projeto mais amplo de requalificação da faixa de praia de aproximadamente 6 quilômetros entre a Ponte dos Ingleses e o Iate Clube, no Mucuripe, com o objetivo de atender às demandas de lazer e turismo e valorizar, sobretudo, a paisagem



FIGURAS 83 e 84: Foto aérea e planta do calçadão da Praia de Iracema e seus marcos principais: (1) Lanchonete; (2) Escultura de Iracema; (3) Largo Luis Assunção; (4) Arcos; (5) Largo do Mincharia; (6) Piscininha; (7) Estoril; (8) Ponte dos Ingleses.

da orla marítima, um dos cartões postais da cidade.

Uma das intenções que orientou a proposta foi o fortalecimento da vocação para o lazer e turismo que vinha já sendo estimulada. Assim, a função moradia ficou em segundo plano, enquanto que o lazer noturno foi privilegiado. De fato, o calçadão permitiu um fluxo maior de pessoas na área, o que incentivou a abertura de restaurantes, bares e casas noturnas. Outro objetivo foi disciplinar, com a regularização de edificações e alvarás de funcionamento, a ocupação que vinha acontecendo.

O percurso do calçadão é repleto de referências a aspectos históricos, um jogo de citações do passado que busca evocar uma idéia de tradição: uma lanchonete no lugar do antigo Restaurante Cirandinha; o mirante com a escultura de Iracema; o Largo Assunção, *"onde uma placa informa uns poucos dados biográficos do 'poeta da Praia de Iracema'"*; arcadas (*"arcos expectantes"*) que sugerem *"um monumento de retorno da 'praia dos amores'"*; o Largo do Mincharia; o centro cultural Estoril e por



FIGURA 85: Escultura de Iracema do artista Zenon Barreto (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 86: Um dos "arcos expectantes" que sugerem um monumento ao retorno da "praia dos amores" (SCHRAMM, 2001). Ao fundo, vê-se a Ponte dos Ingleses (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 87: Mais adiante, encontra-se outra arcaria. Ao fundo, está a "piscininha" e a Ponte dos Ingleses (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 88: Largo do Mincharia. Na placa à esquerda, lê-se “Largo do Mincharia. Fundado em 15 de junho de 1956” (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 89: Outra vista do Largo do Mincharia, cujo espaço é utilizado como extensão da Casa do Mincharia, um estabelecimento privado que funciona como bar e restaurante (fonte: arquivo pessoal).

fim, a ponte reformada (SCHRAMM, 2001:107).

Para Solange Schramm (2001:19), a maneira como foram tratados certos trechos do calçadão sugere memórias “vencedoras” e outras obscurecidas: “a alguns espaços é dada visibilidade; outros subsistem como uma concessão, não como um privilégio”.

Como exemplares de lugares memoráveis “vencedores”, a autora cita, além do Estoril e da Ponte dos Ingleses, o Restaurante Cirandinha e o Largo do Mincharia. O primeiro foi o único dos imóveis da faixa de edificações do lado da praia da Avenida Historiador Raimundo Girão que seria poupado da demolição para a construção do calçadão. A pedidos dos antigos clientes do antigo restaurante, o imóvel foi desapropriado e reconstruído e, em seu lugar, foi concedido pela Prefeitura o funcionamento de uma lanchonete, “que permanece como testemunho da vontade de louvar a memória de um grupo restrito” (SCHRAMM,



FIGURA 90: “Piscininha”, único local na extensão do calçadão que preserva o ambiente natural de praia que outrora existiu. Durante a maré alta, forma uma área de aproximadamente 50 metros de largura por 230 de extensão. Tem sido usado, desde os anos 1940, para o lazer e banho de mar por moradores da Praia de Iracema e outras partes da cidade (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 91: Outra vista da “piscininha”. Por conta do movimento de turistas nos bares e restaurantes em frente da praia e na Ponte dos Ingleses, a “piscininha”, uma antiga opção de lazer da população mais pobre, teve seu uso disciplinado (fonte: arquivo pessoal).

2001: 108).

O Largo do Mincharia, por sua vez, localiza-se no vazio onde outrora existia um sobrado que ficava na frente da Casa do Mincharia, um clube privado fundado em homenagem a um comerciante boêmio da Praia de Iracema depois de sua morte em 1985. A partir da proposta de um vereador, o referido sobrado foi desapropriado e demolido com a finalidade de criar o Largo do Mincharia, que, posteriormente, ganhou a conotação de espaço privado, uma vez que foi apropriado como extensão do clube: *“o que era um espaço de conagração privado, um clube de amigos, ganhou, através de um ato de política urbana, uma dimensão pública”* (SCHRAMM, 2001:109).

Já pontos de encontro como a “piscininha” e o “banco”<sup>18</sup>, usados por segmentos menos privilegiados da população, passaram por uma assepsia sócio-espacial e tiveram seu uso disciplinado. *“O calçadão parece ter restringido o lazer dos grupos que não ‘combinam’ com o espaço turistificado da Praia de Iracema”* (SCHRAMM, 2001:111).

O Estoril

Na mesma época em que o calçadão era construído, a Prefeitura Municipal reconstruiu e transformou em centro cultural o Estoril, o antigo casarão da década de

<sup>18</sup> Localizado junto ao muro do Edifício Lido, em uma área denominada pela Prefeitura de “Centro Esportivo da Praia de Iracema” por conta de alguns equipamentos de ginástica lá instalados, o banco, que na verdade é um assento improvisado é freqüentado sobretudo por moradores do bairro, descendentes dos antigos pescadores que lá costumavam aportar as jangadas (SCHRAMM, 2001).



FIGURA 92: Detalhe da fachada do Estoril (fonte: arquivo pessoal).

1920 que, após um longo período de abandono, foi parcialmente destruído por uma forte chuva.

O Estoril apresentou diversos usos ao longo de sua existência: em 1925, quando foi construído, a Vila Morena servia como residência para a família Porto; nos anos 1940, foi transformado no cassino dos americanos; entre as décadas de 1950 e 1980, era um dos bares e restaurantes preferidos dos boêmios e intelectuais; e finalmente, em 1992, passou a abrigar um Centro Cultural da Prefeitura e um restaurante.

As preocupações acerca de sua preservação remontam aos anos 1980, quando a comunidade da Praia de Iracema se organizou em torno de uma campanha preservacionista, conseguindo, em 1986, a assinatura da lei que definia o Estoril como patrimônio cultural a ser preservado e estabelecia as normas para seu restauro e conservação.



FIGURA 93: O Estoril visto do calçadão (fonte: arquivo pessoal).

Apesar de instituída a lei, ela não foi efetivamente posta em prática. A recuperação do prédio não se realizou e o Estoril continuou em funcionamento como restaurante, chegando a ser interditado em 1989 pela vigilância sanitária<sup>19</sup> tendo em vista suas precárias condições físicas e de higiene (SCHRAMM, 2001).

Em 1992, quando tiveram início em Fortaleza as primeiras ações de desenvolvimento local aliadas ao turismo, a Prefeitura desapropriou o casario com finalidade de transformá-lo em um centro cultural, submetendo-o ao processo de tombamento.

Em abril de 1994, o Estoril desabou durante um período de fortes chuvas. O fato foi amplamente divulgado e causou comoção em vários segmentos da sociedade, que passaram a exigir a sua reconstrução. No ano seguinte, foi reinaugurado o novo edifício que, exceto por algumas modificações na planta original e alguns elementos decorativos, era idêntico ao casario de taipa construído nos anos 1920.

Um dos profissionais envolvidos no projeto de reconstrução explica que houve a idéia de fazer um projeto diferente e com um novo programa, mas que encontraram resistência da Fundação Cultural e da população: *“é difícil mexer com a memória da cidade. Houve comoção...”* (apud SCHRAMM, 2001:116).

É possível observar a presença de “uma visão mitificada da antiga Vila Morena”, a qual confere ao edifício uma visão idealizada e lhe dota de distinções equivocadas<sup>20</sup>.

*“A ascensão do Estoril a patrimônio cultural remonta*

<sup>19</sup> No dia seguinte após a interdição do estabelecimento, Ciro Gomes, então Prefeito, autorizou sua reabertura.



FIGURA 94: A Vila Morena, na época em que abrigou o Clube dos Americanos durante a II Guerra Mundial (fonte: <http://travel.webshots.com/photo/2582682710086034629Lehxks>).



FIGURA 95: Vista atual do Estoril reconstruído, sede do Centro Cultural da Praia de Iracema, da Prefeitura (fonte: arquivo pessoal).

<sup>20</sup> Solange Schramm (2001) cita algumas dessas considerações, das quais a mais absurda refere-se à arquitetura do Estoril como uma *“mistura do barroco metropolitano com o colonial sertanejo”*, estilos inexistentes.

*àqueles anos [anos 1980], a partir do movimento encetado por grupos a ele afeitos. Contudo, a sanção oficial, através do tombamento, dá-se no contexto de turistificação da Praia de Iracema, quando há uma apropriação daqueles sentidos consignados ao edifício visando sua inserção numa outra ordem” (SCHRAMM, 2001:117-118).*

A reconstrução do Estoril – e uma conseqüente manipulação política da memória – foi ao encontro dos anseios governamentais de reforçar a idéia de tradição do bairro e, dessa maneira, promover os espaços para atrair o turismo globalizado. Tornou-se, junto com a reforma da Ponte dos Ingleses, um dos símbolos da reurbanização da Praia de Iracema.

#### A Ponte dos Ingleses

Também nesse período encontra-se a reforma da Ponte dos Ingleses pelo Governo do Estado. Construída na década de 1920 por uma firma inglesa que lhe emprestou a designação, o ancoradouro que substituiria a Ponte Metálica em suas funções não chegou a ser concluído, passando a ser utilizado pela população para as mais diversas atividades de lazer, como passeios, pescarias e como trampolim para os banhos de mar. Pela sua proximidade com o Estoril,



FIGURA 96: Vista, a partir do calçadão, da Ponte dos Ingleses reformada (fonte: arquivo pessoal).

passou também a receber os freqüentadores do reduto boêmio, além de servir de ponto de encontro para as rodas de violão e para apreciação do pôr do sol.

Apesar das tentativas de lhe aplicar normas de preservação<sup>21</sup>, a exemplo do Estoril, a ponte continuou abandonada e não passou por nenhuma conservação e, em face do avançado estágio de deterioração de sua estrutura, foi interditada em 1990.

Em 1994, foi divulgada a reforma da ponte pelo Governo do Estado. Em reportagem no jornal O Povo, o governador Ciro Gomes anunciava: *“A Ponte Metálica é um símbolo de Fortaleza (...) um espaço de afirmação de nossa identidade cultural. Foi aqui que a cidade começou”* (apud SCHRAMM, 2001:123). Na declaração, o governador comete o erro comum de confundir a Ponte dos Ingleses com a Ponte Metálica, esta a mais antiga e a que diretamente estava ligada às atividades econômicas desempenhadas por Fortaleza no passado. Até pouco tempo, na antiga ponte vivam pessoas em precários barracos.

*“Esse discurso laudatório agrava mais ainda o esquecimento da outra ponte, a verdadeira Ponte Metálica, ou Ponte da Alfândega, que efetivamente funcionou como o porto da cidade, um importante marco referencial da história da cidade, que permanece*

<sup>21</sup> Lei n. 6512 de outubro de 1989, encaminhada pelo mesmo vereador que apresentou as normas de preservação do Estoril.

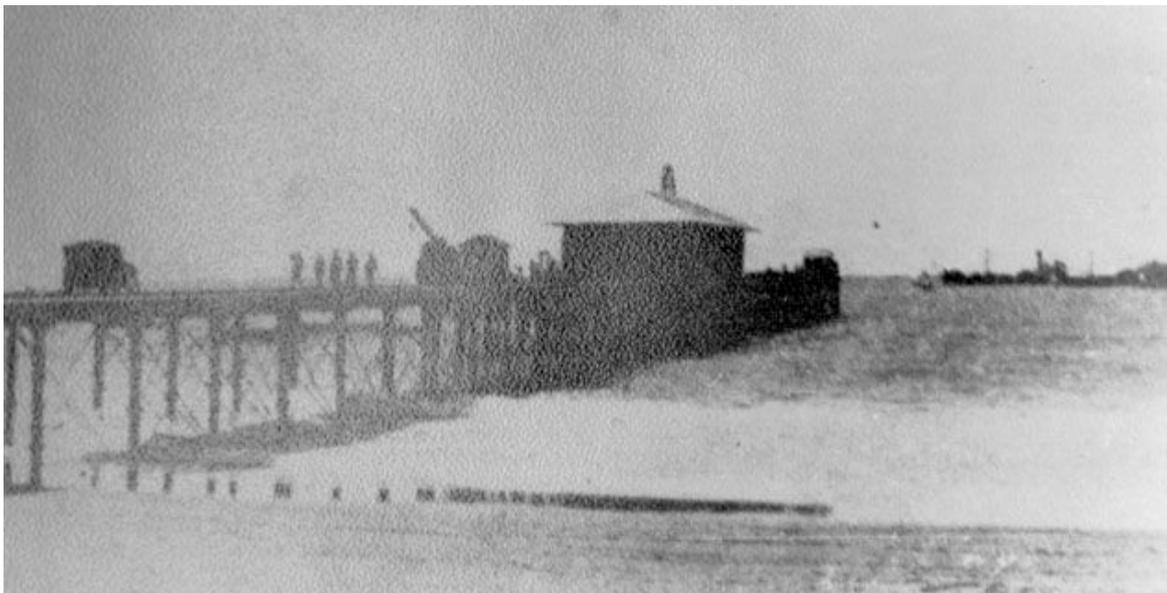


FIGURA 97: Ponte Metálica em 1904. (Fonte: Museu da Imagem e do Som do Ceará / Arquivo Nirez).



FIGURA 98: Vista da antiga Ponte Metálica a partir da Ponte dos Ingleses (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 99: Antiga Ponte Metálica ocupada por barracos em 1999 (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 100: Vista dos pórticos que conduzem à Ponte dos Ingleses pela rua dos Tabajaras (fonte: COSTA, 2004).

abandonada" (SCHRAMM, 2001:123).

FIGURA 100: Vista, a partir da Rua dos Tabajaras, dos pórticos que conduzem à Ponte dos Ingleses (fonte: COSTA, 2004).

Depois da reforma, a nova Ponte dos Ingleses surgiu como mais um elemento portador de significados no processo de reinvenção do passado da Praia de Iracema e de Fortaleza. O projeto, que se baseia em imagens e citações do passado imaginado, foi de autoria dos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon, os mesmos que projetariam nos anos seguintes o Centro Cultural Dragão do Mar, a próxima etapa do projeto político na criação de uma nova imagem para a cidade.

Nos 130 metros de plataforma, que funciona como mirante para apreciação da orla marítima e do por do sol, foram dispostos alguns quiosques com usos voltados para o turista: serviço de informações ao turismo, venda de artesanato e lanchonete.

Apesar das transformações na orla da Praia de Iracema, os espaços entre o velho cais e o antigo centro permaneciam degradados, com deficiências em pavimentação e saneamento e vários casarões abandonados (COSTA, 2004). Foi nesse local que o Governo do Estado realizou investimentos para a construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, inaugurado oficialmente em 1999.

### 3.3. Centro Dragão do Mar

Arquitetos:	Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon
Cliente:	Secretaria de Cultura – Governo do Estado do Ceará.
Local:	Entre as avenidas Pessoa Anta e Leste Oeste e ruas Boris e Almirante Jaceguai.
Ano:	1994-1999
Área do terreno	30.000 m <sup>2</sup>
Área construída	13.500 m <sup>2</sup>

O projeto: concepção e programa

O Centro Cultural Dragão do Mar foi concebido a exemplo das experiências em cidades americanas e européias como Baltimore, Nova York, Barcelona e outras: *“trata-se de um projeto que pretende articular turismo, renovação urbana e política cultural”* (GONDIM, 2000b: 9).

A idéia de sua realização partiu da Secretaria de Cultura do Estado, que o concebeu como *“um centro cultural de alta modernidade, que além de trazer ao Ceará eventos artísticos de nível internacional, abre espaço para as manifestações culturais de nosso povo, democratizando o acesso ao lazer e à arte”*<sup>22</sup>.

A Carta Convite enviada para os escritórios participantes da concorrência do projeto arquitetônico definia que deveriam ser buscadas:

*“a reordenação física e revitalização de parte do setor urbano compreendido entre a Avenida Leste Oeste (Praça Cristo Redentor),*

<sup>22</sup> De acordo com o apresentado na página da Secretaria de Cultura do Governo do Ceará na internet. <<http://www.secult.ce.gov.br>>.

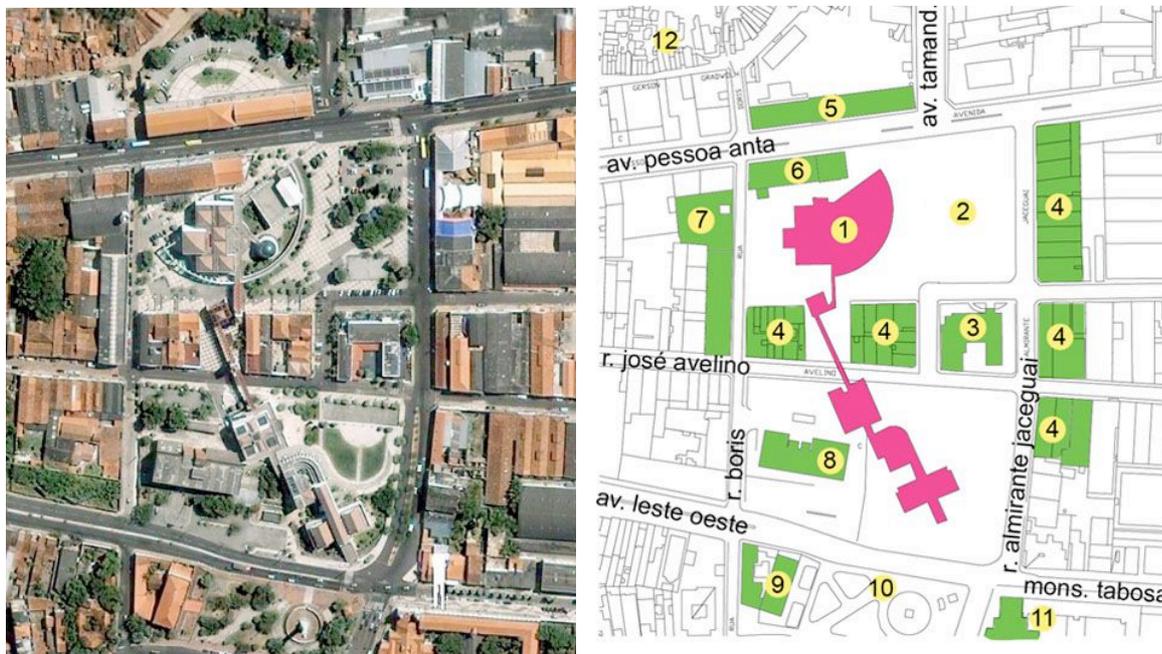


FIGURA 101: Vista aérea que mostra a localização do Centro Cultural Dragão do Mar, as principais vias e os elementos representativos do seu entorno: (1) Centro Dragão do Mar; (2) Praça Almirante Saldanha; (3) Capitania dos Portos; (4) Grupo de edificações reformadas que funcionam como restaurante, bar ou casa noturna; (5) Antiga Alfândega; (6) Secretaria da Fazenda; (7) Edifício Boris; (8) Biblioteca Pública; (9) Teatro São José; (10) Praça Cristo Rei; (11) Seminário da Prainha.

*Rua Boris, Rua Almirante Jaceguai e Avenida Almirante Barroso, com área aproximadamente de 16.500 m<sup>2</sup>, tendo como foco de irradiação programática o 'centro de cultura do estado do Ceará' e como consequência contextual o uso de áreas livres com atividades de lazer"* (apud COSTA, 2004: 105).

Foi selecionado o projeto concebido pelos arquitetos Delberg Ponce de Leon e Fausto Nilo. No relatório justificativo do projeto apresentado pela Secretaria de Cultura, o Centro Cultural é descrito:

*"... como um eixo seqüencial, cujo elemento ordenador é uma 'rua' aérea que se estende no sentido norte-sul e que vai ligando elemento a elemento, ao mesmo tempo em que conecta-se à cota do chão a cada 25 metros. Esses*



FIGURA 102: Seminário da Prainha visto da entrada do Centro Dragão do Mar (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 103: Biblioteca Pública (fonte: arquivo pessoal).

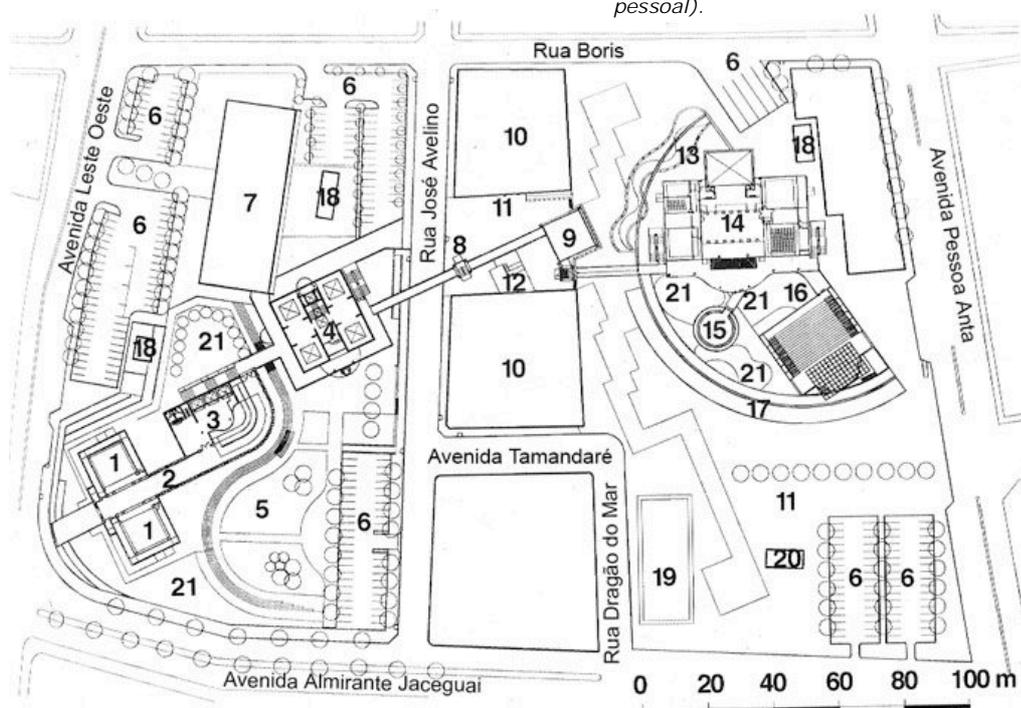


FIGURA 104: Implantação do Centro Cultural e seus equipamentos: (1) Memorial da Cultura Cearense; (2) Rua de Pedestres; (3) Informações e livraria; (4) Museu de Arte Contemporânea; (5) Praça Verde; (6) Estacionamento; (7) Biblioteca Pública; (8) Passarela metálica; (9) Café; (10) Sobrados antigos; (11) Praça Almirante Saldanha; (12) Palco; (13) Espelho d'água; (14) Auditório, teatro e cinemas; (15) Planetário; (16) Anfiteatro ao ar livre; (17) Rampa; (18) Subestação; (19) Quadra de esportes; (20) Bar; (21) Jardins. (fonte: Projeto Design, n. 233, jul/1999, p.60-67) ; (projeto: Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon, 1994)



FIGURA 105: Fotografia da placa de orientação ao visitante localizada no saguão de entrada do Centro Cultural pela avenida Leste-Oeste (fonte: arquivo pessoal). O “setor vermelho” é composto pelo Memorial da Cultura Cearense, livraria, ateliê de artes, sala de aula, diretoria do Centro, rampa e torre do café. No “setor preto”, estão o Museu de Arte Contemporânea, loja, biblioteca de artes visuais e planetário. O “setor verde” é formado pela Praça Verde e Praça Rogaciano Leite. No “setor laranja”, estão o espaço mix, teatro, cinemas, auditório e anfiteatro.



FIGURA 106: O acesso principal, pela avenida Leste Oeste, é feito pela empensa do volume central (fonte: arquivo pessoal).

*elementos são os edifícios que irão conter os variados programas de atividades que compõem o Centro Cultural propriamente dito...”*

O complexo tem 13.500m<sup>2</sup> de área construída no terreno de 30.000m<sup>2</sup> localizado entre as avenidas Pessoa Anta e Leste Oeste (Presidente Castelo Branco) e avenida Almirante Jaceguai e Rua Boris. O programa pode ser dividido em três blocos: dois volumes no extremo do terreno ligados por uma passarela metálica.

O arquiteto Fausto Nilo, um dos autores do projeto, afirma que o Centro foi desenhado a partir da visão de uma arquitetura urbana que privilegiasse a acessibilidade e o fluxo de pedestres.

*“... a idéia é que isso aqui fique aberto dia e noite como (...) uma rua de passagem, você pode ir à praia por aqui, sem entrar nem nada; ao mesmo tempo ao passar, vê a exposição (...), vai dar uma olhada (...) é um espaço que você chega de inúmeras formas, você trafega de inúmeras maneiras, você sobe, desce, você se encontra (...), tem lugar pra ficar sentado paquerando, tem lugar pra ver e ser visto, tem lugar pra ficar calmo, tem lugar pra ir pra reflexão, tem lugar pra ir pro agito, tem lugar pra ir ver um show ao vivo, tem lugar pra ver um show dentro de um espaço...”* (NILO, 1998).

O acesso principal do centro cultural fica na avenida Leste Oeste, em frente à Praça Cristo Rei e ao Seminário da Prainha. Entra-se por um recorte na empena do volume central, um pavilhão de pé-direito alto e com cobertura em duas águas que distribui o fluxo de visitantes pelos salões opostos que compõe o Memorial da Cultura Cearense – um hall que funciona como uma rua interna. Ambas empenas do pavilhão



FIGURA 107: Pavilhão central que leva às salas do Memorial da Cultura Cearense (fonte: arquivo pessoal).

apresentam recortes geométricos. Nas laterais, o jogo de colunatas permite, depois das salas do memorial, a visualização do entorno: de um lado, a Praça Verde; do outro, a Biblioteca e o monumento na Praça Cristo Rei. A partir daí já é possível observar uma das características do projeto: caminha-se sempre acima do nível da rua. A ligação ao solo, mediante escada, rampa ou elevador, ocorre em alguns pontos do complexo.



FIGURA 108: Na saída do Memorial da Cultura Cearense, uma rampa leva às oficinas de arte no nível inferior (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 109: Praça Verde (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 110: Sobrados reformados vistos a partir do percurso entre o Memorial da Cultura Cearense e o Museu de Arte Contemporânea. À esquerda, a entrada do museu e um elevador panorâmico

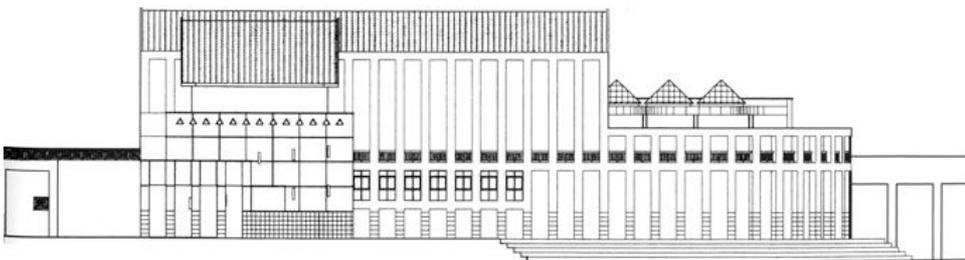


FIGURA 111: Fachada lateral do Memorial da Cultura Cearense. (fonte: Projeto Design, n. 233, jul/1999, p.60-67) (projeto: Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon).



FIGURA 112: Percurso que leva à Biblioteca e ao Museu de Arte Contemporânea (fonte: arquivo pessoal)



FIGURA 114: Vista da passarela metálica (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 113: Ligação com a Biblioteca Pública (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 115: Arcada (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 116: Circulação que liga o Memorial da Cultura Cearense ao Museu de Arte Contemporânea (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 117: Vista da passarela metálica a partir da rua José Avelino (fonte: arquivo pessoal).

Mais adiante, saindo desse pavilhão, uma rampa leva às oficinas no nível inferior, assim como à Praça Verde. O espaço sob uma laje curva, apoiada por pilares circulares, é designado para abrigar pequenas exposições. A circulação segue uma curva, em companhia das colunatas.

Deste ponto, podem ser vistos os telhados e fachadas coloridas dos sobrados reformados na rua José Avelino. É aí também, pouco antes de chegar ao museu, que a circulação se prolonga até a Biblioteca Municipal.

Esse primeiro bloco liga-se ao outro por meio de uma passarela metálica que cruza a rua José Avelino. Próximo dela, está um café que funciona como lugar de encontro e permanência. No térreo, sob o café, há uma loja de artesanato. A passarela é ligada ao solo por meio de escadas. Não há outra forma de passar de um bloco para outro a não ser pela passarela. O projeto torna obrigatório o “percurso aéreo”, afastando, assim, o usuário da rua.



FIGURA 118: Vista da passarela metálica que conecta os dois blocos do complexo (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 119: Vista da passarela e do café sobre a loja de artesanato (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 120: Planetário e anfiteatro (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 121: Rampa que leva à Praça Almirante Saldanha. Ao fundo, edificação da antiga Alfândega (fonte: arquivo pessoal).

No outro bloco, do lado da avenida Pessoa Anta, estão, no nível da passarela, os auditórios, o anfiteatro ao ar livre e o planetário. Uma rampa curva, que envolve o volume do planetário, leva aos equipamentos culturais no térreo – cinemas e teatro – e à Praça Almirante Saldanha, a qual, incorporada ao complexo, recebe feiras populares, apresentações de dança e música e outros eventos culturais aberto ao público.

#### As críticas

As críticas ao projeto, em geral, dizem respeito a quatro aspectos: a monumentalidade do Centro, o desrespeito com os casarões e galpões antigos relacionados com a atividade portuária original da área, a demolição de alguns sobrados e a falta de referências locais.

A monumentalidade é justificada pela necessidade de suprir uma suposta “*carência de marcos identitários na paisagem urbana da capital cearense*” (GONDIM, 2003: 12). O arquiteto defende a produção de um edifício que seja “*expressão física clara, memorável da comunidade por meio do desenho urbano*”, cuja imagem “*...seja clara e atinja a imaginação popular*” de forma a constituir um cartão postal da cidade (GONDIM, 2003: 12).

Este objetivo é também compartilhado com o então Secretário de Cultura e idealizador do Centro Cultural. Para Paulo Linhares, o fato de Fortaleza não contar com um patrimônio histórico-arquitetônico comparável ao de outras cidades nordestinas como Salvador, Recife, Olinda ou São Luís seria um indicativo da necessidade de se criar imagens memoráveis no presente (GONDIM, 2003). É um pensamento também presente no “Plano de Desenvolvimento Cultural” anteriormente citado: o Ceará, por não ser tão “*organizado culturalmente*”, ou “*aristocrático na acumulação do saber*”, ou ainda não ter tanta “*tradição da informação*”, estaria mais apto a se adaptar às novas informações e necessidades do mundo globalizado do que estados brasileiros de passado glorioso.

É interessante citar que, mesmo tendo causado estranhamento para alguns, o Centro Cultural teve uma aceitação posterior e acabou configurando-se um marco urbano. Para o geógrafo Borzachiello da Silva, o edifício seria como “*uma enorme espaçonave que pousou na Praia de Iracema e, rapidamente, foi assimilado e querido por todos nós*” e tornou-se um “*espaço de referência*” e “*mais um ícone da cidade*” (SILVA apud GONDIM, 2003: 16).

Apesar das críticas, há, em geral, uma aceitação positiva do Dragão do Mar pela mídia e pelo fortalezense. Um exemplo está em uma matéria no Jornal do Brasil, no qual foi chamado de “*Beaubourg nordestino à beira-mar*”<sup>23</sup> (GONDIM, 2003: 19). Em outra ocasião, no jornal Folha de São Paulo, foi considerado “*o maior triunfo do projeto de colocar Fortaleza no circuito cultural do país*” (MONAGHESI

<sup>23</sup> BUTCHER, Pedro. Beaubourg nordestino à beira-mar. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 jun. 1997.



FIGURA 122: Vista aérea do Centro Dragão do Mar (fonte: COSTA, 2004).

apud GONDIM, 2003:19). Como colocou Barbalho, “*tal como falam os bascos ‘en Bilbao ya hay algo que ver’, muitos falam que agora há o que se mostrar a um hóspede em Fortaleza*” (BARBALHO, 2001).

A relação com o entorno

O impacto de sua inserção sobre a malha antiga seria, ao ver do arquiteto, uma estratégia para a revalorização dos edifícios ali existentes.

*“... a idéia seria a seguinte: um edifício novo que, superposto à malha dos antigos, criasse uma terceira situação. Essa terceira situação faria com que o novo edifício fosse uma provocação a uma melhoria de qualidade de uso dos velhos edifícios para ampará-los (...). Então, grande parte dos esforços do projeto do Centro Dragão do Mar foram nesse sentido (...) foi um grande esforço para (...) tirar aqueles edifícios do fundo da paisagem deprimida em que eles estavam.”* (NILO, 1998)

Observa-se que o Centro Cultural não faz referência espacial aos equipamentos culturais existentes na área. Parece estar de costas para a Biblioteca Pública Menezes Pimentel, apesar de existir uma discreta



FIGURA 123: Edificações inseridas no Programa Cores da Cidade (fonte: COSTA, 2004).

ligação entre os dois prédios. Também não faz referência ao Seminário da Prainha, um complexo religioso que oferece cursos de línguas, artes e teologia, tampouco ao Teatro São José (COSTA, 2003).

As edificações adjacentes ao Centro Cultural passaram por um processo de recuperação que acabaram por consolidar o aspecto cenográfico do local. O mais representativo desses projetos foi o “Programa Cores da Cidade”, resultado da parceria entre o Governo do Estado, Tintas Ypiranga e Fundação Roberto Marinho, que articulou o projeto de recomposição de fachadas com a contratação dos técnicos do escritório Oficina de Projetos. Cerca de 56 edificações situadas no entorno do complexo cultural tiveram seus elementos decorativos recompostos e suas fachadas pintadas, muitas vezes resultando em um extravagante jogo de cores. Além disso, vários proprietários realizaram reformas no interior e acabaram por descaracterizar seu aspecto original.



FIGURA 124: Edificações do entorno que passaram pelo Programa Cores da Cidade e atualmente funcionam como restaurantes e bares voltados para o lazer noturno (fonte: arquivo pessoal).



FIGURA 125: Outro grupo de edificações reformadas voltadas para o lazer noturno (fonte: arquivo pessoal).

Acredita-se que essas ações não foram suficientes para recuperar o entorno. O arquiteto Romeu Duarte critica a ausência de um plano de recuperação:

*“Nada foi feito. Só pintaram as fachadas dos armazéns próximos porque quando inauguraram o Centro perceberam que a vizinhança estava caindo aos pedaços. E ainda pintaram de cores que nem existiram, num completo desrespeito a nossa história arquitetônica.”<sup>24</sup>*

<sup>24</sup> Depoimento retirado da matéria *Arquitetos apontam soluções*. O Povo, Fortaleza, 02 ago. 2004

Apesar de existir na proposta de mudança de uso dos imóveis uma mistura de atividades que colaborassem com a recuperação da área, o que se observa é o predomínio de estabelecimentos que funcionam no período noturno: bares, restaurantes e boates. A valorização da área trouxe consigo a especulação imobiliária, que acabou afastando os artistas e moradores originais do local. Não foi concretizada a idéia de um entorno que fosse a extensão do Centro Cultural; ele virou uma zona de bares e de comércio.

#### A linguagem arquitetônica

É interessante investigar até que ponto a arquitetura do edifício denuncia a clivagem de modelos internacionais. O Centro Cultural Dragão do Mar é construído em torno de citações que configuram o ambiente pós-moderno e remontam às descrições de Raban em *Soft City* (1974): *“um empório de estilos, uma enciclopédia, um ‘livro de rabiscos de um maníaco cheio de itens coloridos’”* (HARVEY, 2001:

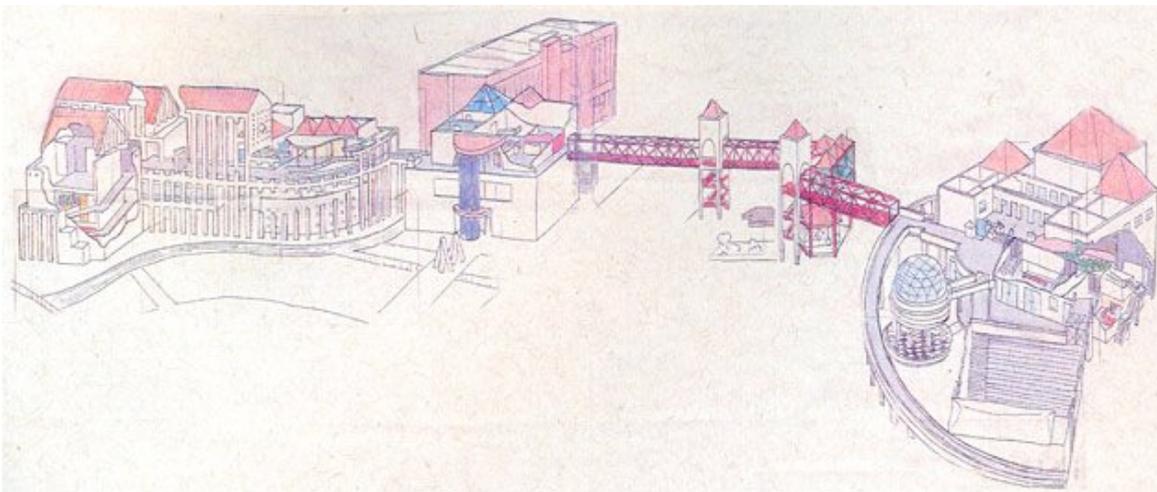


FIGURA 126: Desenho ilustrativo do conjunto (fonte: *Jornal O Povo* apud PAIVA, 2005).

83). É uma arquitetura que propõe a tensão local versus global e assume duas personalidades: uma tradicional, popular, baseada no cotidiano e outra pós-moderna, cujas raízes estão em uma *“sociedade de rápida mudança, com suas novas tarefas funcionais, seus novos materiais, suas novas tecnologias e ideologias”* (JENCKS apud HARVEY, 2001: 83).

O autor do projeto assume a incorporação de influências nacionais e estrangeiras:

*“... teve detalhes do Niemeyer, misturado com Le Corbusier, lá na frente, umas coisas de Gregotti e Aldo Rossi (...). Ele é uma mistura dessas várias gramáticas; aquela parte curva (...), ali tem toda uma citação do primeiro Niemeyer, do início, do Corbusier da Maison Savoia.”* (apud GONDIM, 2003: 17)

Ao mesmo tempo, o discurso do arquiteto enfatiza o uso de uma linguagem vernacular que incorpora elementos da arquitetura tradicional cearense, a qual estaria presente *“nos oitões, no edifício branco, na sombra projetada, na relação com o vento, com o sol, etc”*<sup>25</sup>.

Essas referências são questionáveis. As casas de fazenda do interior do Ceará têm como maior característica as superfícies de coberta com pouca inclinação. São telhados baixos que



FIGURAS 127 e 128: Vistas do terceiro bloco (fonte: arquivo pessoal).

<sup>25</sup> De acordo com entrevista feita ao arquiteto Fausto Nilo pela socióloga Linda Gondim em 7 de dezembro de 1998.



FIGURA 129: Detalhe da empina (fonte: arquivo pessoal).

privilegiam a sombra. Uma arquitetura pobre e despojada.

Um “shopping da cultura”?

Fazer uma analogia do Centro Dragão do Mar a um shopping center é bastante útil na percepção de “uma sociabilidade fundada sobre as bases do consumo em uma sociedade de massa” (SOUSA, 2000).

*“A implantação do Centro Dragão do Mar incorpora alguns dos traços do shopping center, como a diversão e o incentivo aos encontros e estreitamento dos vínculos sociais relacionados ao consumo, um lugar onde os bens culturais são dispostos sob forma comercial, ao mesmo tempo em que as pessoas podem passear como se estivessem em uma rua do centro comercial” (SOUSA, 2000).*

Um arquiteto que acompanhou a execução dá sua impressão sobre projeto:

*“A idéia é essa: de um grande shopping de cultura, sem o lado depreciativo do que é o shopping center hoje. É você transformar essas atrações, uma coisa linear, interligada, que recomponha um pouco (...) das condições do espaço urbano, onde você tem ruas de pedestre, bar, estacionamento em áreas chave, tem várias entradas...” (apud GONDIM, 2000b:9).*

O Centro Dragão do Mar como um “shopping da cultura”, sugere, além do consumo de bens culturais e de lazer, um consumo simbólico de “um espaço urbano marcado pela modernização” (FRUGÓLI apud SOUSA, 2000) ou do “Ceará que deu certo” (SOUSA, 2000).

*“Não guardando relações e memórias dos que por ali rapidamente passam, e que ficam apenas para utilizar o seu tempo livre ou consumir bens culturais, as formas sociais que ele induz e tolera no seu espaço, podem significar uma evidência das visões parciais de quem com ele trava contato, quando, de passagem, o indivíduo que o utiliza estaria*

*“sozinho, mas semelhante aos outros” (Augé, 1994: 93). Mantendo o visitante uma relação contratual apenas com o próprio lugar ou com o poder por ele significado, o Centro Dragão do Mar, inspira o aprofundar-se nas relações que compõem um não-lugar, que se propõe conectar o espaço local ao mundo” (SOUSA, 2000).*

Em um artigo para jornal local em 1996, Barbalho alertou que, para não se tornar um “elefante branco”, o Centro Cultural Dragão do Mar deveria se firmar como um local não só de consumo, mas também de produção cultural – ou de, como ele chama, de “autoprodução”, o consumo por quem produz, a fim de romper com a lógica do mercado. Ao seu ver, as políticas culturais devem ser pensadas como uma contraposição à “animação”, “preocupada apenas com um lazer inconseqüente e à fabricação cultural, que impõe determinada noção de cultural”. Três anos depois, em nova matéria, Barbalho refez sua avaliação:

*“Após um ano e meio de funcionamento do Centro Cultural Dragão do Mar é óbvia a constatação: centenas de pessoas freqüentam o lugar acompanhando shows, exposições de artes plásticas, peças teatrais. No entanto, o Dragão ainda não deslanchou no que se refere ao incentivo da criação cultural. É, essencialmente, um local de consumo. Uma espécie de shopping center da cultura” (BARBALHO, 1999)*

Dos impactos no entorno

O Governo do Estado acreditava que a implantação de um equipamento como Centro Cultural Dragão do Mar poderia por si catalisar a requalificação do seu entorno e da Praia de Iracema. A área, de fato, sofreu transformações, mas o projeto não conseguiu expandir os benefícios para além do seu entorno imediato (GONDIM; BEZERRA; FONTENELE, 2005).

A ação trouxe também conseqüências diversas das esperadas inicialmente. Em matéria recente no jornal<sup>26</sup>, foram apontados vários problemas no entorno do

<sup>26</sup> “Crise no entorno”, publicada no caderno Vida & Arte do Jornal O Povo. Fortaleza, 9 ago.2004.

centro cultural: especulação imobiliária, fechamento de bares, proliferação de ambulantes, falta de segurança e de iluminação nas vias, ocupação desordenada dos galpões, poluição visual e sonora, etc. São problemas ocasionados basicamente pela ausência de políticas públicas por parte do município.

*“As discussões sobre o Dragão do Mar e seu entorno vêm ganhando espaço nos últimos tempos. O medo é o desta parte recuada da Praia de Iracema transformar-se em mais um novo espaço de prostituição, venda de drogas, ocupação desordenada de seus casarios, poluição sonora e outros malefícios mais. Como o que ocorreu em sua faixa litorânea” (BARBALHO, 2001).*

Barbalho se refere à faixa litorânea da Praia de Iracema, em específico às imediações do Estoril e da Ponte dos Ingleses, que tem, desde a implantação do centro cultural, vivido um processo de desvalorização, ocasionado, principalmente, pelo crescimento do turismo sexual na área. Este fenômeno tem afastado a clientela habitual e levado ao fechamento ou transferência de bares e restaurantes (GONDIM; BEZERRA; FONTENELE, 2005).

Cabe ainda acrescentar que, em meio a todas as ações de requalificação buscadas na Praia de Iracema, permanece a pobreza e a exclusão social sob a forma de favelas como a do Poço da Draga, localizada a poucos metros do complexo cultural.

CAPÍTULO 4  
Idéias, projetos e perspectivas para o futuro





#### 4.1. Concurso Símbolo Ícone – 1ª Etapa do Projeto Fortaleza Atlântica 2000

O concurso foi promovido no fim de 1998 pela entidade Fortaleza Atlântica, formada pela Câmara dos Diretores Lojistas, a Secretaria de Turismo do Estado, o Centro Industrial do Ceará, o Instituto dos Arquitetos do Brasil e o Plano Estratégico de Fortaleza. Previa a construção de um ícone representativo da cidade, *"um marco personalístico tão importante quanto o de grandes metrópoles"*<sup>1</sup>. De acordo com a secretária de Turismo do Estado da época, o objetivo era *"oferecer uma nova identidade à nossa cidade, dentro de sua vocação para o turismo"*<sup>2</sup>.

O concurso fazia parte de um projeto mais amplo de urbanização de 23 quilômetros de orla marítima, os quais foram divididos em três zonas: (i) Rio Ceará Enseada Turística e Parque Ecológico; (ii) Centro Histórico e Corredor Turístico Cultural; (iii) Porto Turístico do Mucuripe e Praia do Futuro. O plano, denominado de Fortaleza Atlântica, é claramente voltado para o turismo e para a elaboração de uma imagem de Fortaleza relacionada às praias, ao mar e à idéia de riqueza e desenvolvimento.

*"No limiar do novo milênio, dentro de uma política urbanística de requalificação de Fortaleza, com vistas à sua inclusão no elenco de cidades modernas e bem equipadas, é legítimo transformá-la em*

<sup>1</sup> Declaração de Pio Rodrigues Neto, presidente da Fundação Fortaleza Atlântica, em matéria para o jornal *O Estadão* publicada em 21 de janeiro de 1999.

<sup>2</sup> Secretaria de Turismo Anya Ribeiro de Carvalho (idem).



FIGURA 130: Zonas de intervenção definidas pelo Projeto Fortaleza Atlântica.

<sup>3</sup> Trecho extraído de material expositivo utilizado pela Secretaria de Turismo em palestras sobre o projeto Fortaleza Atlântica.

*palco da renovação urbana voltada para lhe conferir a dimensão de “Portal do Atlântico”, lugar privilegiado para o cearense e destino turístico internacional”.*<sup>3</sup>

O argumento principal do plano “Fortaleza Atlântica” é o de resgatar o contato da cidade com o mar e proporcionar o desenvolvimento urbano de áreas degradadas e com acessos ao mar bloqueados. Essa idéia de desenvolvimento urbano pretendida, porém, diz respeito à mudança do quadro social e econômico do uso de áreas litorâneas como Pirambu (oeste) e Serviluz (leste), ocupada por comunidades de baixa renda. São áreas de alto valor sob a ótica da especulação turística e imobiliária, uma vez que constituiriam vetores de expansão de empreendimentos que vem sendo realizados na Beira Mar e na Praia de Iracema.

Interessa a este trabalho a análise do anteprojeto para a área compreendida pela Praia Mansa e entorno do Porto do Mucuripe, cujas diretrizes foram definidas no “Concurso Símbolo Ícone” realizado em 1998.

A Praia Mansa e o entorno do Porto do Mucuripe



FIGURA 131: Perspectiva da Praia Mansa em relação à cidade de Fortaleza (fonte: Nasser Hissa Arquitetos Associados).

A Praia Mansa é uma península de 10.3 hectares de propriedade da Companhia da Docas, que atualmente abriga uma central eólica com quatro aerogeradores. Está localizada em um ponto de articulação entre o litoral norte e leste da cidade, em uma área resultante de um aterro por ocasião da construção do Porto do Mucuripe nos anos 1940.

O novo porto teve suas atividades iniciadas em 1953 e seu entorno foi, a partir de então, ocupado por indústrias dependentes do transporte marítimo, como moinhos de trigo, uma fábrica de asfalto subsidiária da Petrobrás, frigoríficos e empresas de beneficiamento da pesca, as quais foram favorecidas por incentivos concedidos na época pela SUDENE.



FIGURA 132: Foto aérea da área portuária e entorno. (1) Porto do Mucuripe; (2) Atividades secundarias relacionadas à zona portuária; (3) Praia Mansa; (4) Serviluz; (5) Praia do Futuro.

<sup>4</sup> O Serviluz não constitui um bairro com limites definidos. De acordo com a divisão de bairros feita pela Prefeitura Municipal, ele se divide entre os bairros do Cais do Porto e Vicente Pizón.

<sup>5</sup> O antigo farol foi construído em 1842. Foi desativado em 1957, tombado no âmbito estadual e atualmente funciona como Museu de Fortaleza.



FIGURA 133: Farol antigo do Mucuripe.

(fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2f/Farol\\_antigo\\_de\\_Fortaleza.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2f/Farol_antigo_de_Fortaleza.jpg))

<sup>6</sup> Receberam menção honrosa os projetos das equipes lideradas por Ricardo Muratori e Muniz Deusdará.

Cabe mencionar, ainda, a presença da Usina Municipal de Luz e Força do Mucuripe, construída em 1952, que deu origem em 1954, quando a Prefeitura Municipal assumiu os serviços de iluminação pública, à Autarquia Municipal Serviço de Luz e Força de Fortaleza, a SERVILUZ, que, por sua vez, acabou emprestando o nome para a comunidade que se desenvolveu em seu entorno (VASCONCELOS DE LIMA, 2005).

O Serviluz<sup>4</sup> se constituiu a partir de um crescimento populacional espontâneo de ocupação irregular e com a construção precária de moradias. A ocupação dessa área e do entorno do antigo Farol do Mucuripe<sup>5</sup> remonta os anos 1930. Os primeiros assentamentos eram formados por pescadores e imigrantes vindo do interior do estado. A comunidade cresceu especialmente a partir dos anos 1950, à medida em que o local recebia os pescadores removidos para a construção da avenida Beira Mar e mais famílias que fugiam da seca no interior. (VASCONCELOS DE LIMA, 2005).

A área em questão está associada à insegurança e à marginalidade. A ocupação irregular do entorno da zona portuária somada à falta de planejamento urbano, implantou, ao longo dos anos, um quadro de degradação ambiental.

A construção do Porto do Pecém no município de São Gonçalo do Amarante, a 60km oeste de Fortaleza, deu início a um processo de remoção e substituição de atividades do Porto do Mucuripe, especialmente aquelas relacionadas ao transporte e armazenamento de combustíveis, abrindo espaço para o debate acerca a renovação da área. O concurso surge, então, no rastro da tendência mundial de renovação urbana de áreas portuárias.

O projeto

No início de 1999, foi anunciado o vencedor entre os cinco projetos participantes, todos oriundos de escritórios cearenses. Ficou em primeiro lugar o projeto da equipe de arquitetos coordenada pelo escritório Nasser Hissa Arquitetos Associados<sup>6</sup>. Sua proposta engloba ações que se dividem em duas etapas. A primeira trata especificamente do anteprojeto

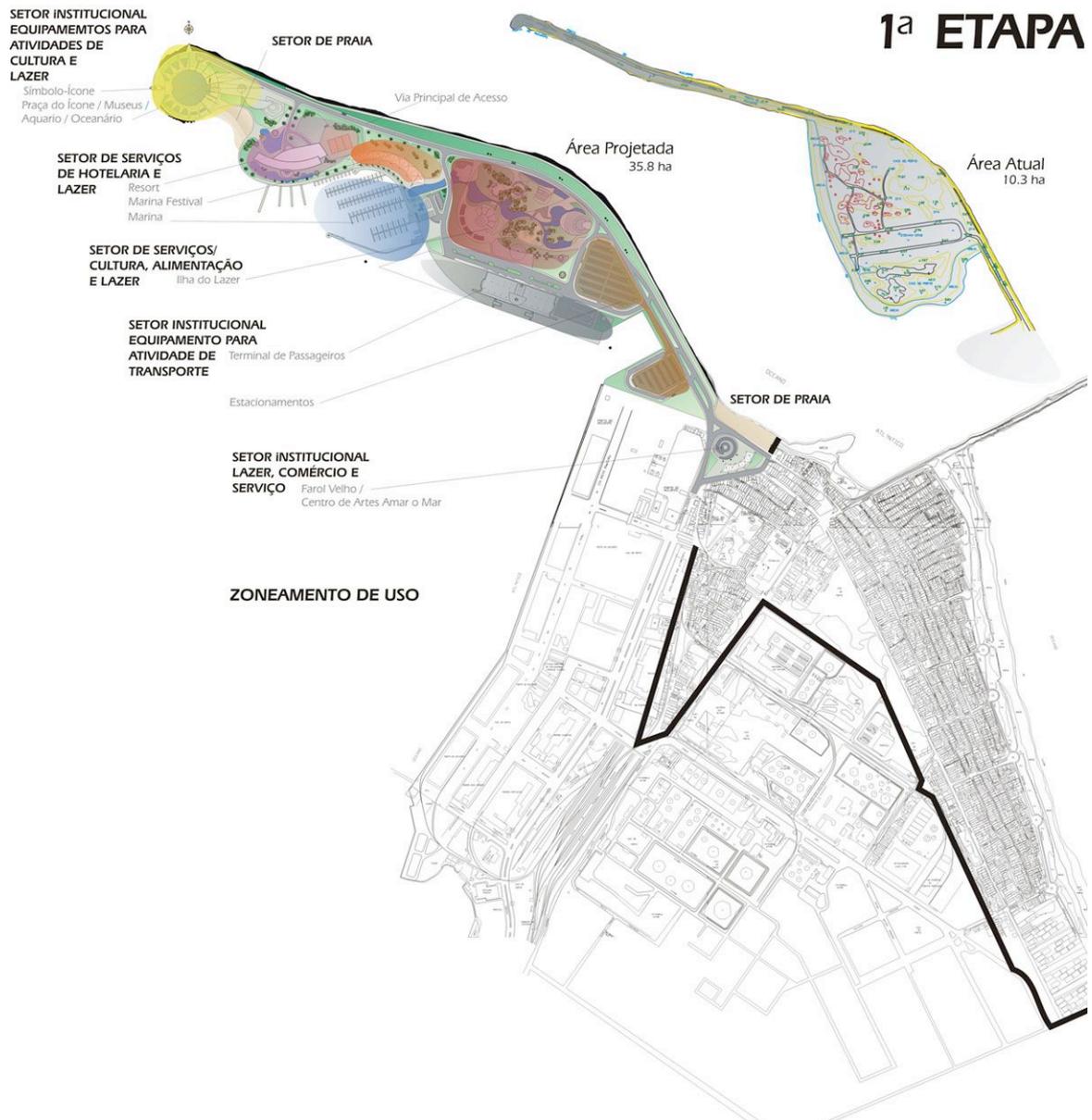
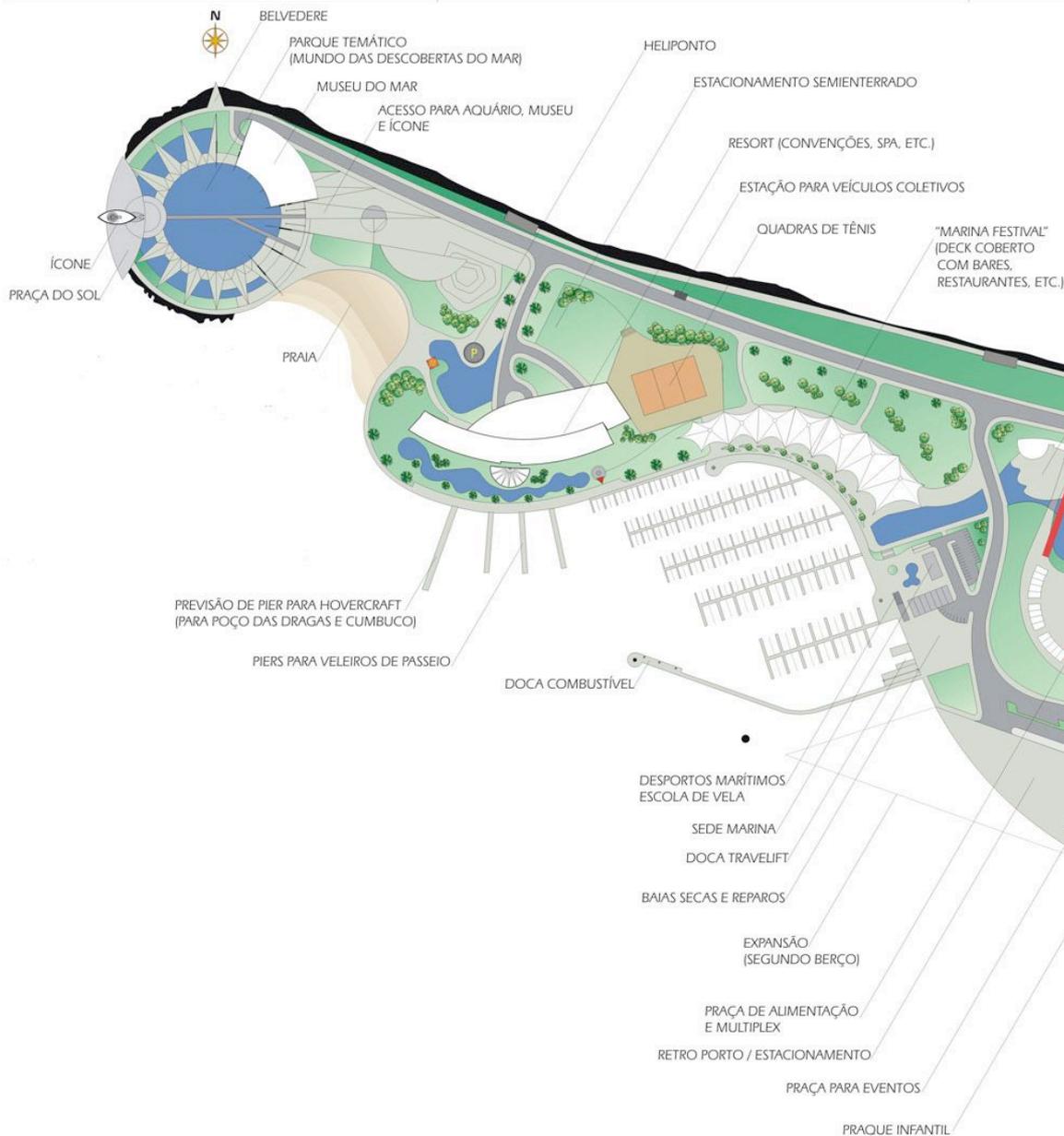


FIGURA 134: Zoneamento – 1ª etapa

(projeto: Nasser Hissa Arquitetos Associados, Antonio Campelo, Romeu Duarte, Airton Barbosa, 1999)

arquitetônico, urbanístico e paisagístico para a Praia Mansa, com a criação do “símbolo ícone” da cidade sugerido pelo edital. A segunda etapa reúne diretrizes gerais de uso e ocupação do solo e de sistema viário para o entorno da zona portuária e da área conhecida como Serviluz.

A elaboração do programa arquitetônico foi norteadada pela idéia de criação de um espaço cívico e de lazer representativo da cidade e com escala metropolitana que fosse associado a um plano que lhe garantisse a sustentabilidade econômica. O complexo está distribuído em uma área de 35.8 hectares – mais de



três vezes a área atual de 10.3 hectares da península da Praia Mansa. De acordo com o memorial do projeto, esta expansão de terra seria viável a partir da utilização do volume de areia dragada para a implantação do terminal marítimo de passageiros.

A entrada do complexo é marcada pela presença do antigo farol, que passaria a abrigar a sede administrativa do “Centro de Artes Amar o Mar”, a ser localizado em sua vizinhança sob uma estrutura de membranas tensionadas. As edificações existentes que separam o farol da praia seriam desapropriadas, permitindo a integração visual com o mar e a criação de uma faixa de praia aberta à cidade.

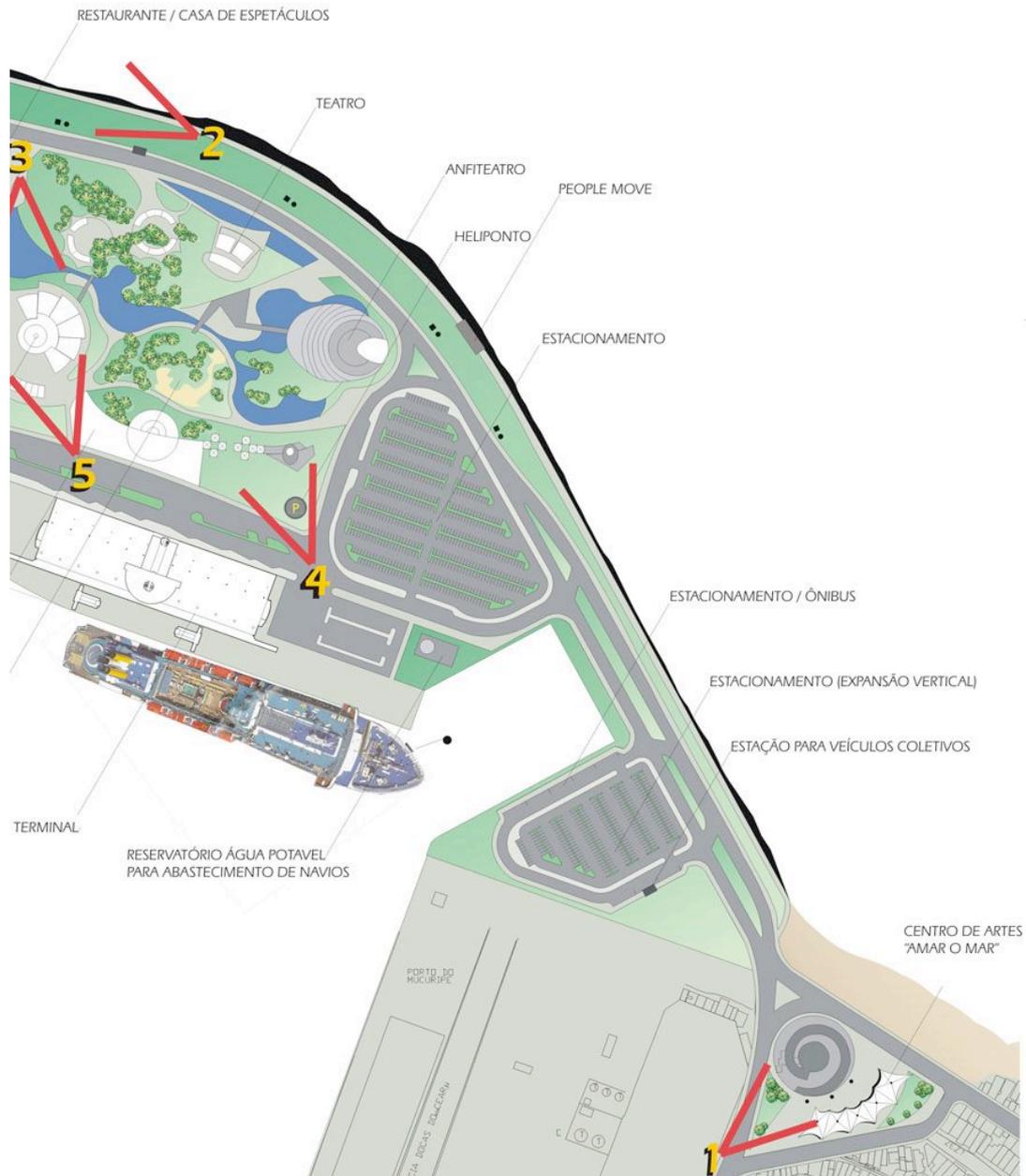
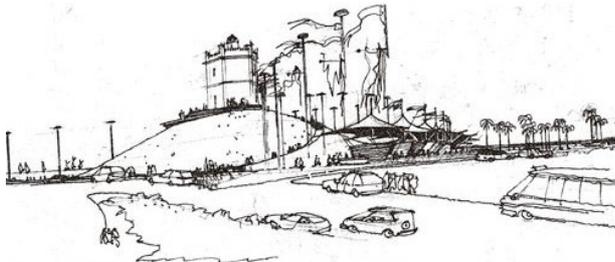


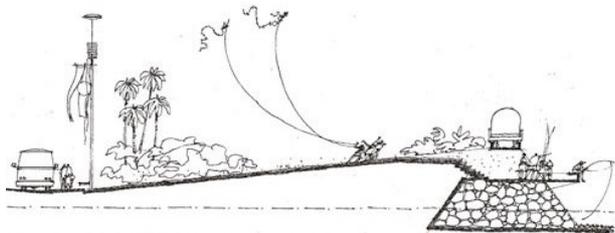
FIGURA 135: Implantação Complexo Símbolo – Ícone

(projeto: Nasser Hissa Arquitetos Associados, Antonio Campelo, Romeu Duarte, Airton Barbosa, 1999)

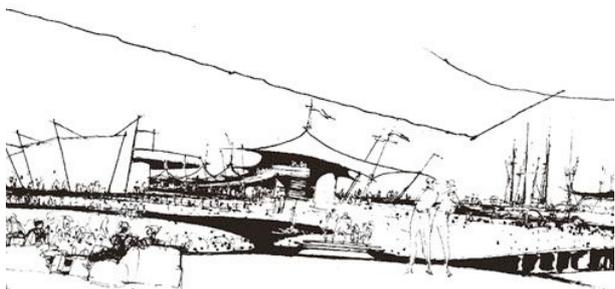
A partir do farol, desenvolve-se o sistema viário que percorreria toda a península e articularia os setores e funções do programa: setor institucional, com equipamentos relacionados ao terminal de passageiro e



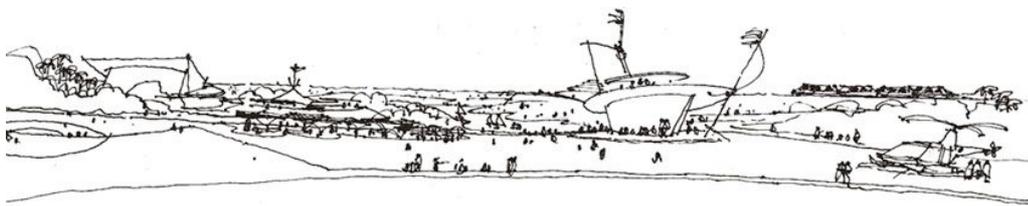
1- FAROL/CENTRO DE ARTES AMAR O MAR



2- MOLHE / PLATAFORMA PARA PESCA



3- ILHA DO LAZER / VISTA MULTIPLEX E PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO



4- ILHA DO LAZER / VISTA A PARTIR DO TERMINAL



5- ILHA DO LAZER / VISTA AÉREA

com atividades de cultura e lazer (símbolo ícone, museus e aquário); e setores de serviços, com atividades de cultura, lazer, alimentação e equipamentos de hotelaria. Os estacionamentos de ônibus e veículos de passeios estariam logo na entrada, nas proximidades do Terminal de Passageiros e à Ilha de Lazer. Um estacionamento semi-enterrado está previsto na outra extremidade da península e visa atender a demanda do hotel, aquário e museus. No extremo leste da Praia Mansa, fecharia a composição o Ícone, uma torre de 174 metros de altura na qual funcionariam um restaurante, um mirante e um novo farol com elevadores panorâmicos.

As áreas institucionais como o do Centro de Referência ao Mar – formado pelo aquário, Museu da Jangada, Museu das

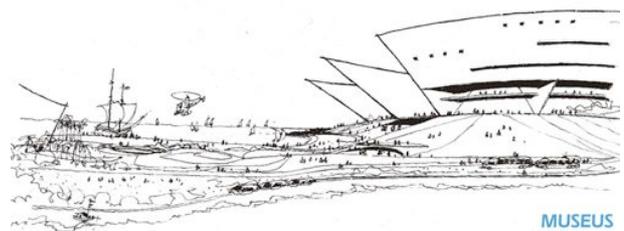
FIGURAS 136 a 140: Perspectivas do complexo.

(projeto: Nasser Hissa Arquitetos Associados, Antonio Campelo, Romeu Duarte, Airton Barbosa, 1999)

Descobertas, Centro de Estudos da Vida Marinha e Centro de Artes Amar o Mar - seriam abertas ao uso da população em geral e teriam um caráter educativo, cultural e lúdico. Outra parte do complexo seria voltada para um setor de serviços altamente qualificado e dedicado a um público com alto poder aquisitivo e não-residente: o terminal marítimo, a marina de esportes náuticos e o hotel de luxo.

Orçado na época em R\$ 128 milhões, a implantação do complexo contaria com recursos provenientes da iniciativa privada, especialmente estrangeira, captados por uma Sociedade de Empreendedores e com a parceria da Secretaria de Governo do Estado e da Fundação Fortaleza Atlântica. Grande parte de sua operação seria garantida por investidores privados designados à exploração financeira dos equipamentos.

Para a área adjacente ao complexo na Praia Mansa, foram lançadas diretrizes



FIGURAS 141 a 143: Perspectivas do complexo (projeto: Nasser Hissa Arquitetos Associados, Antonio Campelo, Romeu Duarte, Airton Barbosa, 1999).



FIGURA 144: Perspectiva eletrônica do complexo. (projeto: Nasser Hissa Arquitetos Associados, Antonio Campelo, Romeu Duarte, Airton Barbosa, 1999).

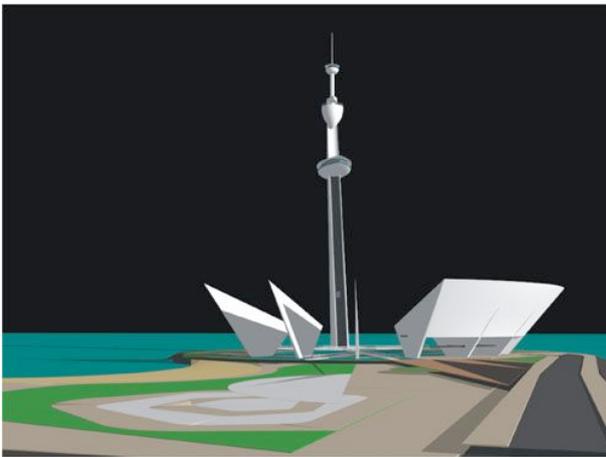
que constituem a 2ª etapa do projeto:

- Implantação de um terminal metroviário, aproveitando o ramal ferroviário existente, com a criação de um terminal de passageiros e estação intermodal na entrada no complexo;
- Definição da área em volta do antigo farol como de preservação cultural e demolição das construções que atualmente bloqueiam o contato visual e físico com a praia;
- Incorporação da Praia do Serviluz ao sistema viário da Praia do Futuro e Caça e Pesca, dando continuidade à área urbanizada dedicada às atividades de lazer praiano;
- Definição de áreas para implantação de residências multifamiliares, hotéis, comércio e estabelecimentos de cultura e lazer ao longo da faixa de praia e na porção atualmente ocupada pela comunidade do Serviluz;
- Estabelecimento de novos parâmetros de uso e ocupação do solo, com liberação do gabarito, aumento dos índices de aproveitamento (2,5 para uso residencial multifamiliar e 4.0 para hotéis) e redução das taxas de ocupação (50% para uso residencial multifamiliar e 30% para hotéis);
- Criação de espaços públicos e áreas verdes como forma de equilibrar a relação entre os espaços cheios e vazios;
- Estímulo a projetos de interesse social para relocação da população do Serviluz. Os subsídios seriam oriundos de uma operação urbana entre os setores públicos e privado: definidas as áreas de interesse imobiliário e social, a contrapartida da ocupação pelo primeiro seria utilizada para financiar a construção do segundo.



FIGURA 145: Macrozoneamento e diretrizes para a 2ª etapa.

(projeto: Nasser Hissa Arquitetos Associados, Antonio Campelo, Romeu Duarte, Airton Barbosa, 1999)



FIGURAS 146 147: Perspectivas da Praça do Ícone.

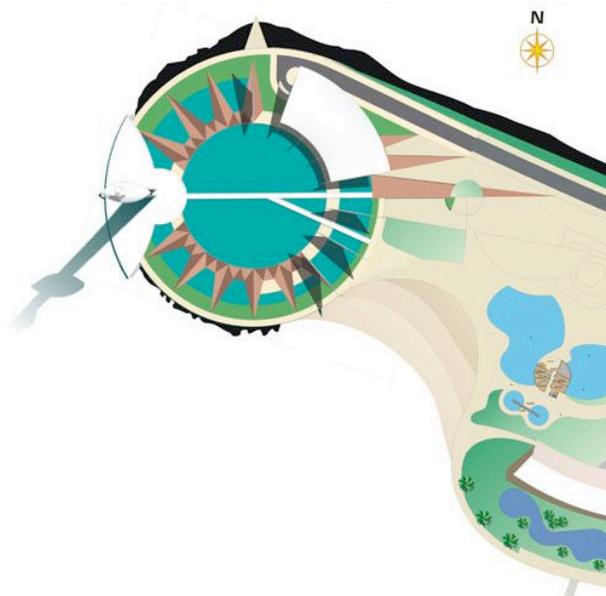


FIGURA 148: Planta da Praça do Ícone.

(projeto: Nasser Hissa Arquitetos Associados, Antonio Campelo, Romeu Duarte, Airtton Barbosa, 1999)

Um símbolo ícone para a Fortaleza turística

Complexo Símbolo-Ícone compreende um grande parque temático da maritimidade de Fortaleza baseado em elementos já consagrados pelo marketing turístico como símbolos do Ceará: o sol, o mar e a jangada. O projeto é apresentado com um diferencial mercadológico para o Estado do Ceará, capaz de oferecer boa competitividade em relação a outros destinos turísticos já consolidados, como o Caribe.

O que há de peculiar neste concurso é o objetivo de criar um marco referencial de Fortaleza. Pode-se relacionar este aspecto a uma estratégia de marketing turístico contemporâneo que visa imprimir a imagem da cidade no “mapa mental” do viajante. Muitas cidades tem construções bem sucedidas no estabelecimento de uma relação simbólica com suas identidades – a Torre Eiffel, o Empire State e a Ópera de Sidney são alguns dos exemplos mais óbvios (JUDD; FAINSTEIN, 1999). Edificadas ou não com esta finalidade, a questão reside no papel desempenhado pela arquitetura na representação da cidade.

O ícone denotaria Fortaleza como um “Portal do Atlântico”, um ponto de referencia do turismo marítimo na América do Sul. O programa e o caráter plástico dos edificios conferem ao empreendimento uma aura de criatividade, alta qualidade e sofisticação, atributos valorizados na projeção de uma cidade turística (JUDD; FAINSTEIN, 1999).



FIGURA 149: O observatório da torre permite a visualização do litoral norte de Fortaleza.



FIGURA 150: Perspectiva noturna do complexo a partir da avenida Beira Mar.

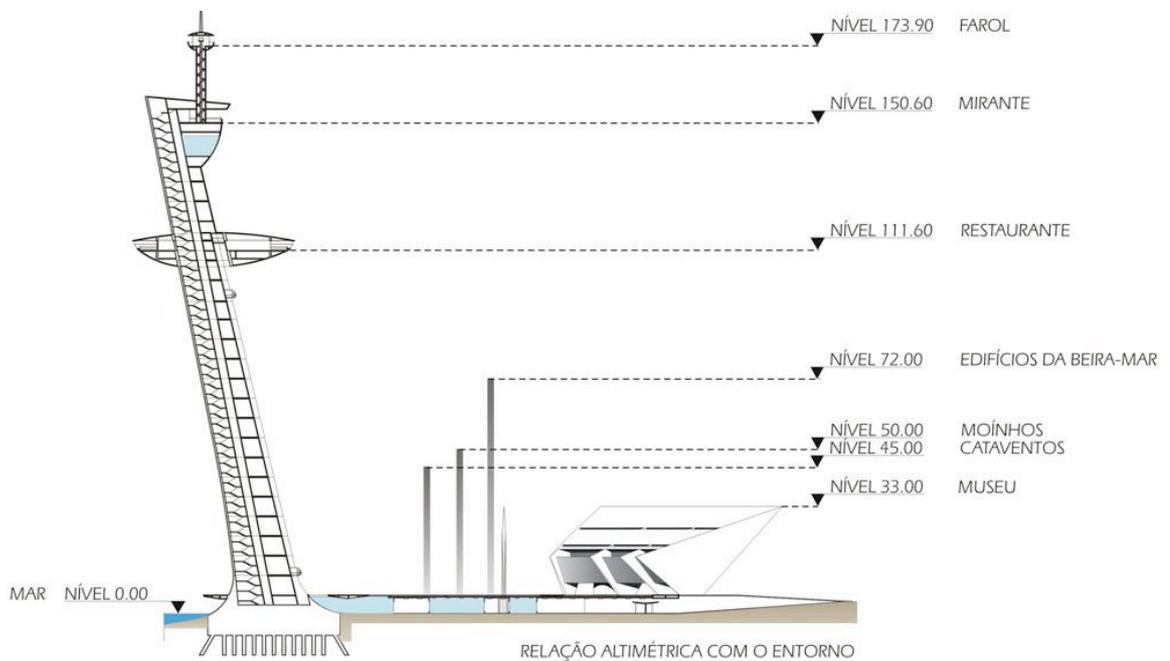


FIGURA 151: Relação de altura da torre do ícone com o entorno.

(projeto: Nasser Hissa Arquitetos Associados, Antonio Campelo, Romeu Duarte, Airtton Barbosa, 1999)

A localização do complexo garantiria sua visibilidade a partir de uma boa extensão da orla, onde se localizam a maioria dos hotéis e serviços relacionados ao turismo – Beira Mar e Praia de Iracema.

O discurso dos organizadores do concurso se apóia na máxima do turismo como indutor do crescimento econômico e da melhoria social a partir da geração de empregos e da capacitação profissional da população residente. Não se pode, no entanto, negar a forte presença do interesse imobiliário pelo empreendimento e seus desdobramentos.

É certo que uma intervenção desse porte sobre o espaço urbano tornar-se-ia inviável sem a atuação da iniciativa privada, especialmente do setor da construção civil. O compromisso com o capital privado reside na garantia, pelo setor público, de intervenções que possibilitem lucros aos envolvidos. Aos gestores, cabe a tarefa de manter o equilíbrio desta cooperação público-privado, de forma a evitar conseqüências indesejáveis para a cidade e sua população, como a expulsão da população residente do local e a intensificação do quadro de segregação sócio-espacial.

Deste ponto de vista, parece positiva a proposta da participação do setor privado associada à criação de espaços públicos nas áreas a serem valorizadas pela intervenção. Igualmente interessante é a idéia da operação urbana no processo de remanejamento da população local, permitindo o desenvolvimento de novas tipologias arquitetônicas de habitação de interesse social.

As questões que envolvem a comunidade do Serviluz, entretanto, abrangem uma complexidade bem maior da que os organizadores do concurso se propuseram a trabalhar, uma vez que os objetivos estavam focados no complexo turístico e na conseqüente renovação urbana e revalorização do solo que o projeto poderia desencadear.

A área em questão desenvolveu-se como o que Ermínia Maricato (2000) chamou de um "*lugar fora das idéias*" ao se referir a uma parcela da cidade ausente dos planos e regulamentações urbanísticas. É, portanto, precipitado atribuir a um projeto como o Fortaleza

Atlântica o papel de solucionar problemas sociais e ambientais ocasionados por décadas de ocupação espontânea e informal por aqueles que não tiveram acesso ao mercado legal ou políticas de habitação.

Em relação ao complexo Símbolo-Ícone, observa-se o uso da arquitetura como publicidade para atração de investimentos e consumidores para um espaço eminentemente turístico. Nesta perspectiva, ganham mais importância o cenário e os significados nele forjados do que possibilidades reais de apropriação do espaço pelos moradores de Fortaleza.

Tinha-se como objetivo a inauguração parcial do complexo para as comemorações da passagem dos anos 1999 para 2000. O projeto, no entanto, nunca saiu do papel.



caráter superficial com o que o assunto foi tratado, pois em somente um único dia o encontro se propunha a formular o diagnóstico das condições atuais da área e estabelecer diretrizes de ação. Além disso, o evento não proporcionou condições para a repercussão do assunto, discussão ou participação de outros setores da sociedade.

*“Este procedimento releva estarem os dirigentes da entidade imbuídos de uma visão pretensamente estratégica, caracterizada pela tentativa de construção superficial de consensos, pela minimização das dificuldades de realização dos objetivos, pela restrição na participação e pela promoção de uma articulação entre interesses privados e poder público infensa às interferências indesejadas, porque protelatórias da participação popular”* (FERNANDES, 2004:98).

O edital do concurso, realizado no fim de 1999, solicitava a proposição de idéias gerais para o Centro e o estudo preliminar do Parque da Cidade, projeto já mencionado anteriormente. A área sujeita à intervenção é definida a partir do polígono formado pela Orla Marítima, av. Filomeno Gomes, rua Padre Ibiapina, av. Domingos Olímpio, av. Antônio Sales e rua João Cordeiro. Eram esperadas proposições gerais de intervenção, desenho urbano, paisagismo e valorização do patrimônio histórico, assim como diretrizes para o sistema de circulação urbana e transporte coletivo que contemplassem o sistema de trem metropolitano (Metrofor).

*“A proposta de promover intervenções de valorização da Área Central e Parque da Cidade, busca resgatar a imagem da área central de Fortaleza, valorizar os espaços públicos e harmonizar as diferentes funções e apropriações do seu espaço central, às vésperas da implantação das obras dos túneis e estações do Metrofor que reforçarão significativamente a acessibilidade dessa área - como centro da área metropolitana de*

*Fortaleza - e alterará todo o fluxo de circulação de veículos e pedestres no entorno. É o momento exato de se antecipar a essas transformações, planejando-as e repensando todo o sistema de infra-estruturas locais” (FORTALEZA – PMF; ANC, 1999).*

Apesar da idéia do concurso estar fundada sobre a possibilidade de abertura do debate acerca da requalificação do Centro, suas bases “*subvertem o objetivo de promover um projeto de reestruturação a longo prazo (...) e restringem-se à promoção de mais uma obra pontual, cujo potencial de repercussão face a um processo de renovação urbanística é praticamente nulo*” (FERNANDES, 2004:97). Confirmam este fato os critérios e parâmetros de julgamento do concurso, os quais estabeleciam, de um total de 100 pontos, 40 para as diretrizes urbanísticas gerais e 60 para o estudo preliminar do Parque da Cidade.

*“A ênfase na solução pontual das Praças José de Alencar e Lagoinha – denominadas pretensiosamente de “Parque da Cidade” – revela a visão mesquinha de espaço urbano dos promotores e o interesse político subjacente: erigir mais uma obra de visibilidade junto à população com vistas a torná-la objeto de marketing eleitoral” (FERNANDES, 2004:101).*

Uma visão geral sobre as propostas submetidas

Em sua dissertação de mestrado, na qual tratou especificamente das propostas oriundas desse concurso, Ricardo Fernandes (2004) considera pertinente o exame de quatro dos sete projetos apresentados por representarem um conjunto heterogêneo de concepções: os das equipes coordenadas pelos arquitetos Ricardo Muratori, José Sales, Fausto Nilo e José Nasser Hissa.

A tese sobre a qual se apóia esses projetos é a de uma intervenção urbanística que atuaria na criação de condições espaciais favoráveis à atração de investimentos privados, provocando uma renovação urbana induzida por alterações na escala urbana, nas

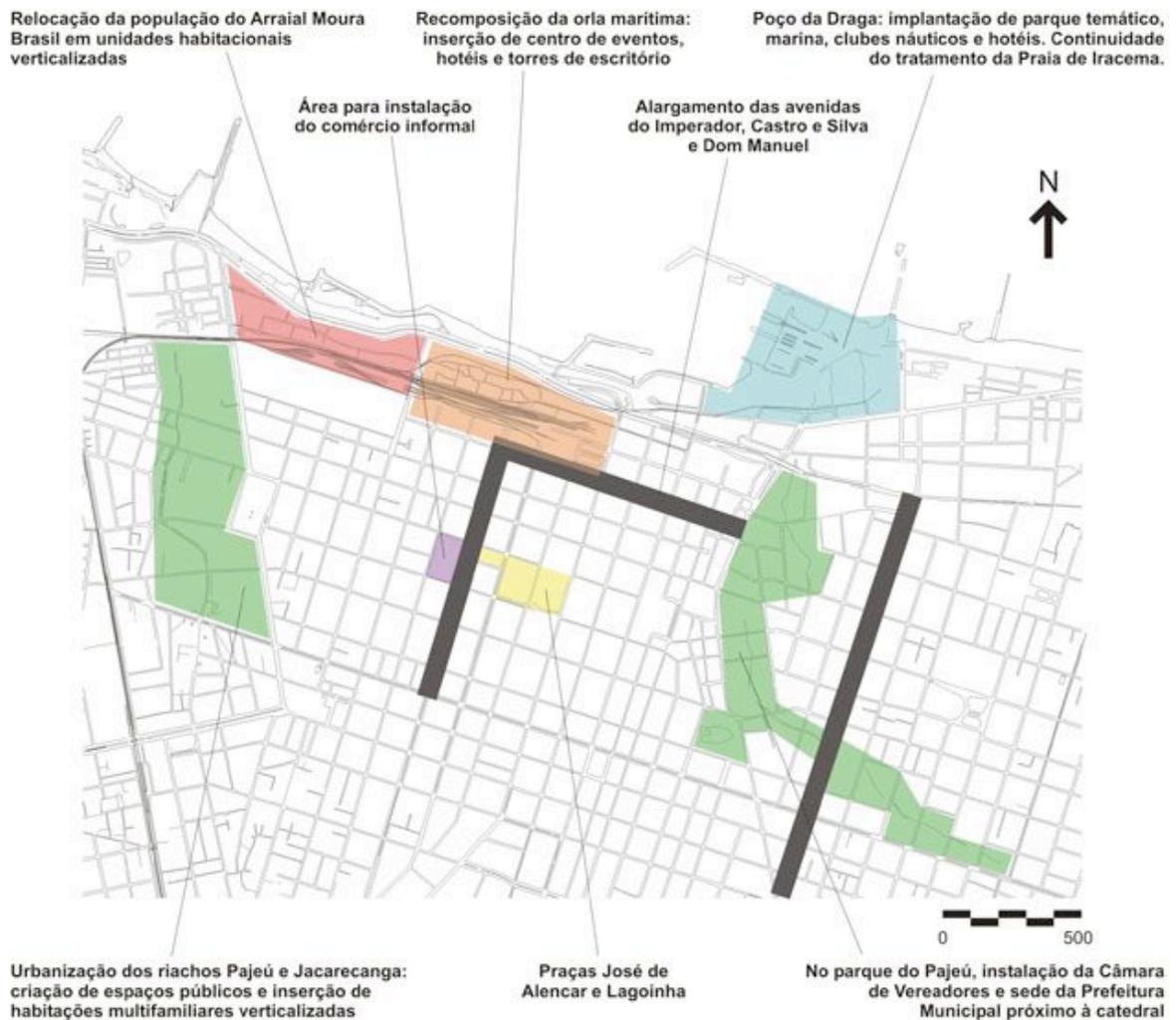


FIGURA 153: Esquema da proposta apresentada pela equipe de Ricardo Muratori (fonte: FERNANDES, 2004: 115).

condições de circulação e nos índices legais de construção (FERNANDES, 2004).

Do ponto de vista da estratégia adotada, este grupo de projetos subdivide-se em dois cujas visões são antagônicas: de um lado, projetos cujas ações estão concentradas na área do entorno imediato do Parque da Cidade e articulam-se com intervenções periféricas; de outro, projetos que contemplam a interligação das praças José de Alencar e Lagoinha e a criação do Parque da Cidade, mas se limitam a intervenções nas áreas periféricas como indutoras de uma renovação “de fora pra dentro” do Centro (FERNANDES, 2004).

Esta última visão, adotada nos projetos de Ricardo Muratori e José Sales, denota “a percepção de que o capital privado não se interessaria por investimentos no core do centro, mas apenas nas áreas com potencial

*para implantação de empreendimentos turísticos” e é criticada pelo autor, que considera que no “panorama atual da capacidade de investimento do setor público” – referindo-se ao ônus judicial de desapropriação que uma ação voltada para a superação da inércia do tecido urbano envolveria, “não parece viável o investimento em intervenções que não permitam a associação com capitais privados” (FERNANDES, 2004:124).*

O projeto da equipe de Muratori propõe a implantação de um parque temático, marina, clubes náuticos e hotéis na área do Poço da Draga, dando continuidade ao tratamento urbanístico da Praia de Iracema. Passarelas ligariam este complexo ao setor composto por um centro de eventos, hotéis e torres comerciais, localizado no platô elevado (16 a 18 metros acima do nível do mar) e marcado pela presença do vazio urbano correspondente ao pátio de manobras da RFFSA e pela ocupação residencial do Arraial Moura Brasil<sup>7</sup>. A relocação desta comunidade seria feita a partir da construção de unidades habitacionais numa área adjacente. Nos limites leste e oeste do centro, é proposta a criação de parques urbanos às margens dos riachos Pajeú e Jacarecanga. No interior do “core” da área central, as intervenções limitam-se ao “Parque da Cidade” e ao alargamento de três avenidas.

O projeto da equipe liderada por José Sales apresenta uma nova proposta de traçado de linha oeste-leste do Metrofor que ligaria o Campus do Pici, ao Campus da Universidade de Fortaleza cruzando a área central. Articula também quatro operações urbanas consorciadas. Na Operação Urbana do Riacho Pajeú é prevista a instalação da Câmara de Vereadores e sede da Prefeitura nas proximidades da catedral, a construção residências multifamiliares e a recuperação dos espaços naturais tendo em vista a criação do Parque do Pajeú.

A Operação Urbana Praia de Iracema prevê a urbanização da área do Poço da Draga a partir da criação de espaços públicos e da inserção de habitação, comércio e serviços de apoio ao turismo. A Operação Urbana Arraial Moura Brasil/ Pátio João Felipe articula a implantação de um centro de eventos e torres de escritório na área do pátio de manobras ferroviário. Na

<sup>7</sup> No final do século XIX, com a instalação dos primeiros trilhos da linha férrea Fortaleza-Baturité, surge no Morro do Gravatá, a partir dos canteiros de obra da mesma, uma ocupação mais significativa, constando na planta da cidade de 1888 sob a denominação de Arraial Moura Brasil. No ano de 1880, com a consolidação da linha férrea e a inauguração da estação central (Estação João Felipe), reflexo direto do ciclo econômico do algodão, a área em questão passava a ter a gênese da configuração que apresenta nos dias atuais. Tal fato implicou em grande entrave, tendo a linha férrea maculado e impossibilitado a ligação física do Centro com o mar, tolhendo o crescimento da região. Liberal de Castro (1977) afirma que *“esta é, certamente, a mais antiga forma de pré-favelamento que a cidade conheceu, (...) se considerarmos que o favelamento se define mais pelo confinamento social do que pela ruim condição arquitetônica”*

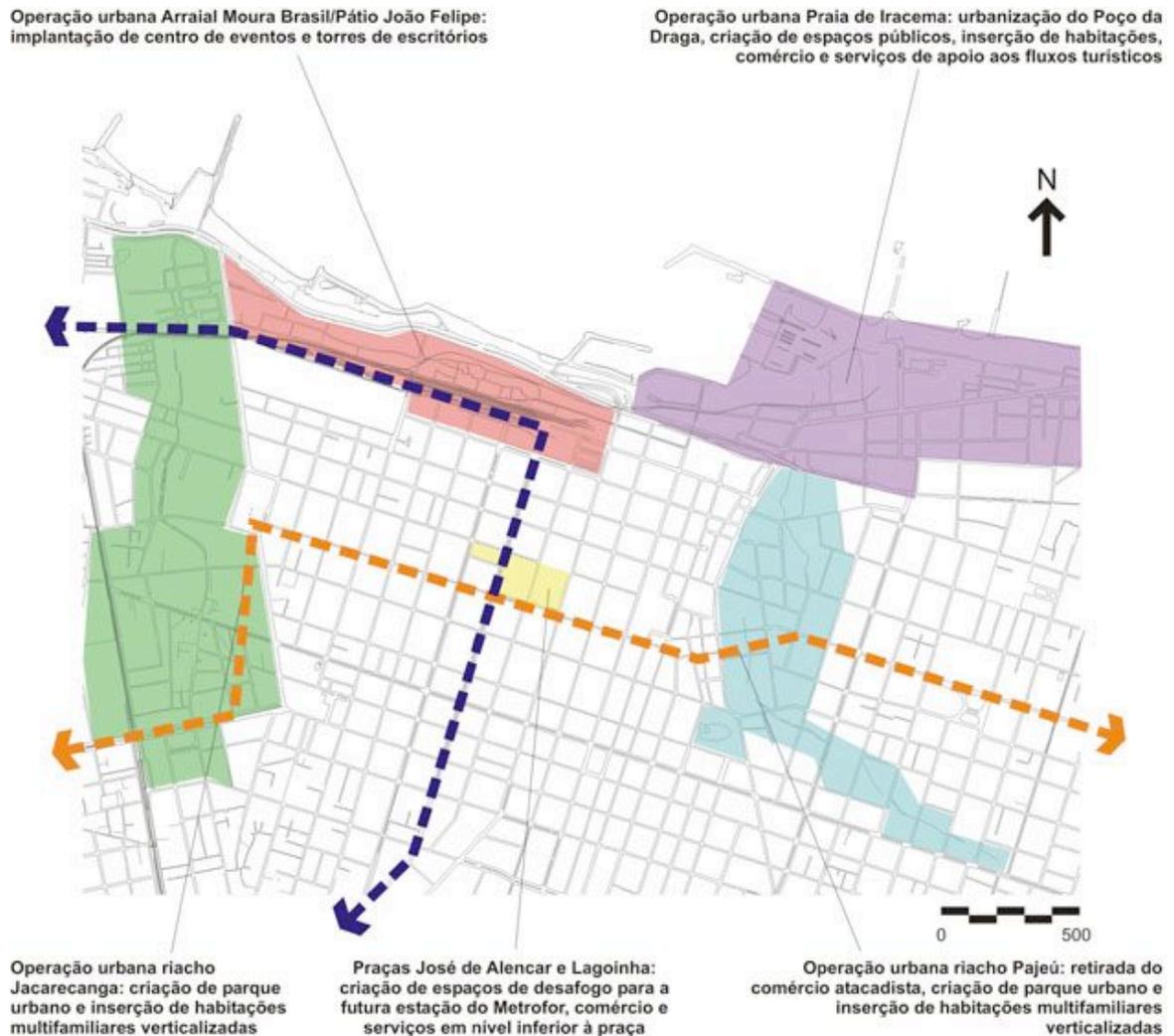


FIGURA 154: Esquema da proposta apresentada pela equipe de José Sales (fonte: FERNANDES, 2004: 116).

Operação Urbana Riacho Jacarecanga, a recuperação das margens do riacho vislumbra a criação de um parque urbano e a inserção de tipologias habitacionais verticalizadas.

O terceiro projeto, da equipe liderada por Fausto Nilo, mantém, como os outros dois anteriores, o desenho das quadras e a escala urbana. Sua proposta tem raízes nas teorias do urbanismo contextualistas, especialmente aquelas desenvolvidas pelo italiano Aldo Rossi nos anos 1960, que partem dos conceitos de preexistências ambientais e dos papéis exercidos pela história da arquitetura e tradição. Apoia-se, também, nas diretrizes presentes no plano de Saboya Ribeiro (1947) que nunca foi posto em prática.

A intervenção no coração do centro dar-se-ia pelo redesenho das quadras e no adensamento residencial

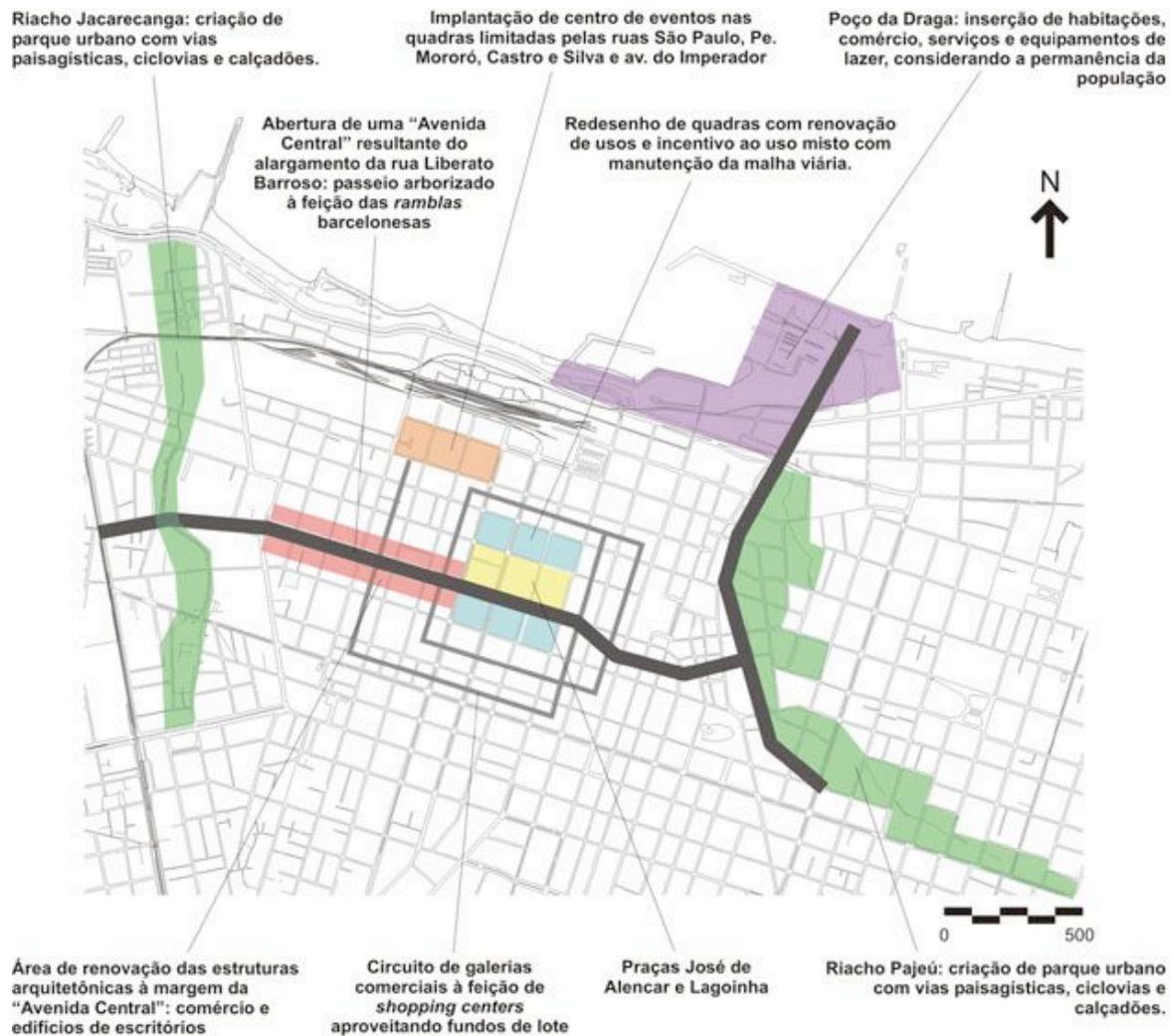


FIGURA 155: Esquema da proposta apresentada pela equipe de Fausto Nilo (fonte: FERNANDES, 2004: 118).

do núcleo comercial, não ultrapassando o gabarito de quatro pavimentos e seguindo um esquema de tipologias: comércio e residência em “ruas-pátio” com a adaptação de construções existentes, moradia e “shopping” no interior da quadra, estacionamento em torre com térreo comercial, etc.

Um dos pontos fracos apontados neste projeto é a inadequação do modelo à realidade local. Se nas cidades européias o paradigma de reconstrução de um centro ativo a partir da oferta de serviços, unidades residenciais e espaços de trabalho e lazer foram suficientes para dar sustentabilidade ao processo de renovação urbana, no caso de Fortaleza encontraria empecilhos que o tornaria inviável; não se pode ignorar os custos de desapropriação que o redesenho das quadras implicaria, valores que o Poder Municipal dificilmente conseguiria arcar sem a participação do

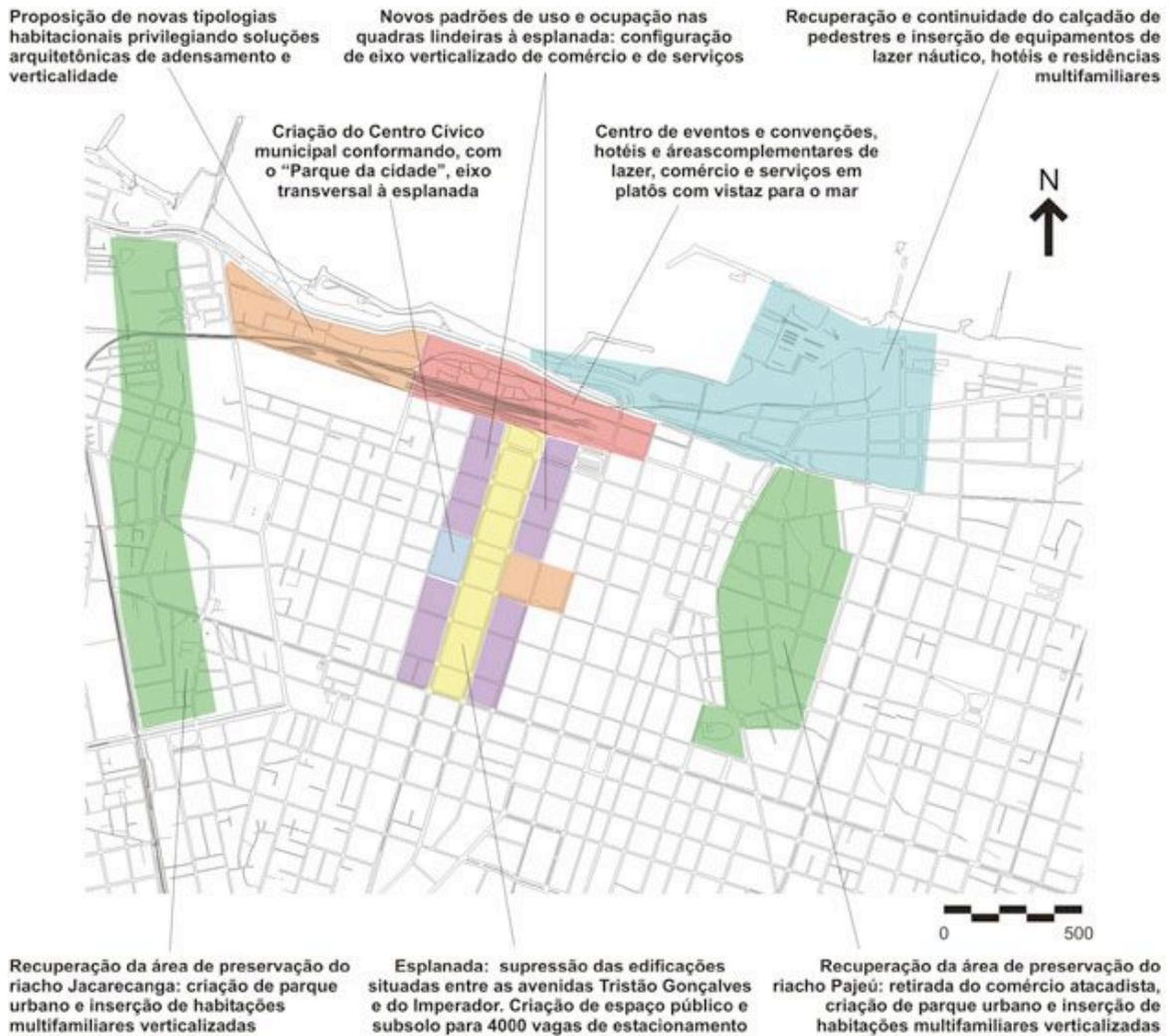


FIGURA 156: Esquema da proposta apresentada pela equipe de Nasser Hissa (fonte: FERNANDES, 2004: 120).

capital imobiliário, a qual, por sua vez, encontra-se praticamente anulada, visto o limite de altura da construção ser de quatro pavimentos.

O quarto projeto, da equipe de Nasser Hissa, foi o que levantou mais polêmicas por seu caráter "francamente reformista, orientado para o mercado e voltado para a transformação da escala urbana como instrumento de atração de investimentos" (FERNANDES, 2004:131). A destruição de parte do tecido urbano previa a abertura em direção ao mar de uma esplanada, ao longo da qual seria constituído um espaço para o setor terciário superior e para os investimentos imobiliários. A fim de balancear o perfil terciário, o Parque da Cidade surgiria como um eixo perpendicular à esplanada, abrigando funções governamentais e cívicas. No fim da esplanada,

abrindo a perspectiva para o mar, seria implantado um centro de eventos e convenções.

O cerne da idéia proposta está na reversão da condição periférica que a área central se encontra, a partir da ampliação de sua escala e projeção de uma imagem capaz de dotá-lo como referencial comercial, simbólico e cívico da cidade. Era, provavelmente, a proposta que mais se adequava a um quadro de perspectivas concretas para o futuro e que foi, no entanto, recebida com fortes críticas, principalmente de cunho preservacionista.

Das propostas submetidas ao júri, as que mais se adequavam ao que foi solicitado no edital, focado especialmente na ação imediata sobre o “Parque da Cidade”, eram as de Muratori e Sales, tendo estas recebido, respectivamente, o primeiro e o segundo lugar.

### 4.3. Centro Multifuncional de Feiras e Eventos do Ceará

O Governo do Estado, em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza e entidades privadas, planeja, desde 2001, implantar em uma área adjacente ao Centro Dragão do Mar, o “Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará”. O projeto é justificado por uma demanda crescente do mercado nacional e internacional de um turismo corporativo, o chamado “business travel”. Outro objetivo buscado é atenuação da sazonalidade da demanda turística e dos períodos de estagnação ocasionados pela baixa estação.

O Centro de Eventos é visto também como uma ação complementar ao Centro Cultural Dragão do Mar, ou seja, parte da reurbanização urbana no Centro Histórico de Fortaleza e pretende suprir a carência da cidade por espaços adequados às atividades culturais e aos espetáculos de grande escala.

O projeto foi elaborado por um consórcio de 14 escritórios de arquitetura da cidade sob a coordenação da Associação Técnico-Científica Eng.º Paulo de Frontin – ASTEF, uma entidade jurídica de direito privado, vinculada ao Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Ceará.

No programa, estão: centro de convenções, pavilhão de feiras, teatro e espaços para exposições que ocuparão uma área de 69 mil m<sup>2</sup>. Sua construção na região central de Fortaleza, na área conhecida como Poço da Draga envolveria, além da remoção de uma favela ali residente, a criação de um acréscido sobre o mar com dimensão da ordem de 19 hectares.

O local onde está indicada a construção do aterro fica ao norte do antigo quebra-mar Hawkshaw, adjacente ao Estaleiro, uma região marítima de fundo rochoso que receberia o volume de areia trazido das proximidades do quebra-mar do Mucuripe, uma área que apresenta depósitos de areia trazidos pelas correntes vindas da Praia do Futuro.



FIGURA 157: Foto aérea do local de implantação do projeto Centro de Feiras e Eventos.

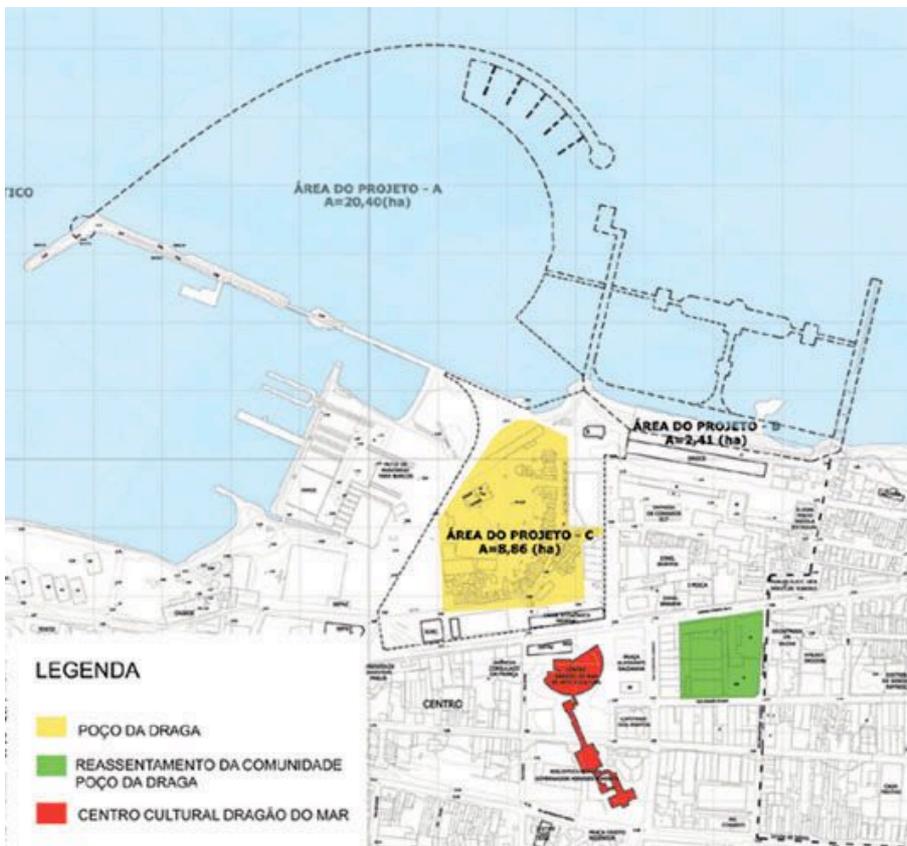


FIGURA 158: Localização do projeto e área de reassentamento da comunidade do Poço da Draga (fonte: SEINFRA).

Questões sobre a localização do Centro de Eventos

A escolha pela área central para abrigar um empreendimento dessa magnitude bastante controversa. Uma das justificativas apresentada nos relatórios de impacto é a de que a localização de um equipamento deste porte na área do Poço da Draga já era prevista pelo Plano Diretor de Fortaleza elaborado pelo arquiteto e urbanista Hélio Modesto em 1963: “(...) junto a área central, dentro do esquema previsto para execução da Avenida Beira Mar, o Poço da Draga será aterrado para dar lugar a um parque e locais de concentração pública (feiras, exposições, congressos, etc.), complementando paisagisticamente a remodelação da Fortaleza” (apud SEINFRA, 2002a: 10).

Os relatórios fornecidos pela Secretaria de Infra-estrutura do Ceará (SEINFRA) mostram que foram consideradas outras áreas<sup>8</sup> para a implantação do Centro de Feiras e que a área do Poço da Draga, incluindo o aterro, foi a que se mostrou mais adequada. De acordo com esses estudos, os especialistas<sup>9</sup> refutam a idéia de centros de convenções situados em áreas periféricas, pois apesar de “*aparentemente mais baratas, obrigam gastos complementares imprevisíveis, com difíceis e até inviáveis esforços feitos no sentido de se criarem condições de infra-estrutura*”. Sugerem, então, que esses centros localizem-se em áreas centrais, pois “*demandam localização em sinergia com estruturas de apoio situadas dentro de um raio de “caminhabilidade”*” (SEINFRA, 2002b). Além disso, como mostra algumas



FIGURA 159: Vista da área escolhida para abrigar o Centro de Feiras e Eventos (fonte: SEINFRA, 2002a).



FIGURA 160: Perspectiva da Implantação do Centro de Feiras e Eventos (fonte: SEINFRA, 2002a).

<sup>8</sup> Entre elas, a Fazenda Uirapuru, Área da 10ª GAC e Pátio desativado da RFFSA.

<sup>9</sup> Citam o livro “Sports, Conventions and Entertainment Facilities” de David C. Petersen.

<sup>10</sup> Seattle nos Estados Unidos e Nice na França são apresentadas como estudo de casos de cidades que construíram seus centros de convenções no coração da cidade.

experiências internacionais<sup>10</sup>, esses empreendimentos podem irradiar benefícios para regiões centrais em declínio.

A área escolhida mostra-se vantajosa por ser próxima à zona hoteleira da avenida Beira Mar e do Hotel Marina Park e por ser contínua ao Centro, possibilitando uma integração com sistema de metrô em implantação – Metrofor. Além disso, o estacionamento planejado para o Centro de Feiras poderia suprir as demandas da rua dos Tabajaras e adjacências, do Centro Cultural Dragão do Mar e do comércio de confecções, calçados e artesanato da avenida Monsenhor Tabosa, áreas deficitárias desse tipo de serviço.

Outro ponto salientado é a integração com outras propostas e intervenções urbanas, especialmente com o Parque da Cidade na área Central. Acredita-se que *“o Centro Multifuncional de Eventos e Feiras será, provavelmente, a única e derradeira oportunidade de se dar sustentação a um processo definitivo de revitalização do centro de Fortaleza”* (SEINFRA, 2002b) e de abrir o Centro para o mar.

Algumas desvantagens locacionais são indicadas, a maioria relacionada ao sistema viário: as vias não comportariam a demanda de tráfego que o equipamento geraria, a área não é atendida pelo transporte coletivo e a topografia da área, principalmente o desnível de dez metros entre a avenida Monsenhor Tabosa e rua José Avelino, dificultaria o trânsito de ônibus e caminhões, além de prejudicar a locomoção do pedestre.

Sobre o alto custo da relocação da comunidade local e da realização do aterro, um dos arquitetos participantes do projeto afirma que *“retirar os moradores do Poço da Draga e aterrar o mar para a construção do Centro Multifuncional, sairá três vezes mais barato que as demais opções [de local] estudadas no projeto”*<sup>11</sup>.

Para José Borzacchiello da Silva, a escolha do local é equivocada. *“Situá-lo ali, implica tumultuar mais ainda a já complicada Praia de Iracema e o entorno do Centro Dragão do Mar. Fortaleza não precisa e não suporta ser comprimida na já saturada faixa litorânea centro-leste”* (SILVA, 2001). O aterro também implicaria sérias

---

<sup>11</sup> De acordo com matéria publicada no Jornal O Povo em 26/03/2002: *Questionado local para Centro de Feiras.*

alterações no recorte litorâneo. O geógrafo critica a relação com o mar buscada pelo empreendimento. A seu ver, uma edificação a sete metros do nível do mar *“barra totalmente a linha de visibilidade da cidade. Será um impacto visual muito forte para quem está em Fortaleza. Se querem devolver a cidade para o cidadão, então é preciso voltar a maritimidade e não impedir o acesso ao mar”*.

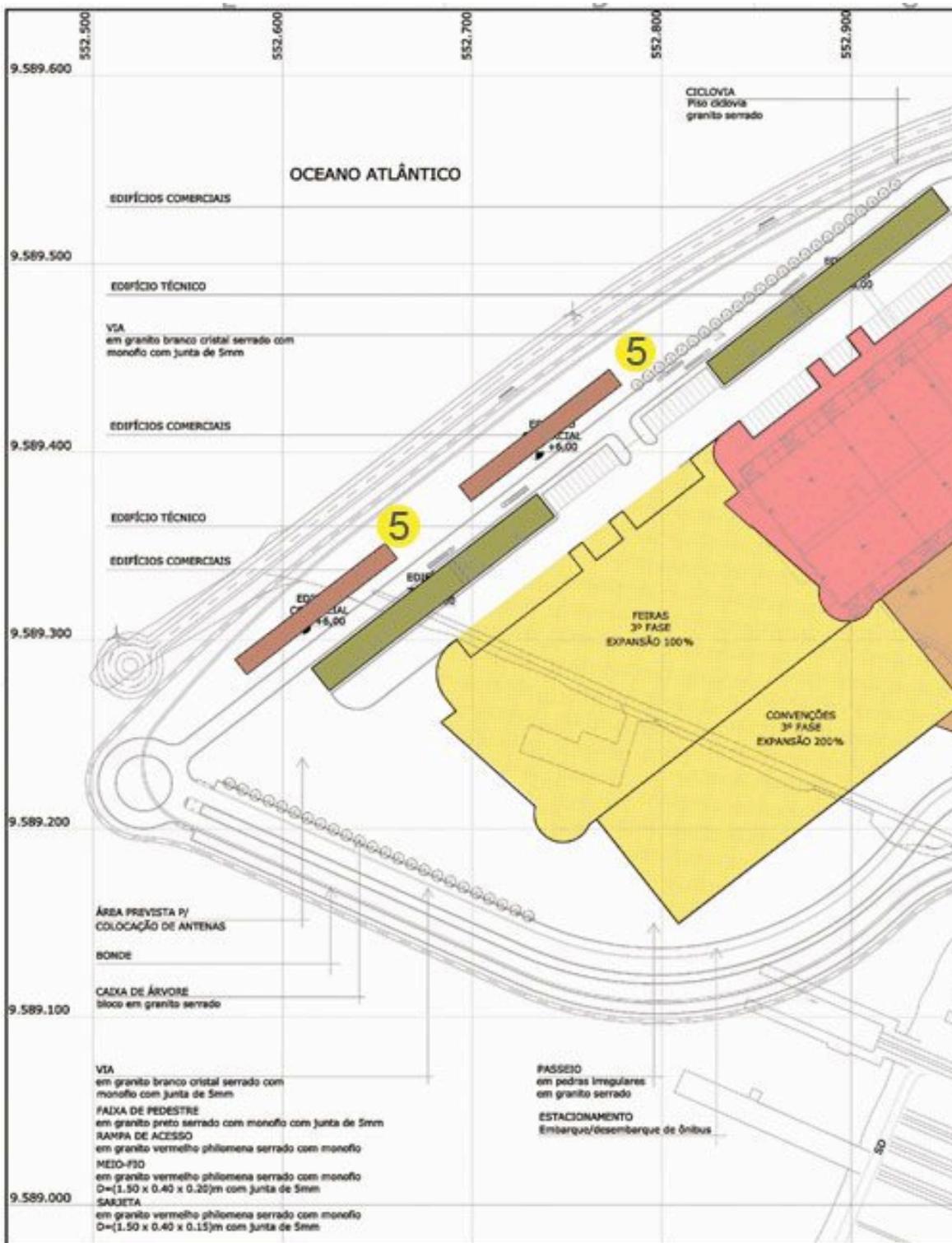
### Implantação

Antes dos projetos arquitetônicos específicos serem contratados, uma equipe formada pelos arquitetos Delberg Ponce de Leon, Fausto Nilo, José Liberal de Castro e José Neudson Braga realizou os estudos sobre a localização do empreendimento e a implantação dos edifícios. Posteriormente, 14 escritórios de arquitetura de Fortaleza foram selecionados para desenvolver os projetos das edificações e complementar a implantação. Todas as etapas contaram com uma consultoria internacional especializada<sup>12</sup>.

Estacionamentos localizados na periferia do Centro de Feiras seriam servidos por um sistema de bondes elétricos que realizariam dois circuitos: uma linha “Centro”, que abrangeria as estações do Metrofor e as principais praças da área central, e a linha “Praia de Iracema”, que integraria a faixa litorânea do bairro e o Centro Cultural Dragão do Mar ao empreendimento.

O projeto também prevê a participação da iniciativa privada na construção de uma marina e estrutura de apoio – instalações de administração, bares, vestiários, clube náutico, oficinas e centros comerciais, além da instalação de usinas aerogeradoras, como a existente na Praia Mansa, e a construção de um marco visual erguido em uma área circular adjacente à marina. Por fim, o projeto lança diretrizes para a recuperação da Ponte Metálica, a integração desta com a Ponte dos Ingleses e a criação de um aquário.

<sup>12</sup> Price Waterhouse Cooper / New York / Miami. A escolha da consultoria foi coordenada pela Associação Técnico Científica Eng. Paulo de Frontin, um instituto de pesquisa vinculado a Universidade Federal do Ceará.



LEGENDA

- Pavilhão de Feiras
- Convenções
- Teatro
- Expansão Feiras / Convenções

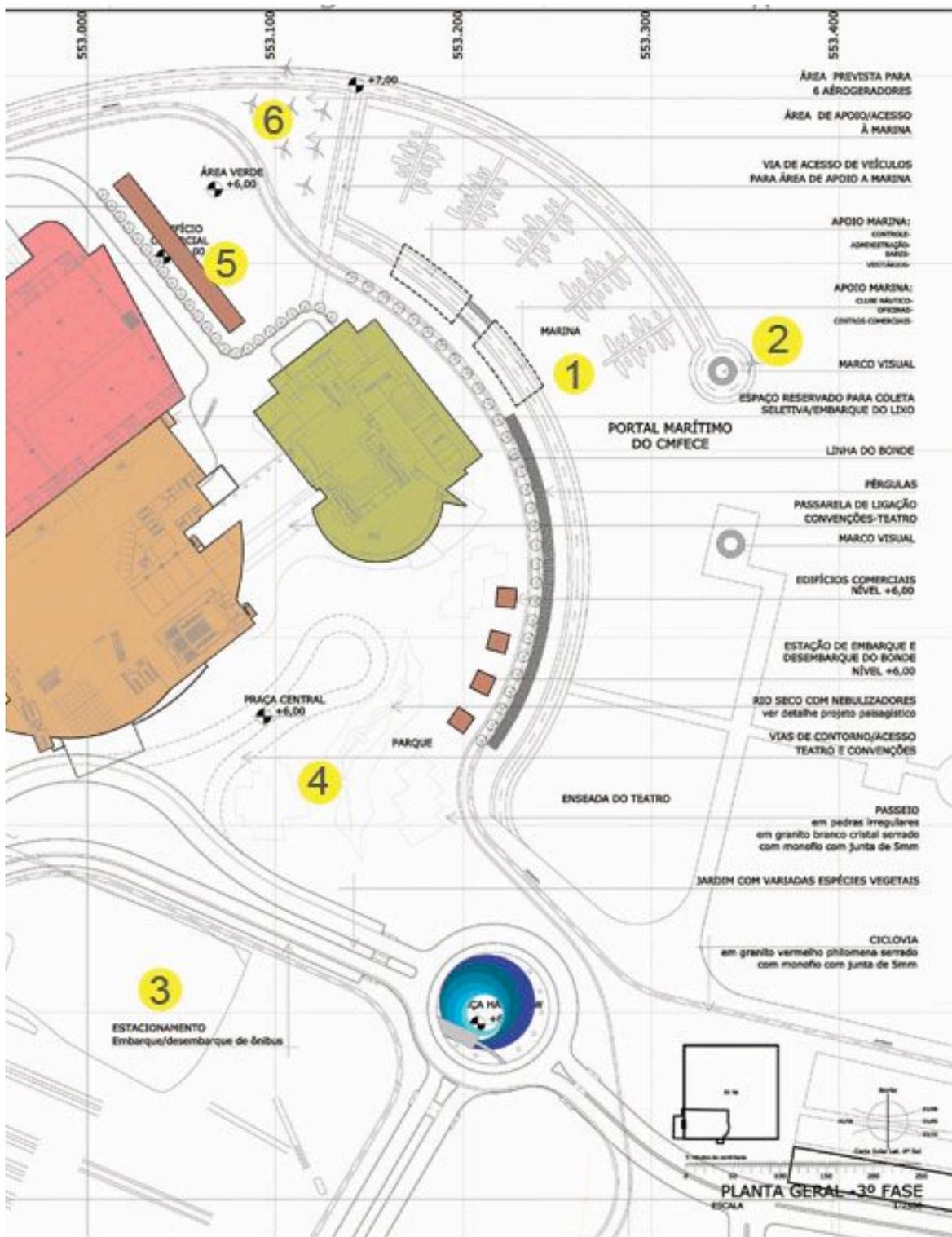


FIGURA 161: Implantação e localização dos edifícios que compõe o programa do Centro de Feiras e Eventos.

(1) Marina; (2) Marco visual; (3) Estacionamento; (4) Praça Central; (5) Edifícios comerciais; (6) Aerogeradores.

(fonte: SEINFRA).



FIGURA 162: Perspectiva do conjunto (fonte: SEINFRA).

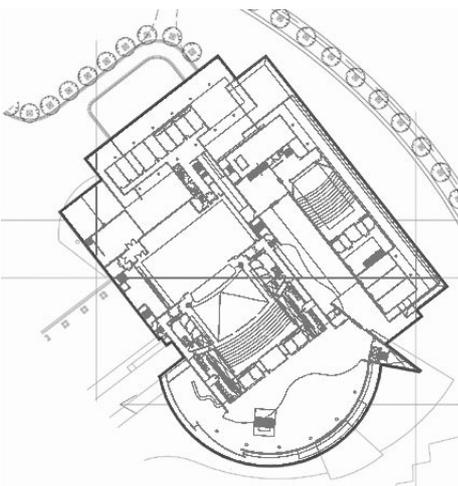
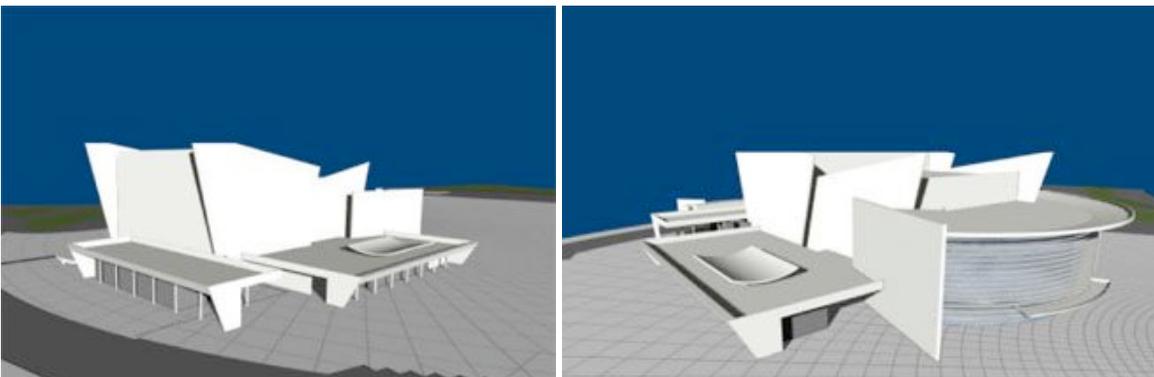


FIGURA 163: Planta do teatro (fonte: SEINFRA).

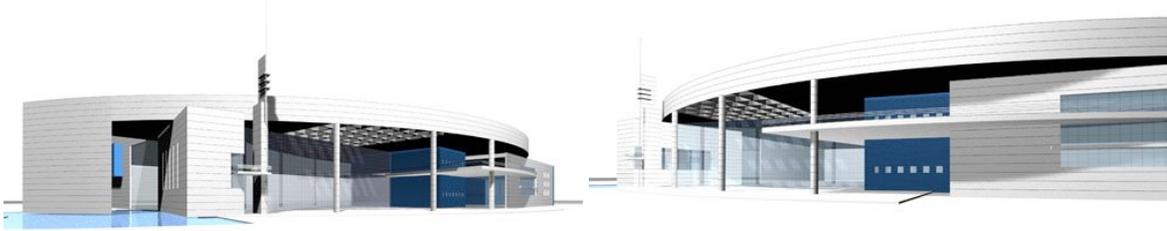
#### Teatro

O projeto do teatro foi desenvolvido pelos escritórios dos arquitetos José Sales (PPAU), Jaime Leitão (Reata), Osvaldo de Souza (Cia da Arquitetura) e Antonio Carvalho Neto (Arquitetura do Sol).

Com capacidade para até 2 mil pessoas, o edifício define-se pela articulação de três blocos: o principal, composto pelo foyer de planta semi-circular, palco e sala de espetáculos, cujas empenas se destacam na composição geral; o segundo, compreendido pelas salas de ensaio, lojas e administração; e o terceiro formado pelos camarins, apoio e administração.



FIGURAS 164 e 165: Vistas do teatro (fonte: SEINFRA,2002a).



FIGURAS 166 e 167: Vistas do edifício de convenções (fonte: SEINFRA, 2002a).

### Convenções

O edifício de convenções foi projetado pela equipe formada pelo escritório dos arquitetos Nasser Hissa, Ricardo Muratori e Airton Barbosa. O programa arquitetônico do prédio compreende: o hall de chegada e distribuição, no qual estão incluídos serviços de apoio tais como livraria, café, correios e agência bancária; auditório para 500 pessoas, que também pode funcionar como um pequeno teatro; salas de convenções, composta por dois módulos de 650m<sup>2</sup> os quais, dependendo do uso, podem ainda ser divididos em quatro módulos menores; salas de reuniões para até 1600 pessoas, também dispostas sobre uma malha modular flexível; um salão de festas, também flexível e com capacidade para até 2600 pessoas; salão multifuncional, um espaço que pode se ajustar aos eventos menores; serviços e administração.

### Pavilhão de Feiras

O projeto do pavilhão de feiras foi desenvolvido pelos escritórios de Artur Novaes (Novaes Arquitetura), Paulo Novaes (Artenova) e Flávio Vidal (Vidal Arquitetura). É um grande espaço coberto com 12 metros de pé-direito e vãos livres de 18 por 189 metros entre as colunas laterais e 45 por 189 metros entre as colunas centrais, compondo sete módulos de 27 por 81 metros. Permite a instalação de até 1035 stands sobre uma malha de 3 por 3 metros.

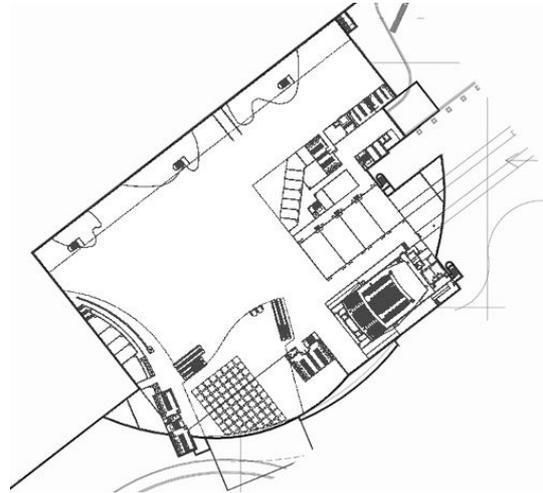


FIGURA 168: Planta do edifício de convenções (fonte: SEINFRA).

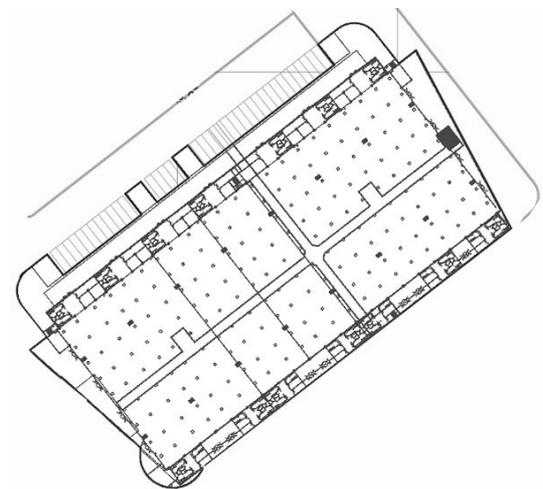


FIGURA 169: Planta do pavilhão de feiras (fonte: SEINFRA).

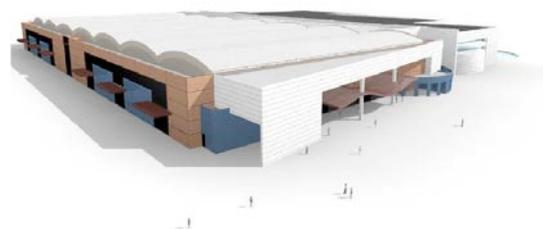


FIGURA 170: Vista do pavilhão de feiras (fonte: SEINFRA, 2002a).

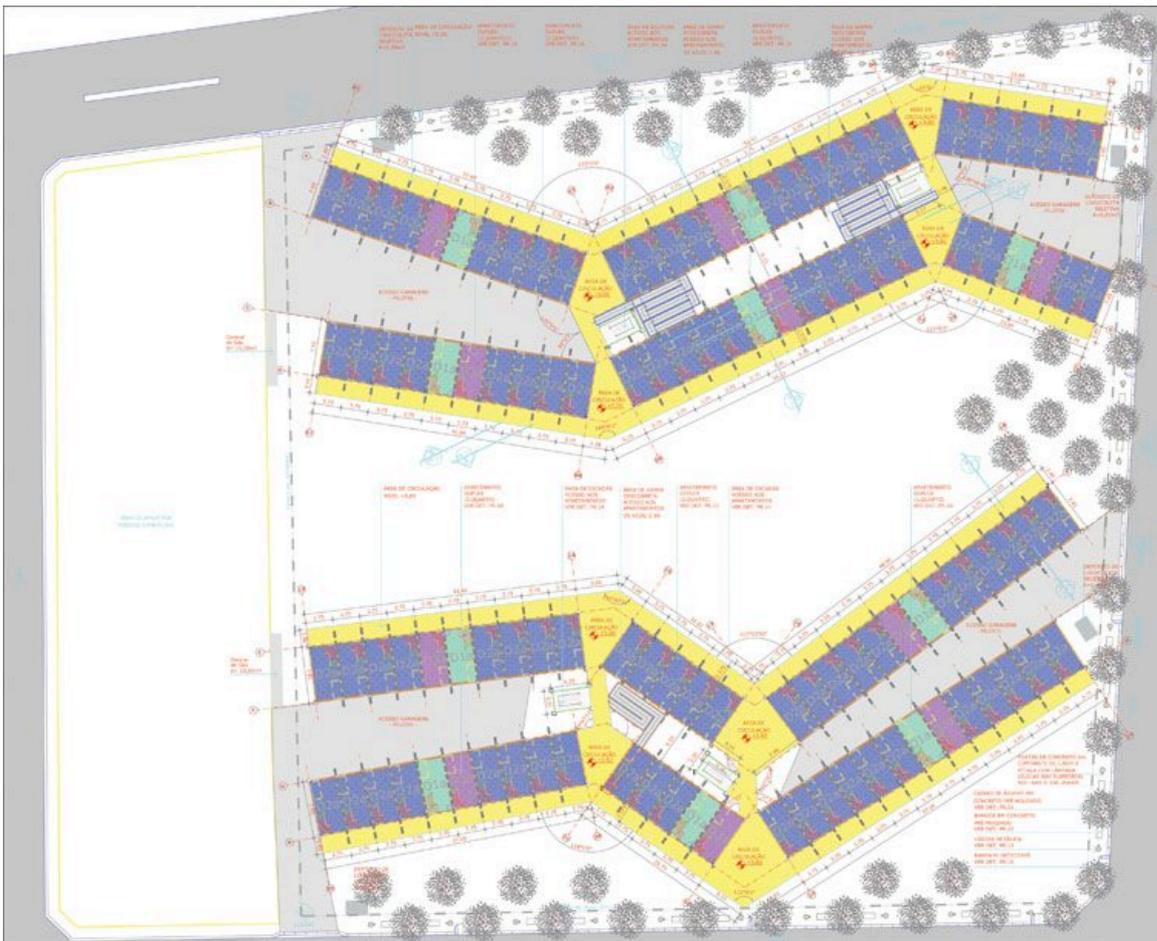


FIGURA 171: Implantação do conjunto habitacional (fonte: SEINFRA).



Figura 172: Localização da quadra de reassentamento: (1) Área do Centro de Feiras e Eventos; (2) Área correspondente à ocupação do Poço da Draga; (3) Área das unidades habitacionais; (4) Ponte dos Ingleses; (5) Centro Cultural Dragão do Mar.

### Relocação da comunidade do Poço da Draga

A ocupação da área onde hoje se localiza a comunidade do Poço da Draga pelo Centro de Feiras e Eventos fez necessário a realização de estudos e projetos para a relocação dos moradores. A partir dos estudos socioeconômicos desenvolvidos pela Secretaria de Infraestrutura, o grupo formado pelos escritórios dos arquitetos Luiz Muniz Deusdará, Luciano Guimarães, Luiz Fiúza e Joaquim Cartaxo desenvolveu o projeto arquitetônico.

Cerca de 295 núcleos familiares que compõe a comunidade Poço da Draga seriam relocados para um edifício multifamiliar localizado na quadra

delimitada pelas rua Almirante Jaceguai, avenida Pessoa Anta, rua Senador Almino e rua Dragão do Mar.

A tipologia escolhida para o conjunto habitacional, desenvolvido em forma de quadra aberta, apresenta no térreo, áreas para o convívio dos moradores, serviços comunitários e pontos comerciais. As unidades habitacionais estão localizadas no segundo e terceiro pavimento e configuram apartamentos duplex de um a três dormitórios. No andar inferior de cada apartamento estão as áreas de estar e cozinha e, no andar superior, os quartos e banheiros. O acesso aos pavimentos mais elevados seria feito mediante rampas que chegam a varandas, concebidas como ruas internas que reproduziriam a relação espacial que os moradores tem com as calçadas e ruas do Poço da Draga.



FIGURA 173: Vista aérea do aterro da Praia de Iracema (fonte: earth.google.com).



FIGURA 174: Vista do aterro e do quebra-mar da Praia de Iracema (fonte: arquivo pessoal).

#### 4.4. O aterro da Praia de Iracema e o Museu do Mar

A Prefeitura Municipal de Fortaleza anunciou, em 2000, a continuidade do projeto de renovação urbana da Praia de Iracema com a construção de um aterro hidráulico com cerca de um quilômetro de extensão e 100 metros de largura entre um quebra-mar e a rua João Cordeiro, que resgataria a faixa de praia perdida nas últimas décadas devido à implantação do Porto do Mucuripe.

O desenvolvimento da obra suscitou questionamentos. A Prefeitura foi acusada de não apresentar todos os relatórios de impacto ambiental e licenças exigidos normalmente<sup>13</sup>. Além disso, órgãos como a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE) não foram consultados. O Ministério Público Federal chegou a entrar com um pedido de suspensão da obra, mas a Prefeitura, através de uma liminar, conseguiu inaugurar em 2001 a nova área de lazer<sup>14</sup>, ainda que em dimensões menores do que previsto.

Além de não terem sido deixados claros os impactos ambientais da intervenção, não ficou evidente a real contribuição do aterro para a população. Apesar da área servir para abrigar shows e eventos ao ar livre, acredita-se que sua concepção esteja mais ligada a interesses privados na área.

A insuficiência de estudos e a urgência na realização da obra fez com que, imediatamente após sua inauguração, o aterro passasse a sofrer um processo de erosão. Os novos estudos desenvolvidos a partir daí indicam que em dez anos o aterro desaparecerá. O fenômeno ainda não é muito visível para a população, exceto nos períodos de ressaca, entre dezembro de março, quando as ondas do mar chegam a

<sup>13</sup> O IBAMA forneceu a licença de instalação sem ter antes emitido uma licença prévia, durante a qual os estudos ambientais são analisados.

<sup>14</sup> A faixa de praia não ultrapassou 60 metros e somente metade dos 400 metros do espigão (quebra-mar) foi construído.

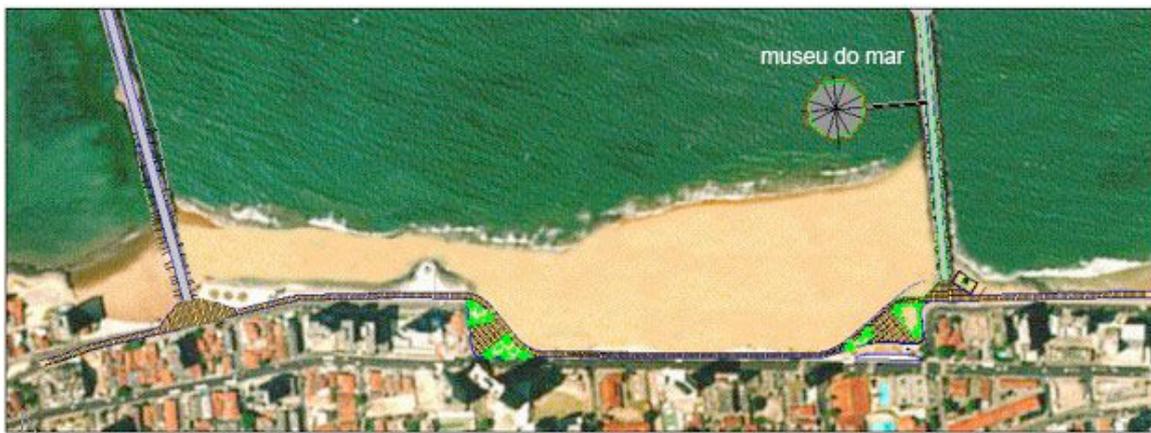


FIGURA 175: Implantação do Museu do Mar no quebra-mar da Praia de Iracema (fonte: SEINFRA).

atingir a Avenida Historiador Raimundo Girão.

No início de 2006, a área encontrava-se sub-júdice, pois a Prefeitura estava sendo processada pelo Ministério Público Federal por danos ambientais à cidade.

#### Museu do Mar

Esse processo judicial está impedindo a implantação do Museu do Mar, cuja construção foi licitada no fim de 2005.

Trata-se de um museu a ser construído dentro do mar, ligado ao continente pelo quebra-mar do aterro da Praia de Iracema. O edifício foi encomendado em 2004 pelo então governador Lúcio Alcântara ao arquiteto Oscar Niemeyer e teve o projeto museológico elaborada pela empresa Expomus.

Sua forma lembra projetos anteriores de Niemeyer, como o Museu de Arte Contemporânea de Niterói e o Museu de Arte Moderna de Caracas, ambos reconhecidos pelo caráter marcante na paisagem.



FIGURA 176: Perspectiva do Museu do Mar (fonte: SEINFRA).

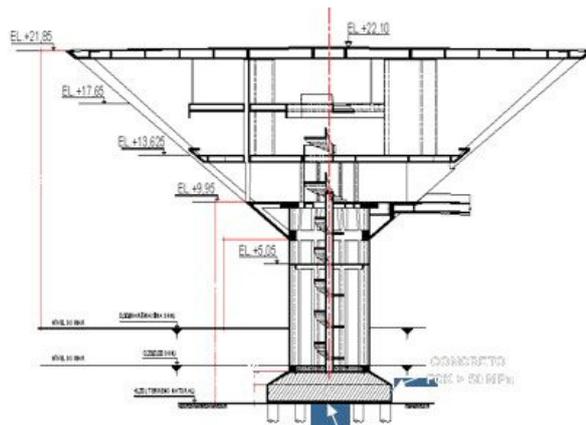


FIGURA 177: Corte do Museu do Mar (fonte: SEINFRA).  
(projeto: Oscar Niemeyer).



A participação do Ceará no PIB nordestino cresceu de 12,21% para 15,28% no período 1985-1999. Os indicadores mostram que a participação do produto industrial cresceu, o agropecuário decaiu e o de serviços manteve-se como o de maior participação no PIB cearense (BERNAL, 2004). Ainda que a participação do turismo tenha dobrado entre 1996 e 2002<sup>1</sup>, seu impacto na economia cearense está aquém do que foi projetado pelos agentes públicos e privados, principalmente no que diz respeito à geração de empregos.

<sup>1</sup> Ver tabela 2.

Por outro lado, o turismo tem apresentado grande impacto espacial, em particular na paisagem da faixa litorânea de Fortaleza. É provável que, entre os setores que mais têm se beneficiado com a implantação infraestrutura turística na Capital, desponte o da construção civil e do mercado imobiliário. Esta afirmação baseia-se tanto na observação do crescimento significativo do número de hotéis, flats e pousadas<sup>2</sup>, na proliferação de shopping centers e centros empresariais, e na grande oferta de imóveis residenciais, como também na transformação da paisagem de bairros como Meireles e Aldeota, que têm passado por um processo de intensa verticalização.

<sup>2</sup> Mais que triplicou ao longo da década de 1990, passando de 112 em 1991 para 371 em 2001 (BERNAL, 2004: 196).

A construção da imagem de Fortaleza como uma cidade “global”, presente no discurso de “modernidade” das gestões urbanas, tem ocorrido por meio de intervenções na cidade voltadas para o turismo, lazer e cultura que visam, por um lado, resgatar uma “história”

da cidade e, por outro, criar espaços atrativos e rentáveis.

Os projetos abordados neste trabalho suscitam o levantamento de questões relacionadas à produção do espaço pelo turismo e à espetacularização das cidades.

A produção de uma imagem da cidade tem dimensão estratégica na disputa entre os lugares pelos recursos financeiros e na possibilidade de inserção no processo de globalização. Nesse contexto, o grande desafio dos gestores, planejadores e arquitetos é a produção de espaços coerentes com a realidade local, os quais, indo além do estereotipo imaginário do universo turístico, atendam exigências mais amplas da população residente e crie espaços de qualidade para a cidade. É uma tarefa que certamente vai na contramão da transposição acrítica de soluções urbanísticas e arquitetônicas de outras localidades (BENEVIDES, 2004).

Alguns autores alertam para o paradoxo que o turismo globalizado tende a conduzir: ao mesmo tempo em que a propaganda turística destaca a oportunidade de se ver algo de novo e diferente, as cidade que se remodelam tendo como base a atividade turística acabam se parecendo cada vez mais (FAINSTEIN & JUDD, 1999).

*“O esforço das cidades para forjar uma imagem distintiva e criar uma atmosfera de lugar e de tradição que aja como atrativo tanto para o capital como para pessoas ‘do tipo certo’ deveria levar à produção de espaços variados. À medida em que a competição aumenta, acaba sendo reproduzido a partir de padrões ou moldes já conhecidos, de lugares que deram certo”*  
(HARVEY, 2001:266).

Os discursos presentes no planejamento estratégico, principalmente no que se refere ao *city makerting*, conduzem à caracterização da chamada cidade-espetáculo, proposta como um instrumento eficiente na promoção de pólos de captação e reprodução do capital. A arquitetura e o urbanismo participam da criação das “vitrines publicitárias” desse espetáculo, colaborando na promoção da cidade para fora de seus

---

limites territoriais, além de servirem às estratégias políticas que visam despertar o orgulho dos cidadãos, neutralizar conflitos sociais e mascarar a pobreza de outras áreas.

Em Fortaleza, as ações do poder público no centro e na Praia de Iracema constituem tentativas de intervir em áreas históricas “decadentes” a fim de atrair investimentos, visitantes e consumidores. Em ambos os casos, por não estarem vinculadas a um planejamento urbano mais amplo e a longo prazo, as ações mostram-se superficiais ou insuficientes para desencadear um processo real de requalificação.

A prioridade conferida a obras de cunho turístico é criticada como fator de acentuação da segregação social e da produção da “*Fortaleza dos pobres e Fortaleza dos ricos*” (BARREIRA, 2003: 325), levando à constatação de que as transformações “modernizantes” ocorridas no plano da política cearense, mesmo que aparentemente bem sucedidas, parecem “*deslocadas de um patamar anterior de desenvolvimento social e econômico capaz de lhe servir de suporte*” (BARREIRA, 2002: 75) e lhe aproximar da dimensão iluminista de modernização, aquela que pressupõe a universalização aos direitos à cidadania.

Inserida no contexto de um país com fortes diferenças sociais, Fortaleza, em sua dupla condição de periferia, aspira tornar-se uma cidade global e modernizar-se mantendo o quadro contraditório de possuir péssimos indicadores sociais e um dos mais elevados índices de concentração de renda do país. Assim, parece que a nova imagem urbana de Fortaleza tem sido projetada em torno da metáfora de “*tampar com a peneira dos projetos faraônicos o sol escaldante de um fracasso urbanístico*” (GONDIM, 2000a:35). No caso, um fracasso relacionado à desordem na ocupação do seu espaço urbano e à precariedade dos serviços públicos. Em outras palavras, uma ideologia que cria “*redes imaginárias nas quais a vida numa cidade de ares modernos poderia compensar a desigualdade e exclusão*” (SOUSA, 2000).



- AQUINO, Sandra Helena Silva. Dinâmica dos fatores de valorização e decadência da Praia de Iracema. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003.
- ARANTES, Otília. Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Edusp, 2001.
- ARQUITETOS apontam soluções. O Povo. Fortaleza, 2 ago. 2004.
- AUGÉ, Marc. Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2003.
- BARBALHO. Por uma política para o Dragão: como garantir que o Centro Cultural não se transforme em elefante branco. O Povo, Fortaleza, 1º jun. 1996.
- \_\_\_\_\_. Criação no Dragão. O Povo, Fortaleza, 3 nov. 1999. Caderno Vida & Arte, p.6B.
- \_\_\_\_\_. A modernização da cultura nos "Governos das Mudanças". Comunicação apresentada no Congresso Intercom 2000. Manaus, AM, 2000.
- \_\_\_\_\_. Estado, mídia e identidade: políticas de cultura no Nordeste contemporâneo. In: Revista Alceu no. 8, jan/jun 2004.
- \_\_\_\_\_. Espetacularização da Cultura nos "Governos das Mudanças. In: O Público e o Privado. Fortaleza, CE, edição 2, 2005.
- BARREIRA, Irylis Alencar F. Pensamento, palavras e obras. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (org). A Era Jereissati – Modernidade e Mito. Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2002. p. 63-82.
- \_\_\_\_\_. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. In: Sociologias. Porto Alegre, ano 5, no. 9, jan/jun 2003, p. 314-339.
- BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. In, A Construção do Espaço. Org.: Maria Adélia de Souza e Milton Santos. São Paulo: Nobel, 1986.
- BECKER, Bertha. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In, Turismo, espaço, paisagem e cultura. Org.: Eduardo Yázigi, Ana Fani Alessandri Carlos e Rita de Cássia Ariza da Cruz. São Paulo: Hucitec. 1996. p. 181-192.
- BENEVIDES, Ireleno P.; GARCIA, Fernanda E. S. Imagens urbanas depuradas pelo turismo: Curitiba e Fortaleza. In: RODRIGUES, Adyr B. (org). Turismo, Modernidade, Globalização. São Paulo: Editora Hucitec, 2002. p. 66-79.
- BERNAL, Cleide. A Metrópole Emergente: A Ação do Capital Imobiliário da Estruturação Urbana de Fortaleza. Fortaleza, CE: Editora UFC, 2004.
- BONFIM, Washington Luís de Sousa. Reforma do Estado e desenvolvimento econômico e social no Ceará: singularidade e contexto histórico. In: Reforma do Estado e outros estudos. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.
- CAMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Boletins informativos de 1998. Disponível em: <<http://www.cmfor.ce.gov.br/imprensa/Boletins>>. Acesso em 05 mar. 2006.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não - lugar. In, In, YAGIZI, Eduardo (org). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 25-37.
- \_\_\_\_\_. O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARTAXO FILHO, Joaquim. Tendências socioespaciais da cidade de Fortaleza na atualidade. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. Imagem marca e continuísmo político: a era Tasso no Ceará. In: X Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília, 2001.
- CAMPOS, Eduardo. O Retrato da Praça. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2002.
- CASTELO, Roberto. Novos arranjos arquitetônicos. O Povo. Fortaleza, 01 nov.1997. Caderno Sábado, p.12.
- \_\_\_\_\_. Arquitetura e Sociedade. Texto escrito para os alunos da disciplina de Projeto 6 do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2001.
- CASTRO, José Liberal de. Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1977.
- CENTRO Dragão do Mar de Arte e Cultura. Projeto Design. São Paulo, n. 233, jul. 1999, p. 60-67.
- COSTA, Sabrina Studart Fontenele. Intervenções na cidade existente: um estudo sobre o Centro Dragão do Mar e a Praia de Iracema. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Construção da Imagem Turística de Fortaleza/Ceará. In: Mercator – Revista da Geografia da UFC. Fortaleza, ano 01, número 01, 2002. p. 53-59.
- DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. A centralidade da Aldeota como expressão da dinâmica intra-urbana de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- DUMARESQ, Carolina. Crise no entorno. O Povo. Fortaleza, 9 ago.2004. Caderno Vida & Arte.
- ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. Estudo de Impacto Ambiental. Fortaleza: SEINFRA, 2002a.
- \_\_\_\_\_. Estágio atual dos projetos. Seminário apresentado na Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, SEINFRA, 2002b.
- ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. Plano de Mudanças 1987-1991. Fortaleza, 1987.
- \_\_\_\_\_. Plano Ceará Melhor 1992-1995. Fortaleza: SEPLAN, 1992.
- \_\_\_\_\_. Ceará: Avançando nas mudanças. Plano de Desenvolvimento Sustentável 1995-1998. Fortaleza: SEPLAN, 1995.
- \_\_\_\_\_. Consolidando o Novo Ceará. Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002. Fortaleza: SEPLAN, 2000.
- ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DE TURISMO. Indicadores turísticos 1995-2003. Fortaleza, : SETUR, 2004.
- FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcanti. Transformações espaciais no Centro de Fortaleza: estudo crítico das perspectivas de renovação urbana. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.
- FORTALEZA. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Fortaleza. Lei nº 7.061, de 16 de janeiro de 1992. Dispõe sobre a política urbana do Município de Fortaleza, sendo o principal instrumento da política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana, define as macrodiretrizes, as diretrizes anteriores nos aspectos estruturantes e condicionantes do desenvolvimento, o ordenamento das funções urbanas, compatíveis com as determinações da lei orgânica, para viabilização da política urbana no horizonte do ano 2000.
- \_\_\_\_\_. Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS. Lei nº 7.987, de 23 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo no Município de Fortaleza, e adota outras providências.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 7814 de 30 de outubro de 1995. Dispõe sobre o parcelamento, o uso e ocupação do solo na Zona Especial – Área de Interesse Urbanístico da Praia de Iracema, instituída pela Lei no. 7061, de 16 de janeiro de 1992, PDDU-FOR e dá outras providências.

- FORTALEZA – PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA; AÇÃO NOVO CENTRO. Edital de Concurso Nacional de Idéias para Embelezamento e Valorização da Área Central de Fortaleza e Parque da Cidade. Fortaleza, 1999.
- GONDIM, Linda. Desenho urbano e imaginário sócio-espacial da cidade: a produção de imagens da “moderna” Fortaleza no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. (Relatório de pesquisa submetido à Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa). Fortaleza, CE, 2000a, mimeo.
- \_\_\_\_\_. O Dragão do Mar invade a Praia de Iracema: desenho urbano como catalisador das imagens da cidade. Artigo apresentado no Encontro da Latin American Studies Association. Miami, EUA, 2000b, mimeo.
- \_\_\_\_\_. Representações sobre cultura e patrimônio na produção imaginária da cidade global: panorama visto da periferia. Artigo apresentado no XXVII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2003, mimeo.
- \_\_\_\_\_. Os “Governos das Mudanças” (1987-1994). In: SOUZA, Simone (org). Uma nova História do Ceará. 3ª ed. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2004a. p. 409-424.
- \_\_\_\_\_. Imagens da cidade, políticas culturais e desenvolvimento urbano: Imagens da cidade, políticas culturais e desenvolvimento urbano: a produção imaginária de Fortaleza como “Cidade Global”. In: Reforma do Estado e outros estudos. Fortaleza, CE: Fundação Konrad Adenauer, 2004b. p.13-32.
- \_\_\_\_\_; BEZERRA; FONTENELE. Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura: um projeto de requalificação da antiga área portuária de Fortaleza – CE. In: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard (org). Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, estratégias e resultados. São Paulo, : Editora Manole, 2005. p. 241-263.
- GUNN, Philip. A mídia na guerra dos lugares: A experiência tucana no Ceará. In: DEAK, Csaba; RAMOS, Sueli (org). O processo de urbanização do Brasil. São Paulo: Edusp, 1999. p.145-168.
- HARVEY, David. Espaços urbanos na “aldeia global”: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX. Cadernos Urbanos de Arquitetura e Urbanismo, n.1. Belo Horizonte: PUC-MG, agosto de 1994.
- \_\_\_\_\_. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: Espaço & Debates no. 36, 1996. p. 48-64.
- \_\_\_\_\_. A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ed. Ática, 2002.
- JEUDY, Henri-Pierre. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- JIMENEZ; PINKSKY; FARIA. Chega de amadorismo. Revista Época. São Paulo, 09 nov. 1998. Ed.25. Disponível em < <http://epoca.globo.com/edic/19981109/neg1.htm> >. Acesso em 10 mai. 2004.
- JUDD, D.; FAINSTEIN, S.(org) The Tourist City. Londres: Yale University Press, 1999.
- LEI não protege Praia de Iracema. O Povo. Fortaleza, 17 fev. 1997. Caderno Cidades, p.15A.
- LIMA, Magela. A saga continua. Diário do Nordeste. Fortaleza, 30 set. 2005. Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/matéria.asp?codigo=282289>>. Acesso em 17 set. 2006.
- LIMA, Zeuler R.M.A. A cidade como espetáculo: o arquiteto no paradoxo da estetização da cultura contemporânea. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, 2001.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES; VAINER; MARICATO. A cidade do pensamento único. São Paulo: Vozes, 2002.
- MONTANER, Josep Maria. Depois do movimento moderno. A arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.
- \_\_\_\_\_. Arquitectura y critica. Colección GG Básicos. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004.

- MURATORI, Ricardo. Área central de Fortaleza e projeto Parque da Cidade. Projeto submetido ao Concurso Nacional de Idéias para Embelezamento e Valorização da Área Central de Fortaleza e Parque da Cidade. Fortaleza, 1999.
- NASSER HISSA ARQUITETOS ASSOCIADOS. Símbolo ícone de Fortaleza/CE. Projeto submetido ao Concurso Público do Anteprojeto de Arquitetura e Urbanismo da 1ª Etapa do Projeto Fortaleza Atlântica. Fortaleza, 1999.
- NILO, Fausto. Entrevista concedida à socióloga Linda Gondim. Fortaleza, 7 dez. 1998, mimeo.
- NOVO Mercado Central de Fortaleza. Projeto Design. São Paulo, n. 213, out. 1997, p.70-75.
- OLIVEIRA, Caterina de Saboya. Fortaleza: seis romances, seis visões. UFC Edições: Fortaleza, 2000.
- PAIVA, Ricardo A. Entre o mar e o sertão: paisagem e memória no Centro de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 2005.
- PARENTE, Francisco Josênio. O Ceará dos "coronéis" (1945 a 1986). In: SOUZA, Simone (org). Uma nova História do Ceará. 3ª ed. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2004. p. 381-408.
- PEQUENO, Luís Renato Bezerra. Desenvolvimento e degradação do espaço intra-urbano de Fortaleza. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, 2001.
- PINHEIRO, Ângela, et. al. Fortaleza: Cidade Fragmentada. Fortaleza, CE: ADUFC/AGB-CE/IAB-CE/IMOPEC, 1996.
- PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social 1860-1930. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.
- \_\_\_\_\_. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In: SOUZA, Simone (org). Uma nova História do Ceará. 3ª ed. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2004. p. 162-191.
- PRAÇA José de Alencar: Procurador pede paralisação das obras de quiosques. O Povo. Fortaleza, 28 fev. 2004. Disponível em: <<http://www.noolhar.com/fortaleza/492861.html>>. Acesso em 24 nov. 2004.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. A administração Lúcio Alcântara (1979-82). Fortaleza, 1982.
- QUESTIONADO local para Centro de Feiras. O Povo. Fortaleza, 26 mar. 2002. Disponível em: <<http://www.noolhar.com/opovo/fortaleza/120845.html>>. Acesso em 4 dez.2004.
- ROCHA JR, Antônio Martins. O mar e a expansão urbana de Fortaleza. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Ceará, 1984.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SARMIENTO, Lídia; CAPELO FILHO, José. Fortaleza: praças, parques e monumentos – centro antigo. Fortaleza: Fundação de Cultura, Esporte e Turismo, s.d.
- SCHRAMM, Solange. Território livre de Iracema: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2001.
- \_\_\_\_\_. Memórias de Iracema. Vitruvius / Minha Cidade. No. 083, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc083/mc083.asp>>. Acesso em: 1 fev. 2004.
- SILVA, Maria da Glória L. Os cenários do lazer: turismo e transformação da paisagem urbana. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- SILVA, José Borzacchiello. Centro de Feiras e Eventos. O Povo. Fortaleza, 15 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.noolhar.com/opovo/opiniao/81877.html>>. Acesso em: 4 dez.2004.
- SILVA, Mary Anne Vieira. A Praça do Ferreira: seu uso e apropriação. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, 2001.

- SOUSA, Vancarder Brito. O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura: expressões de um lugar da modernidade. *Política e Trabalho*, João Pessoa-Pb, n. 16, set. 2000, p. 123-135.
- SPINOLA, Rodolfo. Fortaleza terá observatório de 180 metros no ano 2000. Estado de São Paulo. São Paulo, 21 jan. 1999. Disponível em <<http://www.estado.estadao.com.br/edicao/pano/99/01/20/cid529.htm>>. Acesso em 04 nov. 2004.
- VASCONCELOS DE LIMA, Ernandy Luis. Das areias da praia às areias da moradia: um embate socioambiental em Fortaleza – CE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens pós-modernas: mapeando cultura e poder. In, *Revista do Patrimônio – Cidadania*. No. 24, 1996, p. 205-219.